



Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e
Artes - ICHCA

Curso de História – Licenciatura

Reitor: Maria Valéria Costa Correia

Vice-Reitor: José Vieira da Cruz

Pró-Reitor de Graduação – PROGRAD: Sandra Regina Paz da Silva

Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes Diretor: Prof. Dra. Sandra Nunes Leite

Vice-diretor: Prof. Dr. Otávio Gomes Cabral Filho

História Licenciatura Coordenador do Curso: Prof^ª. Ms. Clara Suassuna

Vice-coordenadora: Prof^ª. Dr^ª Lídia Baumgarten

Maceió 2018

(REFORMULAÇÃO DA PARTE DE EXTENSÃO EM JULHO DE 2019)

Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes História – Licenciatura

Coordenação Colegiada do curso (2017-2019)

Titulares:

Profa. Ms. Clara Suassuna – Coordenadora
Profa. Dra. Lídia Baumgarten – Vice
Prof. Dr. Anderson Almeida
Profa. Dra. Irinéia Maria Franco dos Santos
Prof. Dr. Antônio Bezerra

Suplentes:

Prof. Dra. Célia Nonata da Silva
Profa. Dra. Flávia Maria de Carvalho
Profa. Dra. Raquel Parmegiani
Profa. Dra. Michelle Reis de Macedo
Pro. Dr. Gian Carlo de Melo.

Discente:

Higor Melo (titular)
José Augusto (suplente)

Representantes dos técnico-administrativos:

Josenilda Almeida (titular)
Karolina Nascimento (suplente)

Núcleo Docente Estruturante

Portaria nº 1.652 – outubro/2016 (publicado no BP/UFAL em outubro de 2016)

Prof^ª. Dr^ª. Irinéia Maria Franco dos Santos
Prof. Dr. Antônio Alves Bezerra
Prof^ª. Dr^ª. Celia Nonata da Silva
Prof^ª. Dr^ª. Flávia Maria de Carvalho
Prof^ª. Dr^ª. Raquel de Fátima Parmegiani

Maceió, 2018 (Aprovação)
Maceió, 2018 (Execução)
Maceió, 2019 (Atualização)

**Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes**

Curso de Licenciatura em História

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História, elaborado com objetivo de adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais.

Equipe Executora do Projeto:

Prof.^a Ms. Clara Suassuna
Prof.^a Dr.^a Lídia Baumgarten
Prof. Dr. Antonio Bezerra
Profa. Célia Nonata
Profa. Raquel Parmegiani

Maceió, 2018 (Aprovação)
Maceió, 2018 (Execução)
Maceió, 2019 (Atualização)

(REFORMULAÇÃO DA PARTE DE EXTENSÃO EM JULHO DE 2019)

Equipe Executora da reformulação do Programa de Extensão do Projeto:

Coordenação Colegiada do curso (2017-2019)

Titulares Licenciatura:

Profa. Dra. Lídia Baumgarten - Coordenadora

Profa. Dra. Irineia Maria Franco dos Santos – Vice Coordenadora

Colegiado da Licenciatura:

Prof.^a Lídia Baumgarten

Prof.^a Irineia Maria Franco dos Santos

Prof. Osvaldo Batista Acioly Maciel

Prof. Anderson da Silva Almeida

Prof. Antônio Alves Bezerra

Suplentes Colegiado da Licenciatura:

Prof.^a Raquel de Fátima Parmegiani

Prof. Elias Ferreira Veras

Prof.^a Ana Paula Palamartchuk

Prof.^a Flávia Maria de Carvalho

Prof.^a Célia Nonata da Silva

Representante dos Técnicos Colegiado da Licenciatura:

Henrique Tavares de Oliveira Leite

Representante dos discentes Colegiado da Licenciatura:

Carolina Gomes (titular)

Paulo Henrique (suplente)

Núcleo Docente Estruturante

Portaria nº 1.652 – outubro/2016 (publicado no BP/UFAL em outubro de 2016)

Prof.^a. Dr.^a. Lídia Baumgarten

Prof. Dr. Antônio Alves Bezerra

Prof. Dr. Elias Ferreira Veras

Prof.^a Dr.^a. Ana Paula Palamartchuk

Prof.^a. Dr.^a. Raquel de Fátima Parmegiani

Suplentes:

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida

Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel

Maceió, 2018 (Aprovação)

Maceió, 2018 (Execução)

Maceió, 2019 (Atualização)

Sumário

Apresentação.....	6
1. Dados de identificação	9
1.1 Contextualização regional da IES.....	10
1.1.2 Histórico do Curso	15
1.2. Justificativa	18
1.3. Perfil do Egresso	21
1.4. Habilidades, competências e atitudes.....	22
2. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	25
2.1. Objetivo Geral.....	26
2.1.2. Objetivo específico.....	27
2.2. Integração: ensino, pesquisa e extensão.....	28
2.2.1. Laboratórios de Pesquisa.....	29
2.2.1.1. Laboratório Cinema e História - LACHis.....	29
2.2.1.2. Laboratório de Leitura e Outras Histórias.....	29
2.2.1.3. Laboratório de Ensino de História – LEH.....	29
2.2.1.4. Centro de Pesquisa e Documentação Histórica - CPDHis.....	31
2.2.1.4.1. Revista Crítica Histórica.....	33
2.2.2. Grupos de Pesquisa.....	34
2.2.3. Laboratório de Informática.....	38
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PÉDAGÓGICA:	39
3.1. Estrutura Curricular.....	39
3.1.1 Matriz Curricular:	42
3.1.2 Núcleos temáticos	45
3.1.3 Conteúdos Curriculares: ementas e bibliografias	47
3.1.4 Atividades Complementares.....	89
4. Atividades de Curricularização da Extensão.....	89
4.1. Programa de Extensão do Curso.....	93
4.2. Atividades e Projetos de Extensão.....	100
5. Metodologia.....	107
5.1. Das atividades.....	112
5.2. Núcleo Docente Estruturante - NDE	113
6. Avaliação	114
7. APOIO AOS DISCENTES.....	115
8. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	117
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
ANEXOS	126

Apresentação.

O presente Projeto Político Pedagógico do curso de História é o resultado das alterações ocorridas no transcorrer deste curso no interstício de (2006 e 2011), que passaram por avaliação e análise, entre os anos de 2014 e 2015, sendo readequado após formar a sua primeira turma de licenciados (2015.1). Ele resulta de um intenso processo de reflexão entre o corpo docente, que ganhou nova configuração ao longo desses anos, de um grupo oriundo de poucos professores para um quadro completo, apresentando-se, em 2015, com dezenove docentes, dos quais quatorze são portadores de títulos de doutor. Incorporando princípios e valores inerentes ao campo das Ciências Humanas, o curso oferece aos estudantes um percurso aberto e interdisciplinar, ao mesmo tempo em que enfatiza competências específicas do ofício do historiador e do docente para a disciplina de História na educação básica. O curso de graduação em História oferece uma formação integrada, conforme as Diretrizes de Formação do Professor conforme Resolução do (RESOLUÇÃO, 01 DE JULHO/2015). Para isso, enfatiza-se a formação prática dos dois ofícios, o que se expressa em todas as unidades curriculares para essa formação, assim como nas ações dirimidas pelo Laboratório de Ensino de História e no Centro de Pesquisa e Documentação, cujas atividades são distribuídas ao longo da formação do estudante em História.

Notadamente, as diretrizes curriculares propostas para atender às prementes necessidades, de um ensino inovador no campo da História, se pautam pelos seguintes aspectos:

- 1) criação de mecanismos de aproximação da instituição escolar com a respectiva comunidade na qual está inserida, o que se fará através de parcerias, estágios orientados, cursos de extensão e outros eventos oportunizados pelo curso inseridos a partir da perspectiva teórico-metodológica do lugar social – instituição-, onde os estudantes tenham contato direto com a prática profissional e a realidade que o cerca;
- 2) busca de produção científica, através de pesquisas conjuntas entre o corpo docente e discente, tendo como *lócus* privilegiado a orientação das disciplinas de Práticas de Ensino de História e Estágio Supervisionado com ênfase na sociedade e nos objetos culturais que deverá congregam amplo acervo de documentos tais como, fotos, *slides* e publicações, obtidos por doações e nas viagens de estudo programadas pelo corpo docente e discente, concretizando, assim, elaboração de materiais pedagógicos a serem utilizados em sala de aula;
- 3) valorização da prática da interdisciplinaridade com adoção de metodologias diferenciadas, que forneçam instrumentos de identificação das demandas do meio e do estímulo à participação em diagnósticos e projetos de investigação histórica, visando obter a melhoria da qualidade do ensino;
- 4) compromisso com a qualidade do ensino em nível micro e macro no que tange os processos educacional no estado de Alagoas e, no país;

- 5) estímulo a programas de capacitação docente com propostas de atividades de extensão, pesquisa e aperfeiçoamento, que poderão ser oportunizados através dos núcleos de prática profissional do curso;
- 6) modernização dos recursos auxiliares do ensino acadêmico;
- 7) destaque à formação básica responsável pela fundamentação de posturas sólidas e universais, indispensáveis à práxis pedagógica, na área de Ciências Humanas;
- 8) busca de integração dos conhecimentos teóricos e práticos e a constante atualização de conteúdos e dos processos didático-pedagógicos para uma ação bem-sucedida do docente na sala de aula da educação básica;
- 9) valorização do conhecimento histórico em suas linhas de orientação e abordagens historiográficas presentes nos Grupos de Pesquisa e nas disciplinas que compõe a matriz curricular do curso;
- 10) valorização do Programa de Pesquisa Científica, em que docentes e discentes poderão colocar em prática seus projetos de pesquisa, visando o aprimoramento da produção do conhecimento histórico, utilizando-se do PIBIC, PIBID e outros projetos inerentes ao campo do ensino, pesquisa e extensão desta universidade.

É importante notar que outros eixos do curso serão levados em consideração na formação dos estudantes, valorizando-se os “lugares de memória” - Museus, Arquivos, Institutos Históricos, instituições de salvaguarda patrimonial e etc. - compreendidos como espaços de atuação do professor historiador, sabendo-se que estes espaços são percebidos como lugares educativos acima de tudo. Não os perceber como parte integrante da formação do licenciando é furtar a sociedade a possibilidade de uma educação integral de qualidade respeitando-se os princípios democráticos e o fortalecimento da cidadania.

Entende-se que o processo formativo do professor historiador deve atender à formação de um profissional habilitado ao exercício da docência e da pesquisa, em todas as suas dimensões, permitindo domínio pleno da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão.

O futuro professor de História poderá, portanto, atuar em setores como o magistério da educação básica regular e ensino técnico, assim como no superior, no setor de preservação do patrimônio, em acervos e museus, assim como, na assessoria a entidades públicas e privadas.

O presente Projeto também enceta aproximação com o curso de Bacharelado em História. A entrada de sessenta estudantes, dividida em dois semestres, no curso de História – Licenciatura (exclusivamente no período noturno) funcionando desde o ano de 2006. Não obstante, tal aproximação de horários entre o curso de Bacharelado em História (vespertino/noturno) e a Licenciatura em História (noturno) possibilita aos discentes da licenciatura maior mobilidade de horários auxiliando-os na constituição de um currículo diversificado e flexível.

Isso posto, pondera-se que, em termos estatísticos o número de estudantes formados anualmente, nos permite observar que no período em que a mobilidade entre os turnos era maior, era maior também o índice de discentes formados.

Diante do quadro em questão, vimos a necessidade de adequação no PPC visando não só uma maior aproximação dos componentes curriculares no que tange (ensino, pesquisa e extensão), mas, também, imprimir mudanças temáticas, teóricas, estruturais e aplicativas a esta modalidade. Há de se destacar que a renovação do quadro docente contribuiu exemplarmente para que o PPC se concretizasse, seja na busca de qualidade na formação do profissional em história ou ampliando o foco nas atividades de pesquisa e extensão, daquelas ligadas diretamente ao ensino e dinamização dos grupos de estudos e/ou pesquisa que compõem o curso de História da UFAL na atual conjuntura.

Também, é importante salientar que o presente Projeto Pedagógico de curso se insere nas demandas atuais legais que fomentam a necessidade de reformulação em determinadas situações que contemplamos no curso. Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – CNE/CP nº 08-2012 e Resolução de 01 de julho de 2015 foram um dos elementos que buscamos ampliar na discussão com a inclusão da disciplina específica de Direitos Humanos e Educação. Este procedimento também foi válido para a questão ambiental da Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, criando-se uma disciplina para o tema. Assim, também a disciplina que atende a Lei 10.639/03 na temática étnica racial. No aspecto da Lei nº 12.764 sobre a proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista dispomos sobre o assunto no inciso ‘Avaliação’, como consta no presente Projeto. Todo este aspecto de reformulação do curso de História Licenciatura e as demandas da Resolução 02 de 1 de julho de 2015 estão contempladas no aumento da carga horária das disciplinas do próprio curso, assim como as prerrogativas atuais do Conselho de Educação MEC.

Esta possibilidade curricular se dará a partir do primeiro semestre de 2018, e para tanto apresentamos os recursos e justificativas inclusas neste Projeto como argumento para um melhor aprimoramento do saber científico.

1. Dados de identificação

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)
Município-Sede: Brasília – Distrito Federal (DF)
CNPJ: 00.394.445/0188-17
Dependência: Administrativa Federal

Mantenedora: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Código: 577
Município-Sede: Maceió
Estado: Alagoas
Região: Nordeste
Endereço do Campus sede: Campus A. C. Simões – Cidade Universitária, Maceió – AL
Rodovia BR 101, Km 14. CEP: 57072-970
Telefone: (82) 3214-1100 (central)
Portal eletrônico: WWW.ufal.edu.br

Unidade Acadêmica: Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes

Curso: História

Modalidade: Licenciatura em História
Título oferecido: Licenciado em História

Portaria de Reconhecimento: Decreto nº 36.657, de 24 de dezembro de 1954.

Turno: Noturno

Duração: 09 anos (mínima) a 12 anos (máxima)

Vagas (semestrais): 40

Formas de Acesso ao Curso: A principal forma de acesso aos cursos da Universidade Federal de Alagoas é normatizada pela Resolução nº 32/2009 – CONSUNI – UFAL, de 21 de maio de 2009, que trata da adoção do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) como o Processo Seletivo da Universidade Federal de Alagoas. Outras resoluções e legislações nacionais normatizam as demais formas de ingresso no curso através de transferência, reopção, matrícula de diplomados, Programa de Estudantes – Convênio de Graduação etc, normalizadas pela Pró-Reitoria de Graduação.

Carga horária total: 3.366 horas

Coordenador do Curso

Nome: Clara Suassuna

Formação acadêmica: Mestre em História pela UFPE

Titulação: Mestrado

Regime de trabalho: DE

Corpo Docente:

Prof. Dr. Anderson Almeida
Prof. Dr. Alberto Vivar Flores
Prof^a. Dr^a. Ana Claudia Aymoré Martins
Prof^a. Dr^a. Ana Paula Palamartchuk
Prof. Dr. Antônio Alves Bezerra
Prof. Dr. Antônio Filipe Caetano
Prof. Dr. Elias Ferreira Veras
Prof^a. Dr^a. Arrisete Cleide Lemos Costa
Prof^a. Dr^a. Célia Nonata da Silva
Prof^a Ms. Clara Suassuna Fernandes
Prof^a. Dr^a. Flávia Maria de Carvalho
Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva
Prof^a. Dr^a. Irinéia Maria Franco dos Santos
Prof. Dr. José Alberto Saldanha de Oliveira
Prof. José Roberto Gomes da Silva
Prof. Esp. José Roberto Santos Lima
Prof^a. Dr^a. Michelle Reis de Macedo
Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel
Prof^a. Dr^a. Raquel de Fátima Parmegiani
Profa. Dra. Lídia Baumgarten

Corpo Técnico Administrativo:*Representantes dos técnico-administrativos:*

Josenilda Cavalcante TAE (titular)
Karolina Nascimento (suplente)

1.1. Contextualização regional da UES.

Fundada em 1961, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) é uma instituição federal de ensino superior, instalada no Campus A.C. Simões, em Maceió, e em mais dois campi no interior do Estado: Campus Arapiraca e suas unidades em Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios e Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia, e unidade em Santana do Ipanema.

São cerca de 26 mil alunos matriculados nos 84 cursos de graduação, distribuídos em 23 Unidades Acadêmicas, na capital (53), e nos campi de Arapiraca (19) e do Sertão (8). Na modalidade de pós-graduação, são 39 programas *strictu sensu* oferecidos, sendo 30 mestrados e nove doutorados, que contam com 2.312 alunos, e 13 especializações. Em Educação a Distância, há quatro mil graduandos.

Com relação ao quadro de pessoal, são 1.698 servidores técnico-administrativos e 1.394 docentes, dos quais 690 são doutores. Do total de técnicos, 797 são lotados no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes, órgão de apoio acadêmico que mantém relação funcional com as unidades acadêmicas, principalmente da área de saúde, voltada ao ensino, à pesquisa e à assistência. Atualmente, a universidade conta com 258 grupos de pesquisas, 1.125 linhas de pesquisa e 3.646 pesquisadores entre professores, técnicos e estudantes.

A instituição oferece aos/as alunos/as o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq); o Programa de Educação Tutorial (PET); monitoria, estágio e bolsas de estudo. Também disponibiliza bolsas adquiridas nos editais da Sesi/MEC, para programas como Afroafetividade e de cotas, entre outros. Mantém cerca de 600 convênios com empresas e instituições públicas e privadas.

A presença da UFAL no território alagoano, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência, representa importante vetor de desenvolvimento de Alagoas, sobretudo por se tratar de um dos Estados que apresenta elevadíssimos indicadores de desigualdades do Brasil. Mas, ao mesmo tempo, significa enfrentar enorme desafio para exercer plenamente sua missão social neste contexto de grandes limitações e precariedades.

Quanto à estrutura administrativa e acadêmica da UFAL, é definida por dois conselhos superiores: o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Curadores (Cura).

Na qualidade de maior instituição pública de ensino superior do estado, a UFAL foi criada em 25 de janeiro de 1961, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, reunindo as Faculdades de Direito (1933); Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957).

O novo Estatuto da UFAL, aprovado pela Portaria do MEC nº 4.067, de 29 de dezembro de 2003, estabeleceu critérios para que um Centro ou Departamento pudesse se tornar uma

Unidade Acadêmica. Em janeiro de 2006, foi homologado o Regimento Geral, por meio da Resolução Nº 01/2006 – CONSUNI/CEPE, que deu origem a uma nova estrutura organizacional.

Dentro do Plano de Expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado Expansão com Interiorização, do Governo Federal, a UFAL criou, em 2006, o Campus Arapiraca, no agreste alagoano, que se estende de sua sede, em Arapiraca, para as unidades em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa. Em 2010, foi inaugurado o Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia e a unidade de Santana do Ipanema.

A UFAL tem por missão produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum.

Seu objetivo é tornar-se referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo através do ENEM e da plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada).

1.1 Contexto regional e local

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita às características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização, a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu//MEC.

O PIB per capita estadual era de R\$ 12.335,00, em 2014, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 66,35 %. Os restantes 33,65% estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata, além do turismo, aproveitando o grande potencial da natureza do litoral.

Situada entre Recife e Salvador, dois dos principais polos de expansão econômica e tecnológica do Nordeste, a cidade de Maceió (capital de Alagoas), cumpre uma função central na

economia alagoana. A cidade abriga 32% da população do Estado de Alagoas (pouco mais de um milhão de habitantes) e 47% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado (IBGE, 2014).

Embora a cidade possua notórias belezas naturais e equipamentos turísticos, os problemas ambientais (praias urbanas inapropriadas para o banho, falta de saneamento básico, violação das leis ambientais, entre outras) afastam os visitantes, produzindo estagnação em setores econômicos vitais e, com isso, desemprego e exclusão. Com efeito, nessa cidade, a demanda pela formulação de políticas públicas integradas, resultado de múltiplas competências acadêmicas e representações da sociedade civil, torna a atividade do cientista social necessária, tanto no que se refere à transmissão do conhecimento crítico e reflexivo, quanto na sua atuação como técnico e membro dos processos de formulação de diagnósticos e tomadas de decisão.

Nesse sentido, o Curso de História - Licenciatura pode contribuir direta e indiretamente para a transformação desse cenário, na medida em que se compreende o papel da educação, por meio, inclusive, da formação de professores, incluindo aqui os professores de História, no fomento a postura crítica e ao protagonismo que se pauta pelo combate às desigualdades sociais e resguardo do patrimônio e da memória local.

Além dos fatores econômicos e ambientais mencionados, outro aspecto que também justifica a existência do curso de História -Licenciatura, diz respeito ao déficit educacional vivido no estado de Alagoas. De acordo com o IPEA, Alagoas apresentava a terceira menor renda per capita dos nove Estados nordestinos, cerca de R\$ 6.728, obtida mediante a divisão do total do PIB (R\$ 21,235 bilhões) pelo total da população do Estado (3,1 milhões de habitantes). A População Economicamente Ativa de Alagoas (PEA) correspondia, em 2011, a 1,3 milhões de pessoas. Destes, apenas 3% da população (cerca de 40 mil pessoas) recebiam mais de cinco salários mínimos, ficando 232 mil potenciais trabalhadores (cerca de 17% da PEA) sem qualquer renda. Além disso, 574 mil pessoas (45% da PEA) recebiam até um salário mínimo, e 470 mil pessoas (38% da PEA) recebiam entre um e 5 salários mínimos. De acordo com o IBGE, em 2014, o estado de Alagoas obteve a segunda menor renda per capita do país.

De acordo com o índice de Gini (indicador que afere o grau de desigualdades social entre as regiões e países), Alagoas possui uma das maiores polaridades de distribuição da renda no Brasil: 1% dos mais abastados (aproximadamente 35 mil pessoas) detém 12% da renda do estado, enquanto os 50% mais pobres (por volta de 1,5 milhão de pessoas) ficam com apenas 14% da renda estadual. Parte substancial da disparidade de renda atestada antes se deve ao déficit educacional verificado no estado. Conforme a PNAD (Pesquisa Anual de Domicílios – IBGE, 2011), do total da População Economicamente Ativa (PEA) existente em Alagoas, 21% não possuíam qualquer instrução, e mais de 30% não detinha sequer o primeiro grau (primeiro ciclo do ensino fundamental).

Algumas das diretrizes estratégicas da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas, com

o escopo de minimizar as disparidades ora apresentadas, são: ampliar a rede Estadual de Ensino; adequar qualitativamente e quantitativamente o quadro de pessoal; ampliar a jornada do aluno nas Escolas; fomentar a ampliação da oferta do Ensino fundamental; ampliar a oferta do Ensino Médio e Educação Profissional; garantir o cumprimento da Política Estadual da Educação; fortalecer o Regime de Colaboração. Tendo em vista que a Secretaria de Educação do estado estabeleceu essas e outras diretrizes, se torna relevante que prossigamos com nosso trabalho, que é, primariamente, formar professores de História para a Educação Básica, ideia que converge com as necessidades de nossa região, com o perfil do egresso do Curso, e com as demandas provenientes da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. Segundo os dados fornecidos pelo IBGE, censo 2010, o índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,631, o qual ainda é baixo se comparado à média nacional, ou até mesmo aos nossos vizinhos fronteiriços, como Pernambuco: 0,673, e Sergipe: 0,665. Além disso, a incidência da pobreza em nosso estado é de 59,54%, segundo dados do Próprio IBGE, o que, também, nos deixa atrás de Sergipe: 47,80 %, e de Pernambuco: 52,50%. Como se não bastasse Alagoas ter os piores índices de IDHM e de Pobreza em relação a seus vizinhos, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é de apenas 4,1 - o que nos deixa, em cenário nacional, à frente, somente, do Estado do Amapá e do Pará.

Com o intuito de impulsionar e alavancar esses índices, e ainda considerando os limites contextuais e institucionais dessa atuação, o Curso de História Licenciatura, atende às necessidades da sociedade regional e local, entendendo-a e formando professores que atuem no sistema básico de educação, pois se compreende que, através da educação, a transformação pode ser viabilizada. Neste aspecto, em particular, entendemos que o curso deve realizar sua atividade científica engajada no processo de desenvolvimento integral, o qual se relaciona diretamente não só com o crescimento da atividade econômica no estado, como também a inclusão social daqueles que vivem e viveram anos de silêncio dos seus direitos humanos, dentre os quais se inclui e destaca uma educação básica universal e de qualidade.

Certamente a disseminação de vagas de Licenciatura, como é o caso do Curso supracitado, e a consolidação das competências profissionais que este Curso tem fomentado, pode atenuar o gigantesco déficit educacional do Estado de Alagoas, um dos grandes responsáveis pela distribuição desigual de oportunidades profissionais e manutenção estrutural da pobreza.

Apesar de ser um estado pequeno, Alagoas tem participado do cenário da política nacional, e colaborado para o desenvolvimento social e intelectual do povo brasileiro através das obras de inúmeros conterrâneos: do antropólogo Arthur Ramos, o filólogo Aurélio Buarque de Holanda, do historiador Félix Lima Junior, dos escritores Graciliano Ramos e Lêdo Ivo, da psiquiatra Nise da Silveira, dos Antropólogos Folcloristas Pedro Teixeira, Ranilson França e Theo Brandão, entre diversos outros. Esta tradição revela a trajetória do estado no estudo e atuação do campo social,

étnico, político e, por que não, educacional, mostrando a necessidade de oferecer à população uma formação em nível superior que atenda esta dimensão de compreensão, mas também de profissionalização, no qual a História oferece capacitação.

Por fim, as atuais atualizações incorporadas ao Projeto Político Pedagógico do curso, respondem às demandas criadas pelas diretrizes e resoluções que regulamentam o processo de formação de professores nacional e local, com foco na profissionalização docente.

1.1.2. Histórico do Curso.

O curso de graduação em História da Ufal teve seu decreto de funcionamento autorizado em 30 de janeiro de 1952, sendo reconhecido quase dois anos depois, em 24 de dezembro de 1954. Todavia, o início das atividades do curso ocorreu antes mesmo da criação da Ufal, em 1961, isto porque em 1950 havia sido fundada a *Faculdade de Filosofia de Alagoas*, à época instituída por Getúlio Vargas, sendo desta instituição que se deu origem a Universidade Federal de Alagoas. Na antiga FFA já havia o curso de história que foi remodelada a partir da inauguração da Ufal, com a criação do Centro de Humanidades, Letras e Artes (CHLA), hoje Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA).

Atuando em regime presencial, a habilitação ofertada em 1954 era o curso de Licenciatura já que naquela altura entendia-se que aqueles formados neste grau poderiam atuar no campo da pesquisa científica e no ensino (primário, colegial e superior, para usar a terminologia daquele momento). Assim, na prática, formava-se o historiador com as duas habilitações conjuntas.

Entretanto, em 1971, quando houve uma reestruturação curricular foi excluída a habilitação em Licenciatura. À época, a principal argumentação utilizada para a exclusão do Licenciatura da habilitação em História desta IES teria sido o da suposta “estreiteza” do mercado de trabalho para o pesquisador em âmbito regional e, mais especificamente, no Estado de Alagoas. Em 1992, os professores Clara Suassuna Fernandes, Patrícia Pinheiro (hoje professora da UFPE) e José Roberto Santos Lima elaboraram uma proposta para a nova implantação do curso. No entanto, a proposta acabou por ser alvo de resistências no interior do próprio Departamento, até ser finalmente rejeitada.

Anos mais tarde, buscando um enquadramento nas novas orientações do MEC, que extinguiu o sistema de habilitações e implantava o de modalidades, o curso de História, em 2006, passou a ofertar duas modalidades de formação separadamente: Licenciatura e Bacharelado. Esta realidade atual visou dar conta das especificidades de formação, não eliminando a relação intrínseca ao longo do processo de desenvolvimento formativo, entre pesquisa e acervo documental. Mas, por outro lado, proporcionou a peculiaridade da instituição e do curso no Nordeste, já que é um dos poucos que ofertam a modalidade Licenciatura na região.

Em face dessa questão, os novos projetos políticos pedagógicos davam conta também da reestruturação dos regimes dos cursos que ora funcionavam anualmente e que passavam a ter a estrutura semestral. No entanto, percebemos que as diferenças entre as modalidades: Licenciatura e Bacharelado, dificultavam a formação integral do estudante e, muitas vezes, inviabilizavam o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão como eixos basilares de integração da universidade com a sociedade. Neste sentido, aproveitamos a oportunidade para alterar as propostas teóricas-metodológicas com atualizações de ementas, organização de matriz curricular e enquadramentos em determinações legislativas do MEC de maneira a aproximar os currículos e o perfil teórico metodológico das duas modalidades.

Portanto, o penúltimo Projeto Pedagógico do Curso de História Licenciatura é o resultado das alterações ocorridas no transcorrer deste curso no interstício de 2006 a 2011, que passaram por avaliações e análises entre os anos de 2014 a 2015. Ele resulta de um intenso processo de reflexão entre o corpo docente, que ganhou nova configuração ao longo desses anos configurando um quadro coeso e completo, apresentando-se em 2015 com dezenove docentes, dos quais quatorze são portadores do título de doutor.

Apontamos, pois, os pontos considerados como prementes necessidades para o desenvolvimento e aprimoramento das metodologias e técnicas de ensino componentes do ofício do licenciado em História:

- 1) Busca de produção científica através de pesquisas conjuntas entre o corpo docente e discente, tendo como lócus privilegiado a orientação das atividades realizadas no âmbito das disciplinas de Estágio Supervisionado I, II, III e IV.
- 2) Valorização das práticas de interdisciplinaridade, o que inclui a adoção de metodologias de ensino e pesquisa diferenciadas que possam fornecer aos alunos instrumentos de identificação, classificação, organização e interpretação dos mais diferenciados tipos de documentos.
- 3) Criação de mecanismos que aproximem os alunos do curso a realidade das salas de aula. Fazendo com que os egressos adquiram capacitação necessária para o exercício de suas funções na educação.
- 4) Compromisso com a qualidade do ensino em nível micro e macro no que tange às atividades de pesquisa do ensino de história, no estado de Alagoas e no país.
- 5) Busca de integração dos conhecimentos teóricos e práticos, assim como a permanente atualização de conteúdos e dos processos relacionados às técnicas historiográficas e de ensino de história.
- 6) Estímulos a programas de capacitação docente com propostas de atividades de extensão, pesquisa e aperfeiçoamento, que poderão ser oportunizados através dos núcleos de prática profissional do curso, como os Laboratórios e Grupos de Pesquisa.

- 7) Modernização dos recursos auxiliares para o ensino acadêmico, e para o tratamento referente às disciplinas de ensino de história.
- 8) Valorização do conhecimento histórico em suas linhas de orientação e abordagens historiográficas presentes nos Grupos de Pesquisa e Laboratórios, assim como nas disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.
- 9) Valorização do Programa e Pesquisa Científica, onde docentes e discentes poderão colocar em prática seus projetos de pesquisa, visando os debates, trocas e experiências, atingindo dessa forma aprimoramentos da produção do conhecimento histórico, utilizando-se do PIBID e outros projetos inerentes ao campo de pesquisa, ensino e extensão desta universidade.

É importante notar que outros eixos do curso serão levados em consideração dentro da proposta da valorização e da conscientização da relevância dos chamados “lugares de aprendizagem”, elemento indispensável para o trabalho do professor-historiador.

No ano de 2015, após a reformulação do PPC do curso de Licenciatura em História da UFAL, foi identificada a necessidade de uma adequação do presente PPC. Isso se deu pela proposta do MEC em aumentar a carga horária dos cursos de licenciatura no país. Dessa forma a disciplina *Estágio Supervisionado* foi dividida em disciplinas de: Estágio Supervisionado I, II, III e IV com carga horária de 100 horas cada; o *Trabalho de Final de Curso* também teve sua carga horária aumentada para 54 horas em função da necessidade de mais tempo para a realização de pesquisas, análise crítica, elaboração de quadro conceitual adequado para a leitura e interpretação das fontes, e para a escrita do TCC. Também, as cargas horárias de todas as disciplinas, sendo obrigatórias e ou eletivas, foram padronizadas, passando a ter 54 horas. Consideramos que, dessa forma, passamos a contar com mais ferramentas que contribuirão para a formação do professor de História. Foram inseridas as disciplinas extensão na matriz como previsto pela Resolução de fevereiro de 2018 Consuni/Ufal.

Por não haver ainda uma norma de regulamentação das ações de extensão como componente curricular obrigatório nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFAL no momento da aprovação deste no CONSUNI UFAL, a coordenadoria dos cursos de graduação, CCG, emitiu um parecer (em anexo) em que indicando a sua aprovação, mas com a ressalva de que seria necessário fazer ajustes na parte referente à curricularização da extensão para adequá-lo à resolução que estava em processo de construção naquele momento (Resolução nº 04/2018, aprovada em 19/02/2018). Respondendo a esta demanda em julho de 2019 o NDE do curso de História Bacharelado fez alterações em carga horária e das ementas das ACEs, assim como de partes do texto que fazem referência à curricularização das ações de extensão.

A defesa fundamental, contida nesse Projeto Pedagógico e visível em sua estrutura curricular, é de possibilitar aos seus concluintes uma formação plena como professor – historiador e pesquisador –, de forma a garantir a indissociabilidade entre a produção do conhecimento teórico-empírico praticada na pesquisa e sua difusão crítico-reflexiva através do exercício de mecanismos de exposição destes resultados (publicações, palestras, conferências, orações). Em face dessas prerrogativas, nota-se ainda, que o conceito de sujeito histórico politicamente ativo – indicativo norteador do curso de História, consciente de seu papel na construção de conhecimentos, deve atuar em projetos que busquem sua divulgação para diferentes públicos alvos, extrapolando dessa forma os círculos acadêmicos e fornecendo material consistente e crítico para os processos de educação e informação da sociedade como um todo.

Outro desafio que se colocar no presente documento é o da valorização e melhoria da qualidade das atividades de pesquisa do ensino de História na Universidade e nas respectivas instituições incumbidas de determinadas funções. Nas atividades de práticas profissionais que serão desenvolvidas ao longo do curso, serão incrementados procedimentos metodológicos que facultem o aprimoramento de técnicas relevantes para a formação do professor historiador.

Por seu turno, as práticas profissionais correspondem a uma incessante tentativa de levar o estudante de História à uma posição crítica, face à realidade social vivenciada por ele e por outros que o cerca. O fato de vivermos em uma sociedade que ainda se fazem presentes preconceitos de classe, étnicos e sexistas nos faz pensar na importância de debater o significado da invisibilidade à qual, durante muitos anos, no curso de História, ficaram relegados trabalhadores, negros, indígenas, mulheres entre outros sujeitos sociais. Vale dizer que esta História assumiu um lugar nas argumentações e opções de sujeitos e, no senso comum, muitos ainda a utilizam, reproduzindo uma História construída de cima para baixo, dando ênfase às elites políticas e econômicas. Por esse viés, recorreremos a tão bem empregada frase de Walter Benjamin: é preciso “escovar a história a contrapelo”¹ para que, de fato, os estudantes do curso possam se identificar como sujeitos sociais e agentes de transformação.

1.2. Justificativa.

A história produz conhecimento científico e tem suas próprias características teóricas e metodológicas. Sua narrativa expressa significativas interpretações resultantes da pesquisa do historiador. Dar a conhecer estes caminhos é conhecer a história e suas implicações metodológicas diferenciais. Ou seja, é campo de conhecimento que foca um problema particular e/ou um

¹ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. 4ª edição, vol. 1. SP: Ed. Brasiliense, p. 225.

conjunto de fatores particulares, assim como foca na experiência humana e em grupos sociais de um tempo e lugares específicos e determinados. Ela é a presença em nossas vidas porque vivemos num contexto histórico-social carente de interpretações e definições dele mesmo quanto ao seu cotidiano. Ao mesmo tempo, porém, falamos do ‘fazer história’ (não apenas vivê-la em seu pleno significado existencial), que sugere uma perspectiva teórico-metodológica, inquirições do saber específico e elementos que classifiquem o conhecimento histórico. Ora, é dentro desta perspectiva acadêmica que se debruçam nossos desejos e inquirições, lançando sobre elas, ao mesmo tempo, novas luzes para um conhecimento singular, privilegiado de análise sistêmica sobre o assunto e organizado de forma a reconhecer a importância da história tanto como memória, quanto como disciplina.

Assim, a proposta do presente Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UFAL insere-se nas demandas atuais do Ministério da Educação, e é orientada por uma proposta de consciência histórica e acadêmica pertinente às mudanças historiográficas e novas produções do conhecimento histórico. Assim, também é a meta em se persistir numa busca pelo melhor desempenho educacional para as graduações em Licenciatura no país, principalmente para Alagoas. Segundo estas prioridades efetivas do Ministério da Educação, os cursos de graduação têm sofrido algumas importantes mudanças em sua estrutura curricular, bem como em sua própria concepção do que se entende por Licenciatura e as suas atividades, abrangendo as possibilidades de um conhecimento interdisciplinar e multidisciplinar. Isto inclui atividades e demandas das práticas profissionais que abrangem novas possibilidades para o desenvolvimento do conhecimento histórico, privilegiando as capacidades e as habilidades do curso aos graduandos. Tais modalidades estão permitidas e aprimoradas neste projeto de curso, visando acompanhar e aprimorar as demandas educacionais, principalmente pensando na expectativa de uma qualidade em educação para a Universidade Federal de Alagoas.

A necessidade de profissionais qualificados, cujo perfil será de compromisso com a memória histórica, com a sociedade e suas mudanças culturais e responsabilidade com as políticas educacionais, será parte de intensa preocupação do curso. A formação dos graduados estará, assim, direcionada aos profissionais licenciados, considerados qualificados para sua área de ensino. Também buscamos ampliar as capacidades dos estudantes, oferecendo tanto à parte específica do Licenciatura com suas disciplinas referentes e, também, as disciplinas entendidas como conhecimento histórico. Entendemos que este conhecimento histórico necessita de trabalhos práticos que serão realizados sob orientação de disciplinas específicas e capacitadoras de conhecimento, a partir da oportunidade concentrada nas horas de Estágio Supervisionado auferida pelo MEC. Vale lembrar que as atividades de práticas profissionais serão sustentadas e orientadas dentro do arcabouço teórico-metodológico do conhecimento historiográfico,

considerando-se indissociável o ensino e a pesquisa para conhecimento, incluindo perfeitamente o curso de história com as suas demandas acadêmicas para esta orientação.

Temos que considerar que ensino e a investigação científica são bases para que os graduandos possam transformar seu meio social. Todos eles serão agentes da transformação social. Promotores da cidadania e, como tais, empenhados em um país melhor. A consciência reflexiva, a preparação para o espírito crítico e a consciência de sujeito atuante em sua realidade histórico-social está sendo privilegiada neste Projeto Pedagógico, ampliando as oportunidades de expansão de suas capacidades e habilidades adquiridas no tempo de graduação. Uma reflexão consciente para sua realidade história e social, considerando a sua bagagem acadêmica adquirida no curso é a base da formação da cidadania consciente e atuante, bem como do profissional licenciado competente. A partir destas escolhas acadêmicas para o graduando, desenvolvemos as bases do projeto pedagógico em dois grandes módulos de argumentação conceitual. A saber: o historiador e o pesquisador (no sentido amplo da palavra – investigador científico) são as matrizes do nosso objetivo para os graduandos em Licenciatura em História.

O Curso de Licenciatura em História tem como preocupação primordial desenvolver, através deste arcabouço conceitual à racionalidade reflexiva e a consciência histórica e política dos graduandos e aprimorar as possibilidades de uma educação reflexiva. Esta trama matricial de conhecimentos e saberes será capaz de promover a integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade, de tal maneira que os futuros profissionais de história possam atuar nas comunidades onde irão desenvolver sua prática profissional, se aprimorando nos estudos continuamente, de modo crítico, dispondo de uma bagagem de conhecimentos que os habilite às atividades relacionadas ao desenvolvimento de projetos educativos de cunho social e cultural. E, orientados politicamente serão capazes de promover o reconhecimento de uma comunidade acadêmica de qualidade, através de suas ações social e política, ativa e produtiva, contribuindo também para a construção da democracia no país.

O Curso de História aqui proposto coloca-se como instrumento de ação social, ao mesmo tempo, valorização da memória, do patrimônio, da cultura brasileira e da própria história do país. Nisto, buscamos compreender as demandas atuais do curso de história para o Estado de Alagoas, principalmente no que se refere à discussão e orientação de propostas que incrementem soluções para os mais diversos problemas relativos à educação e à formação do historiador, valorizando principalmente a atuação e compreensão da memória histórica de Alagoas, do patrimônio imaterial de nosso estado, das necessidades de renovação do próprio PPC do curso.

A valorização da cultura, do patrimônio histórico do país, dos hábitos, costumes e discursos sociais e políticos dos universos macro e micro social, bem como as análises das tradições, dos imaginários e das mentalidades identificados nos processos de mudanças ou de permanências das formas culturais e das culturas políticas do país e da América Latina são

elementos de referências e de análises do curso. Todos estes elementos são objetos de interesse em nossa matriz curricular, pois são tendências historiográficas atuais, de que não podemos nos separar.

Os nossos referenciais teórico-metodológicos, portanto, para o ‘pensar’ e a ‘memória documental’ do conhecimento historiográfico requer que primeiramente se conceba a disciplina HISTÓRIA como ciência, onde estão inseridos os conceitos, os paradigmas teórico-metodológicos e as experiências investigativas num meio social acadêmico. É este meio social que dá legitimidade ao conhecimento e sua transmissão para a sociedade. E estamos falando de um meio social particular por ser inovador para a própria UFAL, e oportunizamos às demandas do próprio conhecimento histórico – que é regional – para que a excelência seja alcançada por ela.

O Curso de Licenciatura em História da UFAL pretende, então, habilitar profissionais capazes de atuar como agentes de transformação da realidade social, no sentido de participarem ativamente do processo de construção do conhecimento, patrimônio e memória. Para tanto, preparar profissionais cujo perfil se caracterizará pela competência teórica no conhecimento historiográfico, aliada à capacidade de análise e reflexão social do seu meio e do seu tempo, para a transformação e formação de uma realidade social cidadã. O sentido crítico, a análise reflexiva da memória histórica e compreensão dialética do processo histórico serão os eixos da prática do licenciado para a habilitação de profissionais, marcados pelo compromisso com a memória histórica e com o exercício da democracia. Este compromisso social é, atualmente, reivindicado por historiadores como Eric Hobsbawm (2003) que nos chamam a atenção para a nossa inserção social.

1.3. Perfil do Egresso.

Acompanhando os objetivos e as diretrizes propostas por esse (PPC), a meta final que queremos atingir é a formação de um profissional que possua ética e capacidade política em bases críticas, habilitado à prática da cidadania e exercício pleno da democracia. Somada a essas características, consideradas inerentes ao egresso do curso de História, promoveremos uma sólida formação técnica e profissional, que complementarará a formação do futuro professor, sendo este, capaz de compreender e transformar a sua e outras realidades. Ou seja, um sujeito não apenas competente, segundo os conhecimentos adquiridos na formação inicial, mas, que seja potencializador das transformações sociais, políticas e culturais pertinentes ao seu tempo.

O formando do Curso de Licenciatura em História da UFAL deverá ser capaz de atender às prementes necessidades do ensino de História e, ao mesmo tempo, se apropriar de instrumentos

que possam promover aproximação entre a instituição onde for atuar e a sua respectiva comunidade. E, ainda, deverá ser capaz de atuar na área de pesquisa para enriquecer e promover a produção científica das Ciências Humanas, em particular, da História. Nesse sentido, acompanhamos a Resolução 01 de julho de 2015, quando das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior do curso de Licenciatura, de Graduação. Assim, destacamos algumas características inerentes ao profissional da História, como orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; comprometer-se com o sucesso da aprendizagem dos alunos, assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos, preparar os discentes à educação básica, fundamental, infantil e médio.

Portanto, o curso parte da premissa de:

- “I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.”

1.4. Habilidades, Competências e atitudes.

As habilidades, competências e atitudes do profissional de História a ser formado se esmeram no campo da pesquisa historiográfica, nas habilitações para a pesquisa educacional, na preservação dos acervos documentais e na memória historiográfica, bem como na constituição da

difusão do conhecimento. Neste sentido, tem-se como orientação a sugestão de Regulamentação da Profissão do Historiador, através do projeto de lei do senado nº 368/2009, cujo referendo tem sido feito pela Associação Nacional dos Profissionais de História (ANPUH) e, que, atualmente, encontra-se em finalização de aprovação. Neste aspecto, faz-se necessária uma revisão profunda de aspectos essenciais da formação do professor, tais como a organização institucional, a definição e estruturação dos conteúdos para que respondam às necessidades da atuação do professor, os processos formativos envolvendo aprendizagem e desenvolvendo competências acerca da profissão docente, a vinculação entre escolas de formação e os sistemas de ensino da educação básica, de modo a assegurar-lhe a indispensável preparação profissional.

Em consequência, a competência é um dos requisitos fundamentais na orientação do Curso de Formação de Professores. Não basta o profissional ter informações acerca das disciplinas que forma o currículo do professor-historiador. É necessário que este consiga transformar essas informações em conhecimentos, colocando-os em ação prática, avaliando criticamente a sua própria atuação, enquanto agente mediador de processos de ensino e aprendizagem, atuando e interagindo cooperativamente com a comunidade na qual está inserido.

O grande desafio que este Projeto Pedagógico coloca é, como equalizar os conteúdos definidos para um currículo da formação profissional do Curso de Licenciatura em História, uma vez que são os conteúdos que possibilitam a construção e o desenvolvimento de competências e habilidades. O currículo conterá conhecimentos necessários ao desenvolvimento das competências exigidas para o exercício do magistério, tratando-os nas suas diferentes dimensões, tais como: na sua dimensão conceitual – na forma de teorias, informações, conceitos; na sua dimensão procedimental – na forma do saber fazer; e na sua dimensão atitudinal – na forma de valores e atitudes que estarão em voga na atuação profissional.

Com essa finalidade, indica-se um conjunto de competências constantes do Resolução de 01 de julho de 2015, Art. 6, como linhas mestras de orientação, com o detalhamento a seguir, inerentes a formação do professor-historiador.

O curso de História - Licenciatura, baseado nas Diretrizes Curriculares e na Resolução de julho de 2015 e nos Referenciais Curriculares Nacionais dos cursos de Bacharelado e Licenciatura 2010 – MEC, capacita e habilita nossos egressos para as atividades de professor de Ensino Fundamental e de Ensino Médio; os quais atuam, nas disciplinas de História do Ensino Fundamental e Médio; e nas temáticas relativas às questões étnicas, multiculturais, educação ambiental, educação em direitos humanos, democracia e acessibilidade na educação.

Nossos formandos podem atuar na gestão pedagógica, participando na elaboração de projetos com foco no processo de ensino e de aprendizagem, considerando que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento. Além disso, são capazes de planejar, organizar e desenvolver

atividades relativas ao Ensino das Ciências Sociais, pois sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da História, do ensino de História como foco no diálogo e na necessidade de contextualização. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza, ainda, pesquisas em Ensino de História, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico.

Assim sendo, as habilidades, competências e atitudes dos egressos do Curso estão organicamente amalgamadas às reflexões explicitadas nas diretrizes para a graduação, definidas pela instituição, e às recomendações presentes na LDB/96 (Lei nº 9394/96), e demais legislações pertinentes à formação de professores.

Logo, são competências e habilidades gerais do Curso de História:

- Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica;
- Autonomia intelectual;
- Capacidade analítica;
- Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social;
- Compromisso social;

E são competências e habilidades específicas do Curso de História Licenciatura:

- Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino (Parecer CNS/CES 492/2001).
- Orientar suas escolhas e decisões metodológicas e didáticas por valores democráticos e por pressupostos epistemológicos coerentes;
- Reconhecer e respeitar a diversidade, em seus aspectos sociais, culturais e físicos, detectando e combatendo todas as formas de discriminação;
- Zelar pela dignidade profissional e pela qualidade do trabalho escolar.

2. Concepção do Curso.

A concepção do curso de Licenciatura em História insere-se nas abordagens historiográficas contemporâneas que se divide em duas frentes: a Escola Social Inglesa e a Escola Francesa (Escola dos Annales e Nova História Cultural).

O ofício de historiador no Brasil manteve-se durante muito tempo, preso a uma historiografia positivista, cujo eixo de reflexão estava nos feitos dos grandes heróis e na construção de uma consciência de nação e de nacionalidade. As contribuições dessas duas abordagens têm sido essenciais para trazer à tona uma História mais engajada com a sociedade e, mais aberta às análises que inserem personagens comuns como agentes da História, ao abordar temáticas ligada a: história do trabalho, história de gênero, história dos sentimentos, história das religiões etc.

Entende-se, portanto, a necessidade de uma produção do conhecimento historiográfico que esteja atento às dinâmicas da sociedade brasileira contemporânea. No entanto, essas mudanças na perspectiva historiográfica consistem não apenas no questionamento da sua tradição positivista, mas também na construção de novas propostas metodológicas de ensino-aprendizado, nas quais a reflexão teórica, incluindo a própria construção narrativa que integra o ofício do historiador, estejam presentes.

A História Social e a Nova História Cultural, base de onde partem nossa concepção do curso, nos encaminham para essa discussão, visto que em termos epistemológicos, ambas se preocupem com necessidades de fazer uma História em que o fio condutor não seja construída a partir de uma linha evolutiva, na qual os fatos se sucedam tendo como eixo de reflexão uma história centrada na experiência europeia; mas, uma história problematizada, em que as experiências da sociedade e do historiador estejam inseridas de forma orgânica com as experiências históricas do passado.

É preocupação do curso de História Licenciatura, dentro desta perspectiva, dar margem ao aprendizado da pesquisa e do ensino de História no sentido de formar profissionais que estejam capacitados para fazer ligações entre estas abordagens historiográficas e a experiência em sala de aula nos diferentes níveis de ensino. E, para tanto, o curso tem, ao longo de sua trajetória, se instrumentalizado para dar suporte para que seus egressos tenham autonomia no processo da produção de conhecimento e ensino de história.

Para tal objetivo o curso de Licenciatura, tem dado atenção as questões levantadas pela historiografia sobre a crítica documental, no que diz respeito a concepção do que pode ser considerado fonte histórica, possibilitando uma inserção maior de objetos de pesquisa a serem estudados. Além disso, os questionamentos impostos aos documentos quanto ao seu *status* de

“verdade”, abriu espaço para uma história em que os dizeres que extrapolam as instituições pudessem ser ouvidos. Mas, o importante é sabermos que toda esta mudança nos encaminha à responsabilidade de um ensino de História subjetivo, que se constrói por meio de bases sólidas em termos teórico-metodológicos, tanto na pesquisa histórica, como no ensino da História.

Podemos afirmar que o presente Projeto Pedagógico para o curso de Licenciatura em História da UFAL vem ao encontro de tais necessidades e propostas de mudanças historiográficas, presentes na concepção da produção do conhecimento na área, o qual é possível resumir numa experiência em que o saber é socialmente construído e informado por seu meio social (DE CERTEAU,1998). Estamos atentos às atuais produções do conhecimento historiográfico, às necessidades de estudos regionais e às demandas dos mercados profissionais. Estas questões foram as bases para a construção das linhas mestras deste projeto.

Nesse sentido, nosso compromisso com a estrutura curricular do curso de Licenciatura em História tem por preocupação a formação não apenas de profissionais considerados qualificados para sua área específica, mas que serão orientados às atividades de investigação científica, concentradas nas Práticas Profissionais, contempladas no curso e orientadas pelas disciplinas conjuntas às atividades de extensão curricular. Segundo a Resolução aprovada em 19 de fevereiro de 2018, n: 04/2018 que define os componentes curriculares comuns aos cursos de graduação de formação de professores para a educação básica, no âmbito da UFAL, Art. 4, inciso 1 diz sobre a distribuição das 400 horas da Prática Pedagógica como componente curricular (...) **“constituindo-se pela abordagem da pesquisa e/ou extensão (...)”**. Deste modo, a Prática Pedagógica neste presente projeto pedagógico estará vinculada à determinadas disciplinas da matriz curricular, contemplando o que defende a referida Resolução. Também o Curso apresenta uma proposta extensionista inserida na Matriz curricular, o que proporciona o cumprimento da requisição do MEC, tanto para as atividades de extensão como para os projetos diferenciados.

2.1. Objetivos.

2.1.1. Objetivo Geral:

O curso de Licenciatura em História da UFAL habilitará profissionais capazes de atuar como professores do ensino de História e de transformação da realidade social, no sentido de participarem ativamente do processo de construção do conhecimento, bem como do entendimento da dinâmica histórica de seu próprio país. Para tanto, a Licenciatura em História preparará profissionais pela competência teórica e analítica, sentido crítico e compreensão dialética do processo histórico.

Neste sentido, visando o aprimoramento do conhecimento histórico, nosso objetivo é o acolhimento no trato interdisciplinar e multidisciplinar, promovendo o enriquecimento dos

currículos dos graduandos e das oportunidades de continuação de seu conhecimento. Junte-se a isto, nossa preocupação em formar um licenciado que tenha empenho em pesquisas de ensino e projetos investigativos em suas áreas de interesse.

Reconhecemos, pois, que um dos objetivos principais está o de preparar o graduando para as habilidades em sua profissão e, como tal, competência como sujeito atuante e transformador em seu meio social no resguardo da memória histórica e seu conhecimento.

2.1.2. **Objetivos específicos:**

Segundo a proposta deste Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História pela UFAL, os *objetivos específicos* do curso em relação às inserções institucional, política, geográfica e social podem ser assim definidos, tais como:

a) Institucional:

- * Contribuir de forma direta para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão da universidade como um todo;
- * Contribuir na aproximação do corpo discente com as instâncias que compõem a UFAL e ajudar no resgate da história da IES e do Estado de Alagoas;
- * Favorecer a interdisciplinaridade, tanto no interior do ICHCA – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes – ao qual o curso pertence, como num âmbito Inter unidades. Reconhecendo a História como um campo extremamente vasto de saber e reflexão crítica, que pode abranger praticamente todas as demais áreas do conhecimento, exercitar estas abordagens inter e transdisciplinares;

b) Política:

- * Através das atividades de organização, tratamento, restauração e análise crítica de corpus documentais, promover o sentido de ação política da atuação do historiador.
- * Através das instâncias de pesquisa, promover o sentido de ação política da atuação do historiador;

c) Geográfica:

- * Resgatar o estudo e a pesquisa da história regional, promovendo a ampliação e desenvolvimento do debate acerca das particularidades específicas do Nordeste brasileiro e do Estado Alagoano.

d) Social:

- * Promover uma reflexão crítica que suscite a identificação e desenvolvimento da questão da cidadania;
- * Promover uma reflexão crítica que suscite a identificação dos conflitos e movimentos sociais brasileiros;

* Contribuir, através do estudo sistemático das condições históricas de formação da sociedade brasileira, nordestina e alagoana, no sentido da redução das desigualdades sociais e dos preconceitos étnicos, religiosos e de gênero.

* Contribuir para minimizar os aspectos de intolerância religiosa, sexual e de gênero no estado de Alagoas;

* Desenvolver e ampliar as capacidades dos grupos de pesquisa do curso, dos centros de documentação como o CPDHis atuantes no curso, através de pesquisas, trabalhos de TCC e outros.

2.2. Integração: ensino, pesquisa e extensão.

A proposta de integração dos elementos acima é apresentada pelo Curso de Licenciatura em História, primeiramente, a partir das disciplinas da matriz curricular com o item relativo a 'ensino'. Assim, a pesquisa e a extensão são apresentadas a seguir, obedecendo ao PDI 2013-2017 da instituição. Com a formação de laboratórios de pesquisa e extensão (Laboratório de Cinema e História – LACHis, Laboratório de Outras Histórias, CPDHis - Centro de Pesquisa e Documentação Histórica e a Revista Crítica Histórica), cujas atividades se desenvolvem no âmbito do curso; e a consolidação nos últimos anos dos grupos de pesquisa certificados pela UFAL (Núcleo de Estudos Sociedade, Escravidão e Mestiçagem – NESEM, Documentos, Imagens e Narrativas, História Social e Política, História Social do Crime, Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo – VIVARIUM – UFAL, Laboratório Interdisciplinar de Estudos das Religiões – LIER, e Laboratório de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros – LAHAFRO), articulam-se projetos e programas institucionais de fomento e incentivo à pesquisa e extensão. Atuam também diretamente no curso os programas de cotas de acesso às vagas no ensino superior para populações de baixa renda, de origem afro-brasileira e ou indígena, assim como programas de permanência ao discente – como as bolsas de permanência de caráter social e o Programa ODÈ AYÉ para os cotistas.

Ainda disso, os Grupos de Pesquisa do curso de História Licenciatura elencados a seguir contribuem de forma exemplar na discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais empenhando cada qual, em sua área específica, nas discussões temáticas de Direitos Humanos, educação ambiental, gênero, questões étnicas raciais. A exemplo, o Grupo de História Social do Crime que debate as questões de violência de gênero e ainda, recentemente, um projeto aprovado com o estudo sobre violência policial e milícias de extermínio onde discutiu-se a atuação da polícia do estado de Alagoas dentro do Estado Democrático de Direito; e o Grupo de Gênero e Sexualidade que trabalha as questões relativas a discussão temática de gênero.

2.2.1 – Laboratórios de Pesquisa

2.2.1.1. Laboratório de Cinema e História – LACHis

A relação entre História e Cinema não se resume a filmes históricos. Vai muito além. História e Cinema são duas narrativas, dois fenômenos históricos que falam do presente, do passado ou do futuro. Partindo destes pressupostos, o LACHis pretende fornecer ao curso de História, suporte para responder às questões, prementes ao ofício do historiador, de quais são as diferenças e semelhanças entre essas duas narrativas. Questionando de que forma elas dialogam e colaboram para a construção de identidades e subjetividades de um tempo.

Contando com uma sala que comporta vinte pessoas, um Datashow e um telão, o LACHis estará disponível para as disciplinas do curso de História para a projeção de filmes, promovendo dessa forma reflexões sobre a História.

2.2.1.2. Laboratório de Leitura e Outras Histórias

O Laboratório de Leitura nasceu da antiga Biblioteca Setorial da História, criado em 2008 a partir do acervo localizado do CPDHis. Hoje conta com um espaço próprio, com computadores para acesso dos consulentes e acesso à internet. O ambiente possui mesas e cadeiras para consulta e pesquisas dos estudantes, professores e demais interessados. Gerenciado pela coordenação dos cursos de História (Bacharelado e Licenciatura) e o CPDHis, o laboratório tem sido não só um espaço de estudo dos discentes e docentes da graduação, como suas obras de tornaram uma referência a mais para o aprofundamento do processo de pesquisa bibliográfica. Localizado no próprio espaço do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte, é um lugar de fácil acesso para os alunos, o que facilita a integração do acervo com atividades de sala de aula, servindo de forma bastante efetiva para todas as disciplinas obrigatórias e eletivas do curso.

2.2.1.3. Laboratório de Ensino de História (LEH)

O Laboratório de Ensino de História (LEH) do ICHCA/UFAL nasce após longa discussão do colegiado do curso, no final de 2014, com a prerrogativa de instrumentalizar os estudantes do curso de História, especialmente aqueles vinculados à Licenciatura, a experimentar a oportunidade do vir a ser professor dessa disciplina na educação básica. Almejando a formação de um profissional pleno com múltiplas habilidades para lidar com o fazer do professor/historiador na educação básica, a proposta do Laboratório de Ensino de História da UFAL agrega às suas atividades a utilização de materiais que estão sob a guarda do CPDHis, devendo ser utilizados como linguagens na elaboração de projetos a serem viabilizados como

atividades didático-pedagógicas, especialmente no momento em que ocorrer a disciplina de Prática de Ensino de História e o Estágio Supervisionado. O laboratório estará disponível igualmente para o uso dos docentes de outras disciplinas do curso de História, quando estes forem desenvolver suas atividades concernentes ao histórico-pedagógico.

Notadamente, o Laboratório estabelecerá conexões com as linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em História (Estado, Relações de Poder e Movimentos Sociais; Cultura, Representações e Historiografia) no sentido de promover uma formação integrada dos profissionais de História. A proposta ora apresentada tem como meta fortalecer o curso de licenciatura em história da UFAL ancorando-se no tripé ensino, pesquisa e extensão universitária, incentivando a construção de novos objetos de pesquisa e ensino. Buscamos igualmente novos caminhos que viabilizem a construção de materiais pedagógicos e procedimentos metodológicos a fim de promover um ensino de história de qualidade na educação básica. Este percurso será trilhado igualmente por meio da compreensão e da utilização das múltiplas linguagens viabilizando a formação de um professor preocupado com o ensino e a pesquisa histórica no âmbito da educação básica.

Objetivos:

As atividades do Laboratório de Ensino de História (LEH/UFAL) terão como premissa a formação de professores de história, tanto no que concerne a sua formação inicial como a sua inserção no processo de formação continuada. Assim sendo, tal proposta deverá:

- a) Favorecer os estudantes do curso de história a descortinarem as particularidades dos conhecimentos históricos, viabilizando a compreensão do processo ensino e aprendizagem da disciplina em âmbito da educação básica.
- b) Ofertar a estes estudantes condições favoráveis para avaliar e colocar em prática os materiais didáticos elaborados pelo mercado editorial e disponibilizados aos sistemas de ensino do país pelo MEC. Fornecer condições para os estudantes enfrentarem o desafio de produzir seus próprios materiais didáticos e testar o seu uso nas aulas de história, seja durante os momentos de estágios supervisionados e ou mesmo ao longo do curso de licenciatura.
- c) Colaborar no sentido de promover e desenvolver competências de leitura e escrita dos estudantes, habilitando-os à seleção de materiais didáticos - livros e/ou outros materiais, adequando seu uso ao ensino de história na educação básica.
- d) Possibilitar aos estudantes em fase de estágio supervisionado de ensino de história a oportunidade de refletir acerca das informações existentes nos manuais didáticos, resoluções, orientações curriculares e outros materiais que tratam sobre o ensino de história. Estas reflexões os possibilitarão pensar criticamente a realidade histórica em todos os níveis da educação básica no país, levando-os a desenvolverem espírito crítico frente a esses instrumentos de trabalho como suporte didático às aulas de história.

- e) Criar condições para que os estudantes em fase de estágio lidem com as múltiplas linguagens para a problematização dos objetos legados pela história em âmbito da educação básica.
- f) Articulando as disciplinas do currículo escolar, busca-se habilitar os estudantes de história a desenvolverem competências de escrita e leitura que sirvam como eixo facilitador de compreensão dos conteúdos e habilidades que regem a docência em âmbito da educação básica.
- g) Constituir e disponibilizar à comunidade interna e externa à universidade materiais didáticos produzidos e utilizados pelos estudantes de história em fase de estágio supervisionado, devendo o LEH, ao longo de sua trajetória, constituir-se em um acervo de materiais didáticos que sirva como suporte de ensino e pesquisa.
- h) Cuidar da educação continuada dos egressos do curso por meio de projetos de extensão que incluam professores do curso para a referida formação. (Ver em anexo o projeto de formação continuada de 2017-18).

Em síntese, o LEH tem como meta promover a integração dos docentes e estudantes em favor da promoção de uma educação básica de qualidade à luz de um ensino de história que anseie pela sua ressignificação na sala de aula frente aos desafios de se interpretar o passado à luz do presente. É o momento da construção de caminhos, de derrubarmos barreiras utilizando-nos de novas técnicas e procedimentos, inclusive com o apoio de tecnologias. É o caminho do fortalecimento da reflexão crítica acerca dos materiais existentes para o ensino de história, assim como o momento de nos apropriarmos de novas linguagens que são específicas do ensino de história na educação básica.

Frente aos desafios que o LEH se propõe, constrói-se uma plataforma priorizando-se a formação inicial e continuada dos profissionais da história, especialmente aqueles imbricados com a disciplina História. À luz da proposta em questão, o LEH torna-se lócus de produção e uso de materiais didáticos, de debates, de produção e divulgação de pesquisas e acervo de referência para o uso dos profissionais engajados com a área de ensino e pesquisa em História. Por fim, cabe mencionar que o Laboratório deverá promover seminários locais, regionais e nacionais de atividades programadas no sentido de viabilizar debates e trocas de experiências favorecendo, dentre outras questões, temas ligados ao ensino de história e a utilização de suas linguagens na educação básica.

2.2.1.4. CPDHis - Centro de Pesquisa e Documentação Histórica

É um centro científico de pesquisa e documentação histórica vinculado aos Cursos de História (Bacharelado e Licenciatura) do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA). Como espaço de pesquisa e acervo documental atende aos corpos docentes e discentes

dos cursos de História e demais pesquisadores e professores internos e externos ao ICHCA e UFAL. Seus objetivos gerais são:

- Fomentar as atividades de pesquisa dos cursos de História da UFAL, facilitando o levantamento de fontes e dados para a realização de projetos de Trabalhos de Conclusão de Curso, Pós-graduação e pesquisas historiográficas sobre a História de Alagoas e Geral;
- Valorizar e divulgar a produção historiográfica dos cursos de História da UFAL;
- Propor cursos de extensão, minicursos, oficinas e palestras que trabalhem com temas relacionados ao problema das fontes e seus diferentes usos para o ensino e a pesquisa de História.

O *Acervo Digital*, por seu caráter de facilitador ao acesso e divulgação via mídias de informação, agrega diversos materiais; por exemplo, obras completas de livre acesso (e-books), artigos científicos e monografias, enciclopédias, dicionários, etc.; disponibilizam-se catálogos de imagens, fotografias, manuscritos digitalizados, entrevistas e transcrições. A tais fontes, veiculadas na *Internet*, Universidades e Centros de Pesquisa se permite o acesso para consulta no local e possível cópia aos interessados. Ressalta-se que a *produção dos alunos e professores do curso é, necessariamente, incorporada ao acervo digital*, como também os resultados dos eventos e atividades que geram produção no curso. Tais obras auxiliam os pesquisadores locais e professores (das redes públicas e privadas) tanto no acompanhamento das produções de outros centros de conhecimento quanto no compartilhamento com outros pesquisadores e professores os resultados de suas pesquisas.

O CPDHis, hoje tem trabalhado na construção do conteúdo das informações que comporão a sua *página* institucional no ICHCA, visando uma ampliação da divulgação do acervo, o maior acesso às obras digitalizadas e o conhecimento da comunidade acadêmica das atividades realizadas nos cursos de História da Ufal. No entanto, sua atividade principal se dirige à formação dos historiadores, sejam bacharéis ou licenciados e vinculado diretamente às disciplinas do eixo Teórico-Metodológico do curso.

Sobre a estrutura física, além da sala e de um computador conectados à rede, conta com mobiliário coletivo (mesas, cadeiras e birôs) para pesquisa, uma mesa de higienização e um *scanner* planetário.

Suas *linhas de pesquisa* são:

- **História, memória e patrimônio documental:** tem por objetivo produzir reflexões sobre a relação entre a História, a memória e o patrimônio documental no Brasil, em que se percebam as elaborações sociais sobre o lembrar, o esquecer ou silenciar, em que as disputas pela memória social são colocadas em diferentes períodos da História.

- **Fontes históricas e produção do conhecimento:** objetiva estudar, refletir a relação entre as diferentes tipologias das fontes históricas e a produção do conhecimento historiográfico, problematizando as questões epistemológicas neste processo.

Suas *linhas de extensão* estão em consonância com o Programa de Extensão dos cursos de História (Bacharelado e Licenciatura): *Formação de professores; Metodologias e estratégias de ensino/aprendizado; Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial; Direitos Individuais e Coletivos; Grupos sociais vulneráveis.*

2.2.1.4.1. Revista Crítica Histórica

Os Cursos de História possuem uma revista eletrônica: **Revista Crítica Histórica**. Criada em 2010, tem como autor cooperativo o *Centro de Pesquisa e Documentação Histórica* (CPDHis) e traz em sua estrutura os enquadramentos exigidos pela plataforma *Qualis*. De circulação *semestral*, é publicada sempre no início de cada semestre, atualmente a ser lançado o décimo primeiro número. Com um *Conselho Editorial* diversificado geográfica e institucionalmente, também conta com docentes ligados a diversos grupos de pesquisa espalhados pelo Brasil e pelo mundo.

Em termos estruturais a Revista possui um dossiê, uma sessão de artigos, resenhas e análise documental. Em seu primeiro número (2010.1), publicou um dossiê com a temática *Ensino e História de Alagoas*; já na segunda edição debateu as questões em torno dos *Movimentos Sociais* (2010.2). O número a ser lançado, no final do presente semestre (2019.1), relaciona-se a *História das Mulheres e das Relações de Gênero*. Para averiguação dos dados, a URL do periódico é: <http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/index>. Por fim, deve ser ressaltado que a revista está indexada em um diretório internacional, o DOAJ (*Directory of Open Access Journals*) desde 2010, além do *Diadorim*, *Sumários* e outros o que possibilita melhor circularidade e amplitude dos raios de ação da pesquisa científica dos artigos, resenhas e demais conteúdo do periódico. Também recebeu, nos anos 2018 e 2019, apoio financeiro, via edital de fomento da Fapeal; contribuição importante para a compra de *DOIs*, tradução de artigos para a língua inglesa, renovação do *site* e da identidade visual da Revista, o que contribuirá para aumentar a sua qualificação.

2.2.2 – Grupos de Pesquisa:

1. NESEM - Núcleo de Estudos Sociedade, Escravidão e Mestiçagens - Séculos XVI – XIX:

Criado em setembro de 2014, integra a Rede de Grupos de Pesquisa Escravidão e Mestiçagens (RGPEM), com sede no Departamento de História da UFMG. Esse grupo de pesquisa nasceu das necessidades de pesquisas sobre temas a eles vinculados no atual território de Alagoas. Buscamos fomentar estudos que possibilitem o entendimento de dinâmicas das relações sociais e culturais existentes na época da escravidão, desde o período em que Alagoas fez parte da Capitania de Pernambuco, durante sua elevação a Comarca e na sua emancipação política. Professores associados: Prof. Dr. Gian Carlo de Melo e Silva e Prof^a Dr^a Flávia Maria de Carvalho.

2. Documentos, Imagens e Narrativas: O grupo abarca atualmente duas linhas de pesquisa: 1.

Historicidade, Narrativas e Metodologias que tem como proposta desenvolver ensaios analíticos, interpretativos e críticos dos diversos estilos historiográficos; 2. *Memória Social, Representação e Informação* que tem como objetivo mapear e identificar tipos de representação da memória social vinculados à cultura material e imaterial de Alagoas. Estabelecer interfaces entre a informação, a representação e a memória pessoal e coletiva. O Grupo tem contribuído de forma interdisciplinar com uma experiência epistemológica de pesquisa e ensino no âmbito dos cursos de Biblioteconomia, Ciências Sociais e Arquitetura. Atua na promoção de intercâmbios científicos e culturais; na participação e produção de eventos científicos e culturais; na fomentação da Memória Social e suas formas de preservação. Dentre suas projeções vislumbra-se a divulgação do conhecimento na área de Ciências Humanas em suas múltiplas formas midiáticas; Assessoria às Associações Sociais; Educação Popular e de Nível Médio e Superior. Professores Vinculados: *Arrisete Cleide de Lemos Costa e Maria de Lourdes Lima.*

3. Grupo de Estudos América Colonial: o grupo de pesquisa tem seus estudos voltados para

investigação sobre as estruturas políticas, econômicas e culturais da América portuguesa. Preocupados com a compreensão da formação da elite, da constituição das redes clientelares, da instituição do *corpus* administrativo, das ações culturais e do desenvolvimento da político-econômica para os espaços coloniais; busca-se também trabalhar com a documentação, sobretudo em seu caráter de transcrição, visando à democratização de fontes em formatos digitais para futuros pesquisadores. Em termos geográficos, privilegia o estudo do território alagoano enquanto localidade subordinada à Capitania de Pernambuco. Suas linhas de pesquisa são: 1. Administração, poder e redes clientelares; 2. Documentação e transcrição de documentos; 3. Escravidão, relações de poder e diáspora africana. Professores vinculados: Prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano e Prof^a Dr^a Flávia Maria de Carvalho.

4.História Social e Política: o grupo de pesquisa tem seus estudos voltados para as investigações no campo do poder, das relações de trabalho, das ações políticas, dos conflitos sociais, da política externa brasileira, da história da esquerda (política e cultural), da história social do trabalho e das ações da esquerda católica no seu imaginário anticomunista. Não somente se restringindo a este espaço, o grupo debruça-se em grande parte na documentação acolhida pelo Arquivo Público do Estado de Alagoas (APA). Suas linhas de pesquisa são: 1. História da política externa brasileira; História das esquerdas: política e cultura; 3. História política da Alagoas Republicana; 4. História Social do Trabalho. Professores vinculados: Prof^ª Dr^ª Ana Paula Palamartchuk, Prof. Dr. José Alberto Saldanha de Oliveira, Prof^ª Dr^ª Michelle Reis de Macedo e Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel.

5.História Social do Crime: o Grupo de Pesquisa tem seus estudos voltados para o entendimento das práticas de desordens cotidianas e criminais, tanto em seus aspectos rurais como citadinos; dos elementos componentes do comportamento do criminoso; o banditismo social; a história das prisões; a justiça e os crimes coloniais; gênero e criminalidade; a relação entre criminalidade e punição, entendidas em seu plano econômico, social, jurídico e simbólico; e a contextualização histórica das formas ritualística das ações criminais. O grupo possui relações de pesquisa com a Universidade Sapiientia e Palermo (Itália), bem como com outras instituições portuguesas. Suas linhas de pesquisa são: 1. Banditismo, máfia e crime organizado; 2. História das Prisões; 3. História Social da Polícia; 4. Homicídio e Controle Social; 5. Justiça e crimes coloniais; 6. Teorias do crime e criminologia; 7. Violência coletiva: conflitos rurais; 8. Vitimização e gênero. Professora vinculada: Prof^ª Dr^ª *Célia Nonata da Silva & Francisco Linhares (UERN).*

6. VIVARIUM – UFAL – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo: o laboratório tem seus estudos voltados para questões culturais, políticas e sociais da antiguidade e do medievo. Busca-se principalmente trabalhar com as formas de produção, transmissão e recepção do material escrito e visual fruto destes períodos, no que tange aos seus aspectos hermenêuticos, formais, estruturais e de funcionamento e apropriação. Os estudos do laboratório recaem, assim sobre a busca por reflexões sobre representações e modos de representar a vida elaborada pelos homens e mulheres do passado. Linhas de pesquisa: 1 – A antiguidade clássica e sua historiografia. 2 – A recepção de textos escritos na Idade Média: textos escritos e cultura visual. 3 – Cultura escrita na Idade Média: produção, circulação e recepção dos códices. Professora vinculada: Prof^ª Dr^ª Raquel de Fátima Parmegiani.

7. Centro de Hermenêutica do Presente: o grupo de Pesquisa tem seus estudos voltados para a desnaturalização e a desuniversalização de conceitos e *práxis* sociais do mundo ocidental. Teórica e Metodologicamente fundamentado na História Oral, investiga temáticas como comunidades sociais, imigrações, narradores, sobreviventes sociais e econômicos, historicidades indígenas, sociocosmologias e filosofia da educação. Suas linhas de pesquisa são: 1. Ficção: Do Conto e do Romance, do Poema ao Teatro. 2. Narradores do Presente: Devires e Redes das Vidas Menores. 3. Narradores Negros. 4. Hermenêutica do Presente VI - Máquina Tribal III. Professor Associado: Prof. Dr. Alberto Frederico Lins Caldas Filho.

8. LAHAFRO - Laboratório de História Afro-brasileira: Seu objetivo principal é desenvolver pesquisas e estudos na área de História da África e História étnicorracial, cultural e social no Brasil e na diáspora africana. Dá-se ênfase às relações de poder, desenvolvimento e transformações histórico-culturais que impactaram na experiência dos povos negros no Brasil. Suas linhas de pesquisa são: 1. Cultura negra e relações de poder. 2. Religiões africanas, afrobrasileiras e movimentos sociais. O laboratório também procura atuar em extensão, através da participação em cursos de formação de professores e divulgação das artes e memórias afro-brasileiras. Professores Associados: Prof^ª Dr^ª Irinéia Maria Franco dos Santos, Prof^ª Ms. Clara Suassuna Fernandes, José Roberto Santos Lima e Prof^ª Dr^ª Flavia Maria Carvalho.

9. LIER - Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões: O objetivo do laboratório é desenvolver pesquisas sobre as religiões em diferentes temporalidades e espaços, numa perspectiva interdisciplinar. Sua atuação dá-se também na realização de atividades de extensão (eventos, cursos de aperfeiçoamento) estabelecendo redes com outros grupos em nível nacional e internacional. Além da divulgação em mídias eletrônicas da produção de membros e parceiros. Suas linhas de pesquisa são: 1. Religiões populares e movimentos sociais. O objetivo desta linha é o estudo das religiões populares nas relações com os movimentos sociais de cunho reivindicativo, transformativo ou de manutenção da sociedade, em diferentes temporalidades. Também de seus elementos constitutivos, sincretismos, festas populares, agentes religiosos etc. Nesse sentido, as religiões ou religiosidades são percebidas como criadoras de princípios e valores fundamentais que alimentam as lutas sociais 2. Religiões, cultura e identidade. Objetiva analisar o papel das religiões na construção do comportamento social, nos valores culturais e seus aspectos identitários. Procura mapear e desenvolver estudos que analisem as representações sociais dos mitos, símbolos, rituais e sua relação com a identidade religiosa dos adeptos e o espaço público. 3. Religiões, Estado e Relações de Poder. O objetivo é o estudo das relações entre as diferentes religiões e o Estado Brasileiro, em que se configurem as lutas pelos espaços sociais de poder em

diferentes temporalidades e espaços geográficos. O caráter institucional tem destaque, por exemplo, nas relações entre as diferentes práticas religiosas e o Estado. Professores associados: Prof^a Dr^a Irinéia Maria Franco dos Santos e Prof^a Dr^a Raquel de Fátima Parmegiani.

10. História e construção literária na prosa brasileira: O grupo de pesquisa, criado em 2006, está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPGLL) e ao curso de História da Ufal, onde atua a líder do grupo. Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, as pesquisas no grupo visam à análise de diversos elementos presentes na narrativa literária brasileira, examinados em correlação ao seu quadro histórico de referência. Suas atividades dividem-se entre os projetos de pesquisa “Leituras gracilianas”, “O grotesco e o monstruoso na construção literária” e “A prosa de ficção brasileira: espaços de experiência e horizontes de expectativa”. Professores Associados: Prof^a. Dr^a. Ana Cláudia Aymoré Martins e a Prof^a. Dr^aa. Ana Paula Palamartchuk.

11. GEPPIMC – Grupo de Estudos e Pesquisa – Processos Imigratórios/Migratórios, Memória e Cultura em Alagoas:

Criado em outubro de 2017, o grupo de pesquisa tem seus estudos voltados para investigação sobre processos imigratórios/migratórios, memória e cultura no Estado de Alagoas e no Nordeste. Os objetivos do grupo são: Identificar os processos migratórios. Compreender o papel social desse sujeito nesse processo, quem são e como viveram e vivem. Analisar a inserção desse sujeito na sociedade alagoana a partir das redes de sociabilidade estabelecidas e apreender os sentimentos múltiplos que emergiram nesse processo por meio da História Oral. Entrevistar os moradores mais antigos dos bairros. Analisar as transformações ocorridas, identificando as desigualdades e procurando compreender a sociedade alagoana na atualidade. Pesquisar os acervos públicos do Estado de Alagoas e os acervos pessoais (Todo tipo de material iconográfico, impresso, manuscritos, entre outros). Pesquisar alguns períodos e locais: Bairro do Jaraguá, a partir da expansão comercial, o Centro de Maceió e o bairro do Bebedouro, especialmente a partir do início do século XIX até os dias atuais. Também serão privilegiados o período das décadas de 1970 e 1980, com a expansão da cana de açúcar e das grandes secas do Nordeste, a partir de 1960. Professores associados: Prof^a. Dr^a Lídia Baumgarten e Prof. José Roberto Lima.

12. Grupo de Estudos Ensino, História e Docência – GEEHD. As atividades desenvolvidas pelo GEEHD têm como base o fortalecimento e aprimoramento das ações que são desenvolvidas no PIBID História existente no curso. Além disso, visamos o estímulo à reflexão do papel do professor de história e a sua formação dentro e fora da universidade, aliando a teoria e a prática, com o objetivo de criar uma cultura formativa voltada para o licenciando em História. Atualmente o projeto PIBID versa sobre o estudo da relação entre Memória e Ensino de História atuando na

Escola Estadual Benedita de Castro e Escola Estadual Margarez Lacet na cidade de Maceió, estado de Alagoas. Professores associados: *Gian Carlo de Melo Silva e Antônio Alves Bezerra.*

13. Grupo de Estudos em História, Gênero e Sexualidade: Nas últimas décadas, a história incorporou as categorias gênero (SCOTT, 1990; MATOS, 1998; PEDRO, 2005) e sexualidade (RAGO, 2001; ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007), nas análises historiográficas. Tais apropriações são efeitos de uma série de transformações político-sociais (movimentos feministas, negros, gays, lésbicos, trans, queer, etc.) e epistemológicas (história das mulheres e das relações de gênero; estudos pós-estruturalistas, pós-coloniais e queer, etc.), que, na oficina de Clio, se traduz na constituição de novos objetos, novas abordagens e novas problemáticas. O Grupo de Estudo e Pesquisa em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), se insere nesse contexto de transformações político-epistemológicas e de renovação dos domínios da história. Dentre os objetivos do grupo estão: possibilitar discussões sobre gênero e sexualidade, que sirvam como ferramentas de pesquisa, ensino e extensão; promover estudos e pesquisas em torno do gênero e da sexualidade como categorias de análises históricas interseccionais; contribuir para a formação dos/das discentes, apresentando-lhes outras possibilidades de produção histórica. Professores associados: Coordenador: Dr. Elias Ferreira Veras, Profa. Dra. Raquel Parmegiani e Profa. Dra. Ana Claudia Aymoré Martins.

2.2.3. Laboratórios de Informática – TIC

O local onde o Curso de Licenciatura em história está inserido, possui dois laboratórios de informática, um de uso compartilhado com o ICHCA com 25 computadores, e outro menor com 15 computadores para uso exclusivo dos alunos do curso de História. Ambos estão conectados à internet, onde os alunos podem ter acesso a consulta de artigos, vídeos de conhecimento específico e construção de trabalhos para as disciplinas do curso de História. O uso de ferramentas de da internet tem sido cada vez maior para as ciências humanas, levando a universidade para um novo patamar de interação e facilitando a acessibilidade a informação e dimensão científica. Para essa consolidação a UFAL está se comprometendo com duas ações básicas preponderantes: a) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, permitindo salas de aula verdadeiramente eletrônicas. O uso das TICs, por parte dos estudantes com necessidades educacionais favorece não só o aprendizado, mas a participação, com autonomia, na vida acadêmica. Assim, a UFAL possui o Núcleo de Assistência Educacional – NAE –

visando promover e facilitar a acessibilidade pedagógica, metodológica de informação e comunicação conforme previstas na Política de Acessibilidade. Desta forma, os docentes são incentivados a buscar junto a esses núcleos orientações sobre o uso devido dessas tecnologias. Deste modo, os discentes do curso de História Licenciatura utilizam tanto um Laboratório de informática do ICHCA de modo compartilhado com outros alunos dos outros cursos, bem como um menor de uso exclusivo do curso.

3. Organização Didático-pedagógica.

3.1. Estrutura curricular.

A Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em História², através do ordenamento dos conteúdos busca, sobretudo, introduzir os princípios gerais presentes nas novas diretrizes curriculares: uma maior flexibilidade curricular; a ênfase na interdisciplinaridade; o exercício de integração entre teoria e prática; o predomínio da formação, de forma mais crítica e abrangente, sobre a informação e não a mera reprodução dos saberes historicamente elaborados. Por outro lado, é importante salientar que as opções por essas novas diretrizes devem ser realizadas de forma a não se perder de vista as especificidades do curso e do campo de atuação do professor de História.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UFAL preocupa-se com as atuais tendências historiográficas contemporâneas e as mudanças na historiografia brasileira. Consideramos que a organização de toda esta urdidura teórico-metodológica foi contemplada na organização da nova matriz curricular deste curso.

O Núcleo I – Conteúdos Básicos - contempla tanto as chamadas disciplinas de ‘conhecimento histórico das sociedades ocidentais’, quanto as disciplinas de conhecimento historiográfico. Estas são denominadas como: Introdução aos estudos históricos, Historiografia brasileira, Teoria da história, Metodologia da Pesquisa Histórica, Historiografia Geral, Seminário do Trabalho Acadêmico. As disciplinas de conhecimento histórico das sociedades ocidentais são denominadas como: História Antiga, Medieval, Moderna, História Contemporânea 1 e 2, História da América 1 e 2; e História da África 1 e 2, segundo a concepção historiográficas das mudanças da modernidade surgidas no nascimento da sociedade ocidental desde a antiguidade até o século XX. Também, neste núcleo as disciplinas de ‘história

² A presente proposta de matriz curricular e distribuição dos conteúdos do curso de Licenciatura em História estão em consonância com a Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, que define “as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada”

do Brasil' que contemplam as necessidades e trabalhos da historiografia brasileira: a História do Brasil I - a América Portuguesa - oportuniza esta possibilidade, bem como outras disciplinas da História do Brasil foram organizadas na temporalidade permitida pela matriz curricular do curso, desde Brasil Império, História do Brasil República I, II, III e IV contemplam a história mais recente de nosso país. Dentro desta possibilidade a República IV termina justamente no governo mais recente que pode permitir ao historiador realizar suas pesquisas históricas. Nesta interface a História Indígena irá contribuir para a interação de discussões e avaliações do processo de consolidação do capitalismo como sistema na realidade social da História do Brasil. Ainda, Antropologia Cultural e Teoria Sociológica. Neste Núcleo estão contempladas as diretrizes curriculares quanto a importância de questões pertinentes como meio ambiente, questões étnicorraciais, gênero e Direitos Humanos que são trabalhados ao longo das ementas e bibliografias das disciplinas de modo que cada professor tenha a autonomia de trabalhar as temáticas como quiser em sala de aula.

O *Núcleo II – conteúdos específicos* - contemplou as disciplinas para a formação dos licenciados na área específica provenientes do CEDU. Assim, de acordo com o Art. 3º do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, o curso de História Licenciatura oferece a disciplina de LIBRAS como uma disciplina obrigatória, sendo ofertada desta forma. O *Núcleo III – conteúdos teórico-práticos* – contempla as disciplinas de prática pedagógica que incluem tanto as relacionadas com o Estágio Supervisionado como as de extensão curricular. Assim, o projeto pedagógico agrega as disposições legais para o efetivo da obrigatoriedade quanto ao estágio supervisionado e extensão curricular, como consta da Resolução de 01 de julho de 2015.

Notadamente, o currículo do curso de Licenciatura em História torna-se flexível, deixando claro que não é uma visão evolutiva, como na perspectiva positivista da história, tampouco uma hierarquização de disciplinas dispostas por uma seriação concatenada a certa cronologia que as desagrega e as isola das demais, mas antes criar uma matriz curricular em consonância com domínios dos conteúdos historiográficos – a partir da otimização do clima social operador de uma determinada realidade histórica e das diferentes concepções inerentes as práticas teórico-metodológicas. Isso permitirá também a flexibilização da matriz curricular, abrindo espaço para a oferta de disciplinas que contemplem as linhas de pesquisas dos professores orientadores, no sentido de promover a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade dos conteúdos inerentes a formação docente, e a ampliação das áreas de atuação profissional dos estudantes de História da UFAL com ênfase na escolha autônoma do estudante, na construção de trajetórias de ensino e aprendizagens significativas.

Em face disso, a matriz curricular do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas, através do ordenamento dos conteúdos busca, sobretudo, introduzir os princípios gerais presentes das novas diretrizes curriculares para formação de professores de história, concatenados às demandas sociais de seu tempo. Por essa razão justifica-se a necessidade de flexibilidade curricular; a ênfase na interdisciplinaridade; o exercício de integração entre teoria e prática; o predomínio da formação, de forma crítica e abrangente, sobre a informação e não a mera reprodução dos saberes historicamente construídos; o aprofundamento da formação pedagógica do professor historiador para atuar com segurança nas salas de aulas da educação básica e na produção de pesquisa no campo do ensino de história ou outras temáticas de seu interesse. Por outro viés, nota-se que a opção por essas novas diretrizes deve ser realizada de forma a não se perder de vista as especificidades do curso de Licenciatura em História e do campo de atuação do professor historiador. Tais princípios podem ser alcançados, com a implementação dos seguintes procedimentos:

- 1) A flexibilidade curricular é evidente na adequação do número de disciplinas consideradas do eixo fundamental, aumentando o leque de possibilidades de opção combinação de disciplinas eletivas, a partir do 7º semestre do curso. Tal procedimento permite que o graduando possa complementar a sua formação em áreas afins e obter o perfil profissional que melhor se adequa às suas expectativas.
- 2) A ênfase na interdisciplinaridade interliga-se, nesta proposta, às preocupações com uma formação mais abrangente e flexível, podendo ser encontrada tanto no rol de disciplinas eletivas como em várias disciplinas do eixo obrigatório.

Nesse novo quadro mais dinâmico do Curso, as atividades ligadas à extensão também ganham relevo, considerando-se a necessidade de uma formação voltada para as questões mais agudas da sociedade contemporânea, e que dizem respeito diretamente ao profissional de História, como a defesa da cidadania, da redução das desigualdades sociais e da extinção dos preconceitos de classe, gênero e etnia. O objetivo principal, aqui, é o de viabilizar uma relação transformadora entre Universidade e sociedade, através do incentivo a cursos de formação continuada e outras atividades de extensão vinculadas ao ensino de História e seus saberes na sala de aula da educação básica, delineadas, a princípio, em torno de duas linhas de ação: a) ações de caráter social e de resgate da cidadania, visando à comunidade do entorno da UFAL, no bairro do Tabuleiro do Martins; b) ações voltadas à redução das desigualdades e preconceitos contra afrodescendentes, levadas à frente, sobretudo, pela histórica atividade de um dos Núcleos de estudos vinculado ao curso, NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros).

Por isso, tais discussões podem ser percebidas nas atividades complementares que perfazem 200h da carga horária do curso, sendo discriminadas como: seminários, cursos, palestras, eventos, etc.; e as atividades de prática profissional em 400 horas que estão inseridas conjuntamente com as atividades de extensão, no qual, o graduando poderá desenvolver atividades em setores privados e públicas e organizações não-governamentais; participação em projetos de extensão e viagens de estudo de campo.

Vale ressaltar que as atividades extraclasse são orientadas pelos professores em seu gabinete ou em seu espaço de Grupos de Pesquisa onde também atuam com projetos de pesquisa e orientação de estudantes pesquisadores. Também, as atividades extracurriculares não são de caráter obrigatório do curso, ficando o docente com determinada autonomia para exercer tais atividades como Visitas Técnicas orientadas mediante Roteiro de Trabalho combinado com as turmas em questão, caso seja necessário. Estas atividades não são enquadradas como atividades complementares, eventos ou extensão. A dimensão extraclasse insere-se na autonomia de cada professor com a disciplina que ministra.

3.1.1 Matriz curricular

CURSO	HISTÓRIA
HABILITAÇÃO	LICENCIADO EM HISTÓRIA
TURNOS	NOTURNO
ANO DE APROVAÇÃO DO PROJETO	2018
ANO DE EXECUÇÃO DO PROJETO	2018

Tabela Carga Horária de História (Base 18)

1º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórica	Prática	Total
História Antiga	3	44	10	54
Teoria Sociológica	3	44	10	54
Educação e estudos étnicorraciais	3	44	10	54
Introdução aos Estudos Históricos	3	44	10	54
Profissão Docente	3	44	10	54
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				270

2º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórica	Prática	Total
História Medieval	3	44	10	54
Saberes, metodologias e linguagens do Ensino de História	3	44	10	54
Teoria da História	3	44	10	54

Política e organização da Educação Básica no Brasil	4	52	20	72
ACE 1 (Evento)	-	-	72	72
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				306

3º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórica	Prática	Total
História do Brasil 1	3	44	10	54
História da América 1	3	44	10	54
História Moderna	3	44	10	54
História da África I	3	44	10	54
Desenvolvimento e aprendizagem	4	52	20	72
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				288

4º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórica	Prática	Total
História do Brasil 2	3	44	10	54
História da América 2	3	44	10	54
Gestão do Trabalho Escolar	3	44	20	72
História Indígena	3	44	10	54
PCCC 1				54
Didática	4	52	20	72
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				360

5º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórica	Prática	Total
História Contemporânea 1	3	44	10	54
História do Brasil 3	3	44	10	54
Libras	3	44	10	54
Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem	4	52	20	72
Estágio Supervisionado I	4	45	55	100
PCCC 2				54
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				388

6º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórica	Prática	Total
História Contemporânea 2	3	44	10	54
Metodologia da Pesquisa Histórica	3	44	10	54
Pesquisa em Ensino de História	3	26	10	36
História da África 2	3	44	10	54
Estágio Supervisionado II	4	45	55	100
ACE 2 (Projeto 1 – Parte 1)				52
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				370

7º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórica	Prática	Total
Historiografia Geral	3	44	10	54
História do Brasil 4	3	44	10	54
Direitos Humanos e educação	3	44	10	54
Estágio Supervisionado III	4	45	55	100
PCCC 3			100	100
ACE 3 (Projeto 1 – Parte 2)				52
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				394

8º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórica	Prática	Total
Historiografia Brasileira	3	44	10	54
Meio ambiente e educação	3	44	10	54
História de Alagoas 1	3	44	10	54
Estágio Supervisionado IV	4	45	55	100
PCCC 4	-	-	100	100
ACE 4 (Projeto 2– Parte 1)				30
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				392

9º Semestre

Disciplina	Carga Horária			
	Semanal	Teórica	Prática	Total
Seminário de Trabalho Acadêmico	3	26	10	36
História de Alagoas 2	3	44	10	54
ELETIVA	3	44	10	54
PCCC 5	-	-	100	100
ACE 5 (Projeto 2 – Parte 2)				130
CARGA HORÁRIA TOTAL DO SEMESTRE				374

Fixa: 1.944 horas

Estágio Supervisionado: 400 horas

Atividades Complementares: 200 horas

TCC: 24 horas

Eletiva: 54 horas

ACE: 336 horas

PCCC: 408 horas

TOTAL CARGA HORÁRIA DO CURSO: 3.366 HORAS

3.1.2. Núcleos temáticos

A) Disciplinas do eixo obrigatório:

		Disciplina	Carga horária		
			Teórica	Prática	Semestral total
C	O	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS	44	10	54
		HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	36	18	54
		HISTORIOGRAFIA GERAL	36	18	54
		QUESTÕES ETNICO-RACIAIS	36	18	54
		MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO	36	18	54
		TEORIA DA HISTÓRIA	40	14	54
		METODOLOGIA DA PESQUISA HISTÓRICA	40	14	54
		SEMINÁRIO DE TRABALHO ACADÊMICO	26	10	36
		HISTÓRIA ANTIGA	40	14	54
		HISTÓRIA MEDIEVAL	40	14	54
		HISTÓRIA MODERNA	36	18	54
		HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA 1	36	18	54
		HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA 2	36	18	54
		HISTÓRIA DA AMÉRICA 1	36	18	54
		HISTÓRIA DA AMÉRICA 2	36	18	54
		HISTÓRIA INDÍGENA	36	18	54
		HISTÓRIA DA ÁFRICA 1	36	18	54
		HISTÓRIA DA ÁFRICA 2	36	18	54
		HISTÓRIA DO BRASIL 1	36	18	54
		HISTÓRIA DO BRASIL 2	36	18	54
		HISTÓRIA DO BRASIL 3	36	18	54
		HISTÓRIA DO BRASIL 4	36	18	54
		HISTÓRIA DE ALAGOAS 1	36	18	54
HISTÓRIA DE ALAGOAS 2	36	18	54		
DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO	36	18	54		
TEORIA SOCIOLOGICA	40	14	54		

		Disciplina	Carga horária		
			Teórica	Prática	Semestral total
C	O	PROFISSÃO DOCENTE	40	14	54
		POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	40	32	72
		DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	40	32	72

Ú D O S E S P E C Í F I C O S	N Ú C L E O II	PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	40	32	72
		DIDÁTICA	40	32	72
		ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR	40	32	54
		PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA	26	10	36
		SABERES, METODOLOGIAS E LINGUAGENS DO ENSINO DE HISTÓRIA	40		72
		LIBRAS	44	10	54

		Disciplina	Carga horária		
			Teórica	Prática	Semestral total
PC C2 C O N T E Ú D O S T E Ó R I C O - P R Á T I C O S	N Ú C L E O III	PRÁTICA DE ENSINO DE HISTÓRIA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	--	100	100
		PRÁTICA DE ENSINO DE HISTÓRIA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	--	100	100
		PRÁTICA DE ENSINO DE HISTÓRIA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	--	100	100
		PRÁTICA DE ENSINO DE HISTÓRIA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	--	100	100
		PCCC1			54
		PCCC2			54
		PCCC3			100
		PCCC4			100
		PCCC5			100
		ACE 1	--	-	72
		ACE 2	--	-	52
		ACE 3			52
		ACE 4			30
ACE 5			130		

b) Disciplinas do Eixo Eletivo:

Tópicos Especiais de História do Nordeste

Tópicos Especiais em História da Arte

Tópicos Especiais em Cultura Afro-Brasileira
Tópicos Especiais em História Antiga
Tópicos Especiais em História Contemporânea I
Tópicos Especiais em História Contemporânea II
Tópicos Especiais em História Contemporânea III
Tópicos Especiais em História Contemporânea IV
Tópicos Especiais em História Cultural
Tópicos Especiais em História da África I
Tópicos Especiais em História de Alagoas I
Tópicos Especiais em História de Alagoas II
Tópicos Especiais em História do Brasil I
Tópicos Especiais em História do Brasil II
Tópicos Especiais em História do Brasil III
Tópicos Especiais em História do Brasil IV
Tópicos Especiais em História do Trabalho e dos Trabalhadores
Tópicos Especiais em História Indígena
Tópicos Especiais em História Medieval
Tópicos Especiais em História Moderna
Tópicos Especiais em História da América Latina I
Tópicos Especiais em História da América Latina II
Tópicos Especiais em Patrimônio Histórico-Cultural
Tópicos Especiais em Teoria e Metodologia em História.
Tópicos Especiais em Ensino de História e Suas Linguagens.
Libras.

3.1.3. Conteúdos curriculares: Ementas e bibliografias.

Direitos Humanos e educação – 54h

Ementa: Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura democrática; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas**; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et alli. **Educação em direitos humanos e formação de professores/as**; São Paulo: Cortez, 2013.

FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (org.). **Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia**; João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Marcelo. **É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano** Revista de Educação, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**; Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**; São Paulo: Loyola, 2005.

PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos**; Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

SACAVINO, Susana (org). **Educação em direitos humanos: pedagogias desde o sul**; Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

Meio ambiente e educação – 54h

Ementa: Epistemologia da Educação Ambiental e os antecedentes históricos. As relações entre a sociedade e a natureza. Educação Ambiental e ação transformadora. Educação no processo de gestão ambiental. Operacionalização das atividades em Educação Ambiental. Organização e orientação para a elaboração e apresentação de Projetos em Educação Ambiental.

Bibliografia básica:

CARVALHO, I. C. De M. *Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004. CST – Companhia Siderúrgica Tubarão. Educação, ambiente e sociedade: idéias e práticas em debate. Serra: CST, 2004.

DEBESSE, A. *A escola e a agressão do meio-ambiente*. São Paulo: Difel, 1974.

DIAS, G. F. *Educação Ambiental, princípios e práticas*. São Paulo: Editora Gaia Ltda, 1992.

Complementar:

GUNTHER, Hartmut et al (org.). *Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente*. Campinas: Alínea, 2004.

HUMBERG, M. E. (Ed.). *Cuidando do Planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida*. São Paulo: Editora CL-A Cultural. 1992.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001. (a) _____. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

LOUREIRO, Carlos F. B. et al (Orgs.). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.

MENDONÇA, F. *Geografia socioambiental*. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

Desenvolvimento e Aprendizagem – 72 h

Ementa: Estudo dos Processos Psicológicos do Desenvolvimento Humano na Infância, na Adolescência e na fase adulta, segundo as teorias da psicologia do desenvolvimento e da educação, em articulação com as concepções de aprendizagem.

Bibliografia básica:

COLL, C. *Desenvolvimento Psicológico e Educação*. Porto Alegre Ed. Artes Médicas, 1996.

FLAVEL. F. *A Psicologia do Desenvolvimento de Jean Piaget*. S. Paulo, Ed. Pioneira, 1992.

FERRARI, C. A. . *O Fim do Silêncio Na Violência Familiar: Teoria e Prática*. S. Paulo Ed. Agora, 2002.

Bibliografia complementar:

CADERNOS CEDES. *O professor e o ensino - novos olhares*. Campinas: Cedes, 1998.

CAPRA, F. *O ponto de Mutação*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1982.

COLL, C. e outros. *O construtivismo na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1996.

FREIRE, P. *Ação Cultural para a Liberdade*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A.R. e LEONTIEV, A.N. *Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 1989.

Estágio Supervisionado I – 100h

Ementa: Esta etapa do curso de história subsidiará os discentes no que tange ao campo teórico e prático face ao exercício da docência na educação básica, por meio da observação e análise crítica das práticas viabilizadas pelos professores em regência de classes, levando-os, posteriormente, à construção de um projeto de ensino e aprendizagem que contemple a análise diagnóstica da instituição, a metodologia de ensino utilizada pelo professor regente, os objetos de discussão e as linguagens utilizadas nas aulas de história. Nesse sentido, no próximo Estágio, os discentes em situação de estagiários deverão elaborar uma proposta de intervenção na realidade até então observada. Nesse momento, os discentes também poderão refletir sobre a trajetória do Ensino de História na educação básica.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Celso. *Professores e Professauros: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas*. 6ª. Ed., Petrópolis, RJ, vazes, 2012.

BARBOSA, Raquel L. L. (Org.) *Formação de educadores*. Desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido & LIMA, Maria do Socorro L. *Estágio e Docência*. 7ª Ed., São Paulo, Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar:

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo e ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de História*. São Paulo, Cengage Learning, 2010.

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. 2ª. Ed., Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2009.

_____ & GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura Política e leitura do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
SCHMIDT, M. A. & CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo, Scipione, 2009.

Estágio Supervisionado II – 100h

Ementa: Este momento do curso subsidiará os estudantes no campo teórico e prático para o exercício da docência e da pesquisa, levando-os à elaboração de metodologias e procedimentos de trabalho no sentido de viabilizar propostas pedagógicas já criadas e/ou em construção pelos discentes em situação de estagiários nas unidades escolares da educação básica. Em face disso, os discentes serão motivados a construir projetos didático-pedagógicos de ensino de história, levando-se em consideração a construção, a seleção e o uso de linguagens diferenciadas que possam viabilizar a análise e reflexão dos objetos e fatos históricos a serem apresentados aos estudantes da educação básica. Nessa fase o estágio servirá como laboratório de ensino: alunos irão elaborar materiais didático-pedagógicos e estratégias de ensino para serem aplicadas junto a alunos e professores do ensino fundamental, além de cursos, palestras, seminários, oficinas, preparação para o uso de fontes primárias e secundárias, de sons e imagens, entre outros.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Maria Elizabeth B. de. Desafios à Educação: o trabalho com projetos. In: *Educação, Projetos, Tecnologias e Conhecimentos*. São Paulo, PROEM, 2001, pp.47-63.
BITTENCOURT, C. F. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 12ª ed., São Paulo, Contexto, 2012.
KARNAL, Leandro. (Org.). *História na sala de aula*. Conceitos, práticas e propostas. 6ª Ed., 1ª Reimpressão, São Paulo, Contexto, 2010.

Bibliografia Complementar:

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo e ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de História*. São Paulo, Cengage Learning, 2010.
ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. 2ª. Ed., Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2009.
_____ & GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura Política e leitura do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
SCHMIDT, M. A. & CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo, Scipione, 2009.

Estágio Supervisionado III – 100h

Ementa: Esta etapa do curso subsidiará os estudantes nos campos da teoria e da prática do ensino de história, levando-os a refletirem acerca da profissão docente no âmbito da educação básica, promovendo a inserção direta destes estagiários no conjunto das atividades realizadas no âmbito escolar e fora deste. Busca-se também o aprofundamento teórico e metodológico dos aspectos didático-pedagógicos no ensino de História, avaliando-se os materiais didáticos utilizados pelos docentes em regência, no caso, os livros didáticos ou apostilas, bem como o espaço escolar em sua dimensão. Nesse mesmo percurso, os estudantes terão a oportunidade de desenvolverem os projetos que foram elaborados no Estágio II nas escolas e partilharem as suas experiências. Nesse processo, portanto, a orientação não sai apenas do professor mediador da disciplina na universidade, mas também do professor regente na escola.

Bibliografia Básica:

ANDRÉ, Marli. *Pesquisa, formação e prática docente*. In: O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas, SP, Papirus, 2001.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber as práticas educativas*. 1ª. Ed., São Paulo, Cortez, 2013.

FONSECA, S. G. *Longe da escola, na escola: vozes da universidade e da indústria cultural*. In: Caminhos da História ensinada. 3ª Ed., Campinas, SP, Papirus, 1995.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. 2ª. Ed., Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2009.

_____ & GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura Política e leitura do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

DAVIES, N. (Org.). *Para além dos conteúdos no ensino de história*. Rio de Janeiro, Access, 2001.

FONSECA, S. G. *Caminhos da História ensinada*. 3ª. Ed., Campinas, SP, Papirus, 1995.

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Estágio Supervisionado IV – 100h

Ementa: Esta etapa do curso subsidiará os estudantes no que tange aos princípios básicos, componentes e problemas do planejamento no ensino de história em todas as séries/anos da educação básica. Dessa forma, procedimentos de ensino e aprendizagem deverão ser mobilizados no sentido de viabilizar práticas de atividades nos momentos de estágio nas unidades escolares e em outros lugares de aprendizagens não formais: Museus, Centros de Documentação e Memória, Arquivos Públicos e Particulares, Acervos de Bibliotecas Públicas e Logradouros. Nessa etapa os alunos também deverão sistematizar as informações obtidas ao longo das quatro etapas do estágio, construindo um Memorial da trajetória de formação de cada discente, sendo este observado como produto parcial da formação inicial do licenciando em História da UFAL. Com isso, informações existentes nesse Memorial deverão ser socializadas posteriormente no espaço da universidade com os demais integrantes da turma no sentido de promover uma das etapas da avaliação formativa de cada discente. Neste momento, eles terão a oportunidade de tecerem considerações acerca dos avanços alcançados ao longo do seu curso de Licenciatura em História.

Bibliografia Básica:

CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica*. Realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Ed. Revisada e ampliada, São Paulo, Cortez, 2013.

HORN, Geraldo Balduino & GERMINARI, Geysa D. *O ensino de história e seu currículo: teoria e método*. 3ª. Ed., Petrópolis, RJ, 2010.

PROENÇA, Maria Cândida. *Ensinar/Aprender História*. Lisboa, Horizonte, 1992.

Bibliografia Complementar:

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo e ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de História*. São Paulo, Cengage Learning, 2010.

ABREU, Martha & GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura Política e leitura do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

ANDRÉ, Marli. *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. Campinas, SP, Papirus, 2001.

DAVIES, N. (Org.). *Para além dos conteúdos no ensino de história*. Rio de Janeiro, Access, 2001.

SCHMIDT, M. A. & CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo, Scipione, 2009.

Ementa: A disciplina procura abordar o mundo Antigo por um viés historiográfico que leva em conta os pontos de contato entre os povos que viveram em torno do Mediterrâneo, isto implica pensar não em unidades e sequências, mas sim, em espaço geográfico. Colocar-se-á em discussão questões centrais para a historiografia contemporânea: podemos pensar o Mediterrâneo como um meio, ou um espaço de uma integração histórica concreta? De que modo se deram os processos de integração humana na bacia do Mediterrâneo? Como pensar a integração humana na bacia do Mediterrâneo? O fio condutor do trabalho será, nesse sentido, a análise do processo que levou a uma crescente articulação das fronteiras internas das várias sociedades mediterrâneas (identidades, controle da terra etc.) com aquelas externas. Esse processo de integração, sem dúvida alguma, não apenas encurtou distâncias entre regiões cada vez mais ampla, mas também produziu, na longa duração, sistemas cada vez mais complexos e sofisticados de identidade e alteridade.

Bibliografia Básica

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

BROWN, Peter. *A ascensão do cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Presença, 1999.

VEYNE, Paul. *O Império Grego-Romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Emanuel. *Escrito para a eternidade a literatura no Egito faraônico*. Brasília: Editora UNB, 2000.

ARAÚJO, Sônia Regina Rebelo, ROSA, Claudia Beltão, JOLY, Fábio Duarte (org.). *Intelectuais, poder e política na Roma antiga*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

GIARDINA, Andrea. *O homem Romano*. Lisboa: Editora Presença, 1992.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores, a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

REDE, Marcelo. *Família e Patrimônio na Antiga Mesopotâmia*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

História Contemporânea 1 – 54h

Ementa: A Revolução Industrial e o nascimento da cultura moderna: os processos do desencantamento em Weber e em Karl Marx. A modernidade como sistema social e cultural e o 'pathos' burguês identificados na estrutura moderna. O comportamento moderno, a literatura e a arte moderna e a ideologia capitalista. A concretização do sistema capitalista enquanto projeto da modernização política e econômica pela expansão de mercados e pela dinâmica da economia de mercado liberal. A defesa do individualismo moderno e do pensamento liberal. As ideologias Oitocentistas na Europa e a fundamentação do capitalismo como sistema. A África como o segundo colonialismo do sistema econômico, advindo da crise econômica de 1873-96. Imperialismo e colonialismo: relações práticas da modernização do capital. As dinâmicas do imperialismo moderno e suas relações coloniais. Os partidos políticos e os movimentos sociais. A ideologia socialista e a organização da classe trabalhadora durante o século XIX. Também nesta disciplina continuaremos a discussão sobre o alcance dos Direitos Humanos assegurado no Estado Democrático e as mudanças afetivas para as classes sociais. Além disso outra discussão presente nesta disciplina e que continuará para o subsequente será a mudança real e efetiva trazida pelo sistema capitalista e o meio ambiente, incluindo as discussões sobre conflitos de terra, patrimônio ambiental e mudanças climáticas. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

CRESPIGNY, Anthony de, CRONIM, Jeremy (eds.). *Ideologias políticas*. Tradução: Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital*. Tradução: Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Tradução: Waldeia Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Bibliografia complementar:

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glaucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

REMOND, René. *O Século XIX*. São Paulo, ed. Cultrix, 1976.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

História Contemporânea 2 – 54h

Ementa: Estudo e análise do mundo contemporâneo. Da I Guerra Mundial à crise capitalista de 1929 e a introdução da política econômica do Welfare State. A política de desenvolvimentismo para os países subdesenvolvidos pela Economia Clássica. A reorganização do Capitalismo e a Segunda Grande Guerra com o surgimento dos regimes totalitários. Análise das sociedades de massa, os efeitos dos governos totais e do extermínio em massa. A guerra Fria, o período entre guerras e a política de armamento mundial. O processo de descolonização e os movimentos de resistência amparados da ideologia marxista. A derrocada dos programas econômicos e sociais do Welfare State e a reorganização do capital pela Escola de Chicago: o receituário neoliberal. As guerrilhas e o terrorismo. A crescente pauperização mundial, o desequilíbrio ambiental e as políticas neoliberais para os países de terceiro mundo. A sociedade pós-moderna: a modernidade líquida. As artes e ciências. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Tradução Vera Ribeiro, SP: UNESP/Contraponto, 1996.

FRIEDEN, Jeffry A. *O Capitalismo Global*. História econômica e política do século XX. RJ: Zahar, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. SP: Companhia das Letras, 1995.

Bibliografia Complementar:

DARNTON, Robert e DUHAMEL, Olivier (orgs.). *Democracia*. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução: José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

REIS Fº, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. (orgs.) *O século XX*. RJ: Civilização Brasileira, 2000. 3 volumes.

VISENTINI, Paulo G. F. & PEREIRA, Analúcia D. *História do Mundo Contemporâneo*. Da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

História da África 1 – 54h

Ementa: Análise das produções historiográficas sobre as sociedades africanas, com ênfase na revisão e nas novas metodologias de pesquisa que adotam uma perspectiva endógena para a leitura

da historicidade do continente. Análise das especificidades das sociedades africanas a partir do contato com os povos europeus no século XV, com ênfase nos desdobramentos provocados pela abertura do mercado atlântico de escravos até o século XIX. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos*. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790. Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004.
História Geral da África. vol. 1. Ed. Joseph Ki-Zerbo, UNESCO, 2010.
LOVEJOY, Paul E. *A escravidão em África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Bibliografia complementar:

HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*. Estudos sobre fontes, métodos e história. Luanda: Ed. Kilombelombe, 2007.
M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Até ao Século XVIII. Salvador: UFBA, São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.
MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco*. Os antigos Estados mbundu em Angola. Luanda: Arquivo Histórico Nacional/Ministério da Cultura, s/d.
SILVA, Alberto da Costa e. *Da manilha ao libambo*. A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
THORNTON, John K. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*. 1400-1800. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

História da África 2 – 54 h

Ementa: Análise das questões coloniais, através das singularidades das relações de poder estabelecidas pelas metrópoles europeias e as sociedades africanas. Enfatizando os desdobramentos dos processos de dominação econômica, de desarticulação das elites políticas africanas e dos aspectos sócio-culturais do continente. Análise dos movimentos plurais de descolonização e dos posteriores arranjos de poder no contexto posterior à 2ª GM. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império*. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Porto: Afrontamento, 1993.
BITTENCOURT, Marcelo. *Colonialismos, descolonizações e crises na África*.
HOBSBAWM, Eric. *A Era dos impérios*. (1875-1914). RJ: Paz e Terra, 2009.

Bibliografia complementar:

M' BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações*. Do Século XIX até os dias de hoje. Salvador: UFBA, São Paulo: Casa das Áfricas, 2010.
FAGE, J. D. *História da África*. Lisboa: Ed. 70, 1995.
HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
HOBSBAWM, Eric. *A Era dos extremos*. RJ: Paz e Terra, 2009.
ILLIFE, John. *Os africanos*. História dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

História da América 1 – 54h

Ementa: O processo histórico evolutivo original que desenvolvem as Culturas Indígenas Americanas em articulação com o processo histórico dialético estabelecido a partir da descoberta, invasão, conquista e progressiva colonização europeia do Continente Americano. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

DUSSEL, Enrique D. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Trabalho na América latina Colonial*. São Paulo, editora Ática, 1980.

BETHELL, Leslie (Ed.). *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2012, Tomos I – II.

Bibliografia Complementar:

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

DIVINE, BREEN, FREDRICKSON, WILLIAMS, ROBERTS. *América. Passado e Presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

KONETZKE, Richard. *América Latina. II.- La época colonial*. México: Siglo XXI Editores, 1993.

MORGAN, LEWIS H. *A sociedade primitiva*. Lisboa: Presença, 1978, Tomos I – II.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. SP: Martins Fontes, 2014.

História da América 2 – 54h

Ementa: Estudo e análise do processo e independência dos países americanos. O desenvolvimento dos países americanos, da independência aos nossos dias. Características gerais da América Latina nos séculos XIX e XX: desenvolvimento e subdesenvolvimento, revolução e contra-revolução. Movimentos sociais contemporâneos. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BERARDO, João Batista. *Guerrilhas e guerrilheiros no drama da América Latina*. São Paulo: Edições Populares, 1981.

BETHELL, Leslie (Ed.). *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2012, Tomos III – VIII.

Bibliografia Complementar:

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

GENOVESE, Eugene D. *O mundo dos senhores de escravos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

DOWBOR, Ladislau. *A formação do Terceiro Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERES JR., João. *A história do conceito de “Latin América” nos Estados Unidos*. Bauru, SP.: EDUSC, 2005.

WOOD, Gordon S. *A Revolução Americana*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

História de Alagoas 1 – 54h

Ementa: Tendo como ponto central a discussão da singularidade de Alagoas no processo de constituição da América Portuguesa, a disciplina apresenta o processo de sua formação histórica em linhas gerais, destacando as questões relacionadas à dinâmica de produção (economia) e às relações de poder intralocais e entre as classes sociais, mediadas pelo Estado. Neste sentido, além da produção historiográfica, destacam-se o processo de ocupação humana (pré-cabralina,

indígena e europeia); a instalação dos primeiros engenhos, a utilização da mão-de-obra escrava e as reações ao escravismo; a ocupação de parte do território por franceses e holandeses; a evolução administrativa e emancipação política de Alagoas. Assim, a disciplina apresenta também o processo de sua formação histórica no século XIX, destacando as questões relacionadas à dinâmica de produção (economia) e às relações de poder intralites e entre as classes sociais, mediadas pelo Estado. Além da produção historiográfica, as revoltas sociais ocorridas no período; a transição da mão de obra escrava para a juridicamente livre, bem como suas diversas as de arranjo do pós-1888 e o republicanismo, encerram o segundo bloco da disciplina. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia:

DIEGUES JR., Manuel. *O Banguê nas Alagoas*. Maceió: Edufal, 2006.

LINDOSO, Dirceu. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Cataventos, 2000.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: Museu do Açúcar/IAA, 1970.

Bibliografia complementar:

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos*. Maceió/Recife: Edufal/EDUFPE, 1997.

MACIEL, Osvaldo (org.). *Pesquisando (n)a Província*. Arapiraca: Uneal, 2011.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org). *Alagoas e o Império Colonial Português: Ensaio de Poder e Administração*. Maceió: Cepal, 2010.

LINDOSO, Dirceu. *Utopia Armada*. Maceió: Edufal, 2005.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A metamorfose das oligarquias*. Curitiba: Hdlivros, 1997.

História de Alagoas 2 – 54h

Ementa: Estudo e análise do processo de transição da Monarquia à República e o período republicano, destacando-se: a decadência dos banguês e o surgimento das usinas e destilarias; as ferrovias, a indústria têxtil e o capital internacional; movimentos políticos como o abolicionismo, o republicanismo, o socialismo e o populismo; a quebra dos terreiros em 1912; o coronelismo e a formação de oligarquias em Alagoas; a ditadura militar e a redemocratização (partidos de esquerda e movimentos sociais). Pretende-se, ainda, analisar a história política, econômica, social e cultural d'Alagoas contemporânea. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Chronicas Alagoanas: Notas sobre Poder, Operários e Cronistas*. Maceió: Edufal, 2006.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A Indústria Têxtil, a Classe Operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2011.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A Tragédia do Populismo: o Impeachment de Muniz Falcão*. Maceió: Edufal, 2007.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Manoel Correia de. *Usinas e destilarias das Alagoas – uma contribuição ao estudo da produção do espaço*. Maceió: EDUFAL, 1997.

RAFAEL, Ulisses Neves. *Xangô rezado baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912*. Maceió: Edufal, 2012.

SILVA, Amaro Hélio L. *Serra dos perigosos – guerrilha e índio no sertão de Alagoas*. Maceió: Edufal, 2007.

CARVALHO, Cícero Péricles. *Formação Histórica de Alagoas*. Maceió: Grafitex, 1982.

MACIEL, Osvaldo (org.) *Operários em movimento: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960)*. Maceió: Edufal, 2007.

História do Brasil 1 – 54h

Ementa: A disciplina tem por objetivo analisar os aspectos políticos, econômicos, sociais, religiosos, comportamentais e ideológicos do Brasil desde os primeiros contatos entre portugueses e nativos até os primeiros sinais da crise do Antigo Regime implementado pela corte lusitana (1500-1808). Sugere-se um debate historiográfico sobre as características políticas e econômicas desta sociedade, bem como uma análise das diferentes áreas coloniais buscando demonstrar suas diferenciações e suas funções na conjuntura colonial. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria J. C. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Bibliografia Complementar:

FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (Século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

História do Brasil 2 – 54h

Ementa: Observar o Brasil a partir das transformações no Velho Continente no início do século XIX. Caracterizar a presença da corte portuguesa e passagem de colônia para Reino Unido de Portugal e Algarves, os caminhos seguidos até a independência política e o seu processo de reconhecimento. Observar o período imperial em seus aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos durante o Primeiro Reinado, Regências e o Segundo Reinado. As bases para construção da nacionalidade brasileira. As mudanças ocorridas com a escravidão até a implementação da mão de obra assalariada. O contexto da crise do Império e os passos até a Proclamação da República. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básico:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada: Império; a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados & Mocambos*. São Paulo: Global, 2000.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: A elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

CARVALHO, José Murilo. (Org.) *A construção nacional (1830-1889)*. Vol. 2. Madri: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

SILVA, Alberto da Costa e. (Org.) *Crise Colonial e Independência 1808-1830*. Vol. 1. Madri: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

História do Brasil 3 – 54h

Ementa: A disciplina tem por objetivo conduzir o aluno a interpretar alguns aspectos da construção inicial do Brasil republicano. A Proclamação da República e “a república da espada”. O Liberalismo Oligárquico e a democracia excludente. A Revolução de 1930, o Estado Novo e a cidadania regulada. A experiência democrática de 1945 a 1964. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

D'ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ & FGV, 1999.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs.). *O Brasil Republicano* vol. 1 - O tempo do liberalismo excludente; vol. 2 – o tempo do nacional-estatismo e vol. 3 – o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

Bibliografia Complementar:

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

MACEDO, Michelle Reis de. *O movimento queremista e a democratização de 1945*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2013.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

História do Brasil 4 – 54h

Ementa: A disciplina tem como objetivo interpretar os acontecimentos contemporâneos do Brasil republicano. O Governo João Goulart e o Golpe civil-militar de 1964. O Regime Militar: história e memória. A “Nova República”. A “era FHC” e a globalização. A ascensão das esquerdas no século XXI: o PT e o “lulismo”. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs.). *O Brasil Republicano* vol. 3 – o tempo da experiência democrática e vol. 4 - o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MACIEL, David. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise 85/90*. São Paulo, Alameda, 2013.

SINGER, Andre. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As Esquerdas no Brasil* vol. 1 - a formação das tradições (1889/1945), vol. 2 - nacionalismo e reformismo radical (1945/1964) e vol. 3 - revolução e democracia (1964/...). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. *Como eles agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LESBAUPIN, Ivo (org.) *O Desmonte da Nação: balanço do governo FHC*. 4ª Ed., Petrópolis/RJ, Vozes, 2003.

POCHMANN, Marcio & BORGES, Altamiro. “*ERA FHC*”: a regressão do trabalho. São Paulo, Anita Garibaldi, 2002.

SADER, Emir. *A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo, Boitempo, 2009.

História Indígena – 54h

Ementa: A partir de novas abordagens teórico-conceituais da História e da Antropologia, a disciplina propõe-se a destacar o papel dos índios como sujeitos históricos do processo de desenvolvimento das sociedades coloniais e pós-coloniais. Para isto, será fundamental refletir sobre o lugar do indígena na produção discursiva historiográfica; repensar as guerras de conquista e as guerras indígenas, bem como as relações entre elas; identificar alianças e confrontos entre indígenas e com outros personagens históricos; analisar as políticas indigenistas e as políticas indígenas; investigar relações interétnicas, mestiçagens e adaptações culturais; verificar os impactos da escravidão sobre as populações indígenas; examinar criticamente os conflitos de terra; e, por fim, refletir sobre o conceito de etnicidade. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A Presença Indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Luiz Savio de & SILVA, Amaro Hélio Leite da. *Índios do nordeste: etnia, política e história*. Maceió, EDUFAL, 2008.

KODAMA, Kaori, *Os Índios no Império do Brasil: a etnografia no IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.

MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John. Unidade, Diversidade e a Invenção dos Índios: Entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen”, *Revista de História*, USP, 149, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios - Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

História Medieval – 54h

Ementa: A disciplina pretender dar uma visão de conjunto sobre a Idade Média. Partindo de discussões historiográficas, abordar-se-á temáticas como: a formação dos reinos germânicos; Império carolíngio e papado; características gerais do Império Bizantino; formação e expansão do Islã; gênese, natureza e o desenvolvimento do Feudalismo; questões culturais, econômicas, sociais e religiosas que permearam a formação das cidades no século XII; relação entre Império e Papado; crise do século XIV.

Bibliografia Básica:

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal*. Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BLOCH, Marc. *Os reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DUBY, G., *Guerreiros e camponeses*. Os primórdios do crescimento económico europeu. Séc. VII-XII. Trad., Lisboa: Estampa, 1980.

Bibliografia Complementar:

BANNIARD, Michel. *A Alta Idade Média*. Trad. port., Lisboa: Europa-América, s./d.

BLOCH, Marc. *A sociedade Feudal*. Trad., Lisboa: Ed. 70, 1982.

DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Estampa, 1982.

DUBY, George. *Idade Média, Idade dos homens*. Do amor e outros ensaios. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

ZERNER, Monique (org.). *Inventar a heresia?* Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

História Moderna – 54h

Ementa: Investigação e análise do contexto da Era Moderna, entre os séculos XV e XVI, a partir de dois eixos norteadores: a) o processo de formação da sociedade burguesa ocidental, e b) o processo de secularização do Ocidente. As temáticas abordadas têm como principais objetos: o questionamento do conceito de moderno em sua formulação como era histórica e a compreensão da Era Moderna como um período de alargamento e transformação nas visões de mundo, engendradas por processos como os Descobrimientos Ultramarinos, o Renascimento e as Reformas Religiosas; a formação do pensamento político e social moderno no contexto do Humanismo; a cultura do Barroco no contexto da Contra Reforma; as Revoluções Inglesas e a Revolução Francesa; o ideário político e da fundação da nacionalidade na Revolução Americana; as transformações econômicas na primeira fase da Revolução Industrial. Nesta disciplina iniciarse-á a discussão sobre o alcance dos Direitos Humanos na era moderna a partir da Revolução Francesa e o Estado Moderno de Direito. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. Trad. João Pedro Nunes. SP: Pioneira, 1989.

MARAVALL, José Antônio. *A cultura do Barroco*. Análise de uma estrutura histórica. SP: EdUSP, 1997.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. 4ª reimp. SP: Cia. das Letras, 2003.

Bibliografia Complementar:

BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. A construção da imagem pública de Luis XVI. Trad. Maria Luíza X. de A. Borges. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Ed. 70, s.d.

FEBVRE, Lucien. *A Europa*. Gênese de uma civilização. Bauru: EdUSC, 2004.

HILL, Christopher. *O eleito de Deus*. Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Historiografia Brasileira – 54h

Ementa: O desenvolvimento da historiografia nacional, suas temáticas principais, questões conceituais e de investigação historiográfica. A formação da nação e da identidade nacional, da perspectiva dos fundadores da historiografia brasileira às tendências contemporâneas. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação econômica e política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Bibliografia Complementar:

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2012.

GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea*: a História em questão (2ª ed.). Petrópolis: Vozes, 1981.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

Introdução aos Estudos Históricos – 54h

Ementa: A constituição da epistemologia e da teoria da História. Definição e utilização dos instrumentos teóricos de análise. A problemática do conhecimento histórico. O conhecimento objetivo e subjetivo na teoria da História. Processo histórico-social: o tempo histórico, leis, fatos, estruturas e conjunturas. Do positivismo à quantificação das séries estatísticas e às séries sociais. A História conceitual: a História é uma ciência? O debate atual.

Bibliografia Básica:

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Várias edições.

LE GOFF, Jacques (org.). *História nova*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1990.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

Bibliografia Complementar:

BRAUDEL, Fernando. *História e Ciências Sociais*. Lisboa, ed. Presença, 1972.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos*. 2. ed, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Ementa: Aspectos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e da comunidade surda. Histórico da surdez no Brasil e no mundo.

Bibliografia Básica:

GESSER, Audrei. *LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Artmed: Porto Alegre, 2004.

Bibliografia Complementar:

HICKOK, G.; BELLUGI, U.; KLIMA, E. How does the human brain process language? New studies of deaf signers hint at an answer. *Scientific American*, INC, 2002.

KLIMA, E.; BELLUGI, U. *The signs of language*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

LODI, A. C. B. *Plurilingüismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 409-424, set./dez. 2005.

QUADROS, R. M. de; VASCONCELLOS, M. L. B. de (Org.). *Sign Languages: spinning and unraveling the past, present and future*. Forty five papers and three posters from the 9^o Theoretical Issues In Sign Language Research Conference, Florianópolis, Brasil, Dez. 2006. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/portal/index.php/e-books/pesquisas-em-estudos-surdos/item/109-sign-languages>>. Acesso em: 27 jan. 2014.

STOKOE, W. *Sign and Culture: a reader for students of American Sign Language*. Listok Press, Silver Spring, MD, 1960.

Saberes, Metodologia e Linguagens do Ensino de História – 54h

Ementa: Busca refletir acerca das práticas educativas nas escolas de educação básica; problematiza a disciplina de história nas propostas curriculares e na legislação vigente no que se refere ao ensino de história nas etapas da educação básica; discute a relação entre métodos, metodologias, técnicas e práticas educativas dos professores. Incentiva os alunos a realização de práticas educativas voltadas para a seleção de materiais, conteúdos, organização e construção de instrumentos didáticos a ser usados nas aulas de história. Promove a efetivação de uma prática docente flexível, interdisciplinar, transdisciplinar à luz dos diferentes enfoques do ensino de história e suas implicações no processo da construção do conhecimento histórico.

Bibliografia Básica:

ABUD, Kátia Maria. *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. 12^a ed., São Paulo: Contexto, 2012.

KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula*. 6^a ed., 1^a Reimpressão, São Paulo: Contexto, 2010.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. 3^a ed., São Paulo: Cortez, 2009.

BALDÍSSERA, José Alberto. *O Livro Didático de História: Uma visão crítica*. Porto Alegre: Evangraf, 1994.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. 5^a ed., São Paulo: 2011.

SILVA, Marcos & FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar História no Século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas, SP, Papirus, 2007.

Pesquisa em Ensino de História – 36h

Ementa: Pressupostos e características da pesquisa em ensino de História. A pesquisa qualitativa em ensino de História: pesquisa documental, pesquisa participativa, pesquisa-ação, estudo de caso e etnografia. Diferentes abordagens metodológicas de pesquisa em ensino de História. Fontes de produção da pesquisa em ensino de História, com diferentes abordagens teóricas. Etapas de um projeto de pesquisa em ensino de História para o Trabalho de Conclusão de Curso. O profissional docente frente aos desafios atuais no campo da pesquisa em ensino de História. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica

ABUD, Kátia M. A construção de uma Didática da História: algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino. *História*, São Paulo, 22 (1), p.183-193, 2003.
ANDRÉ. M. Pesquisa, formação e prática docente. In: ANDRÉ, Marli (org.) O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 11ª Edição. Campinas/SP: Papirus, 2010.
FENELLON, D. Pesquisa em História: perspectivas e abordagens. In: FAZENDA, I. (org.). Metodologia da Pesquisa Educacional. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, Circe M. F. O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.
CAINELLI, M. Educação histórica: perspectivas de aprendizagem em História no ensino fundamental. *Educar*. Curitiba. Número especial, 2006.
GATTI, B. A pesquisa em educação: pontuando algumas questões metodológicas. Campinas: Revista Unicamp, 2006.
PACIEVITCH, C. & CERRI, L. Profissionais da história: consciência histórica, missão e rebeldia. Anais do VIII Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História (ENPEH). São Paulo: FEUSP, julho de 2008, 11 p.
SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Orgs.) Jörn Rüsen e o ensino de História. Editora UFPR, 2010.

Tópicos em História do Brasil IV – 54h

Ementa: A disciplina discutirá as principais correntes do pensamento ocidental a partir de uma perspectiva interdisciplinar entre os campos político e cultural. Serão problematizadas as categorias que influenciaram o debate sobre *autoritarismo*, *democracia* e *liberdade* a partir de conceitos-chave como cultura política, ideologia e representações. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia obrigatória

HUNT, L. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: companhia das Letras, 2007.
QUADRAT, Samantha Viz et all (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

Bibliografia complementar:

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política**. Tradução de Frederico Carotti; Joana Angélica d'Ávila Melo; Júlio Castoñon Guimarães. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 3ª ed. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo, Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1983.

KUSCHINIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zañhar, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

Profissão Docente – 54h

Ementa: Estudo da constituição histórica e da natureza do trabalho docente, articulando o papel do Estado na formação e profissionalização docente e da escola como locus e expressão desse trabalho. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANTES, Valéria Amorim (Org.) *Profissão docente: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2009.

CERICATO, Itale Luciene. A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Rer. Bras. Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.97 n.246, p273-289, maio/ago.2016.

D'AVILA, CRISTINA MARIA. *Profissão docente; novos sentidos, novas perspectivas*. Campinas: Papyrus, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PENIN, Sonia. *Profissão docente e contemporaneidade*. IN: ARANTES, Valéria Amorim (Org.) *Profissão docente: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2009.

MESQUITA, Normandia de Farias. *Desenvolvimento profissional docente: a formação continuada como um dos elementos* In: de; ANDRADE, Francisco Ari de SANTOS, Jean Mac Cole. *Ditos e interditos em educação brasileira*. Curitiba, Brasil, 2012.

VICENTINI, PAULA PERIN. *Historia da profissao docente no brasil; representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2015.

Planejamento, Currículo e Avaliação de Aprendizagem – 72 h

Ementa: Estudo dos princípios, fundamentos e procedimentos do planejamento de ensino, do currículo e da avaliação, segundo os paradigmas e normas legais vigentes norteando a construção do currículo e do processo avaliativo no projeto político-pedagógico na escola de educação básica.

Bibliografia Básica:

BRASIL: *Lei 9394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 20/DEZ/1996.

BRASIL: *Plano Nacional de Educação*. Brasília, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

Bibliografia complementar:

HERNANDEZ, Fernando & VENTURA, Montserrat. *A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio*. 5ª edição. Porto Alegre:

ARTMED, 1998. KUENZER, Acácia. (coord). *Planejamento e Educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1990.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez, Autores associados, 1992.

MORAES, M^a Cândida. *O paradigma educacional emergente*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

ROMÃO, José Eustáquio. *Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1998 (Guia da Escola Cidadã v.2).

Política e Organização da Educação Básica no Brasil (POEBB) – 72h

EMENTA: Estudo das políticas e da organização dos Sistemas Educacionais brasileiro e alagoano no contexto das transformações da sociedade contemporânea, a partir de análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino, dos planos de educação e da legislação educacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil*. Moderna, São Paulo, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *Da LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional*, 4^a ed. Revisada. Campinas, SP, Autores Associados, 2011, (Coleção Educação Contemporânea).

LIBÁNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estruturas e organização*. 10^a edição revisada e ampliada. Cortez, São Paulo, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. 7^a ed., São Paulo, Centauro, 2007.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. *A educação como política pública*. 3 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. *Cultura e Educação em Alagoas: história, histórias*. 4^a edição. Maceió, EDUFAL, 2006.

ABREU, Mariza. *Organização da Educação Nacional na Constituição e a LDB*. Ijuí/ SC: UNIJUI. 1999.

Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, 1996 – Quadrimestral. ISSN 1413-2478.

DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM – 72h

EMENTA: Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento e da aprendizagem na infância, na adolescência e na fase adulta segundo as teorias da Psicologia em sua interface com a Educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, vol. 1.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. **Princípios básicos de análise do comportamento**. São Paulo: Artmed, 2007.

KUPFER, M. C. **Freud e a Educação. O mestre do impossível**. 3^a Ed. São Paulo: Scipione, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artmed, 1981.

BAER, D. M., ROSALES-RUIZ, J. In the analysis of behavior, what does “develop” mean? **Revista Mexicana de Análisis de la Conducta**, n. 24, vol. 2, 127-136.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, vol. 1.

HENKLAIN, M. H. O., CARMO, J. S. Contribuições da Análise do Comportamento à Educação: um convite ao diálogo. **Cadernos de Pesquisa**, 43, 704-723, 2013.

HUBNER, M. M. C.; MOREIRA, M. B. **Temas clássicos da Psicologia sob a ótica da Análise do Comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DIDÁTICA - 72 horas

EMENTA: Estudo da didática, como práxis docente, nas suas dimensões política, técnico-pedagógica, epistemológica e cultural, bem como suas relações com o currículo e na constituição do ensino, considerando diferentes contextos sócio-históricos. Reflexão e conhecimento das proposições teórico-práticas quanto à relação professor-aluno-conhecimento e aos processos de planejamento e avaliação do ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- GANDIN, Danilo; CRUZ, Carrilho. Planejamento na sala de aula. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.
- SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- CASTRO, Amélia Domingues. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. 7 ed. Campinas/SP: Papyrus, 2005. - LUCKESI. Avaliação da aprendizagem, componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.
- MASETTO, Marcos. Didática: a aula como centro. 4 ed. São Paulo: FTD, 1997.
- MENEGOLLA, M. e SANTANNA I.M. Por que planejar? Como planejar? Currículo – Área – Aula. Petrópolis, Vozes, 2006.

GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO ESCOLAR - 72 horas

Ementa: Estudo da gestão educacional no âmbito do(s) sistema(s), com foco no planejamento e na/da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo pressupostos teóricos e legais vigentes, na perspectiva do planejamento participativo, tendo como eixo o projeto político-pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 6ª ed (rev e ampl.) São Paulo: Heccus Editora, 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, I. P. A. e FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Papyrus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAVIS, Claudia (org). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GANDIN, Danilo. **Soluções de planejamento para uma prática estratégica e participativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização educativa**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A.(org). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus 2007.

Metodologia da Pesquisa Histórica – 54h

Ementa: Elaboração de trabalho científico. Procedimentos e dimensões da investigação segundo diversas correntes historiográficas contemporâneas. Tipologia e crítica documental. O estudo das metodologias na construção do objeto histórico. Elaboração do projeto de pesquisa de História. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de pesquisa: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo, SP: contexto, 2010.

LUCCA, Tania Regina (ogs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia Complementar:

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: História e imagem*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [2006].

GUAZELLI, César Augusto Barcellos et al. (orgs.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universitária/ UFRGS, 2000.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as Ciências*. 5. ed. Porto: Afrontamento, 1991.

Seminário de Trabalho Acadêmico –36h

Ementa: Orientação para as múltiplas metodologias que podem ser utilizadas pelo historiador para o desenvolvimento da pesquisa histórica nas diversas especialidades tais como história cultural; história social; imaginário social e representações; história do cotidiano; história econômica; história das ideias; história intelectual; história do ensino da história; etno-história; história quantitativa Mídia e História e sobre as múltiplas relações de poder percebidas em

diferentes contextos sociais. Portanto, o objetivo da disciplina será a elaboração de um projeto de pesquisa, contendo seus itens necessários para um trabalho acadêmico. Elaboração do TCC como atividade inclusa na disciplina.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990.

Bibliografia Complementar:

BOURTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. RJ: Ed. UFRJ / FGV, 1998.

BURKE, Peter. *A escrita da História*. SP: Ed. Unesp, 1995.

D’ALESSIO, Márcia. *Reflexões sobre o saber histórico. Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Unesp, 1998

DUBY, G., ARIÉS, LE GOFF, J., LADURIE, E. L. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, s/d.

HUNT, Lyn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Historiografia Geral – 54h

Ementa: A historiografia contemporânea: modernidade e pós-modernidade. A relação entre historiografia e pesquisa: fontes, métodos, teorias e *práxis* do historiador. O domínio das escolas, correntes e vertentes historiográficas. Estudo interpretativo e crítico da produção historiográfica do século 20 e 21: marcos, dimensões, conceitos, categorias de análise, transmutações teóricas e metodológicas, autores e obras. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica

MALERBA, Jurandir.; ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. (Orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007. (Coleção História).

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. São Paulo: EDUSC, 2004.

RÜSEN, Jörn. **A história entre a modernidade e a pós-modernidade**. História: Questões & Debates 14 (26-27) 1997: 80-101.

Bibliografia Complementa

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Portugal: Europa - América, 1983.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes, rev. tec. de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

ESPADA LIMA, Henrique. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

KAYE, Harvey J. **Los historiadores marxistas británicos**. Zaragoza: Prensas Universitarias, 1989.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MALERBA, Jurandir. **A História na América Latina: ensaio de crítica historiográfica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. (Coleção FGV de bolso. Série História).

Ementa: O processo de formação do professor/pesquisador solicita reflexões teóricas sobre a ciência histórica. Nesta perspectiva, suscitamos a elaboração de um debate em torno dos modelos teóricos, dos campos e das especializações disciplinares, particularizando o papel dos historiadores como produtores do conhecimento histórico.

Bibliografia Básica:

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, v. 1 e 2.
BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
MALERBA, Jurandir. *Ensaio: teoria, história e ciências sociais*. Londrina: EDUEL, 2011.

Bibliografia Complementar:

BARROS, José D'Assunção. *A expansão da história*. Petrópolis: Vozes, 2013.
CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campinas, 2012.
FALCON, Francisco José Calazans. *Estudos de teoria da história e historiografia*. Vol. I: Teoria da história. São Paulo: Hucitec, 2011. (Estudos históricos, 85).
NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

Teoria Sociológica – 54h

Ementa: A origem da sociologia: condições históricas, políticas, econômicas e sociais. História e sociologia. O problema sociológico e suas diferentes perspectivas metodológicas e teóricas.

Bibliografia Básica:

ABEL, T. *Os Fundamentos das Teorias Sociológicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
DURKHEIM, E. *A ciência social e a ação*. São Paulo: Difel, 1975. Primeira parte e cap. 1.
MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 (vol 2, livro 1, cap XXIV). Científicos, 1980.

Bibliografia Complementar:

DERRIDA, J. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos.
FREITAG, B. e Pinheiro, M. F. *Marx morreu: Viva Marx*. Campinas São Paulo: Papirus, 1993.
WEBER, M. “Origem do Capitalismo Moderno” in *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Tópicos Especiais em História Afro-brasileira – 54h

Ementa: Contextualização da Lei 10.639/2003. Desafios para um ensino de História que privilegie a diversidade etno-racial. Propostas básicas para professores da educação básica, com sugestões de material e estratégias de ensino. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

BOAVENTURA, E. M.; SILVA, A. C. da. *O terreiro, a quadra e a roda: formas alternativas de educação das crianças negras em Salvador*. Salvador: Eduneb, 2005.

MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

SILVA, A. C. da. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Ceao/CED, 1995.

Bibliografia complementar:

FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT STIFTUNG. *Um fórum para a igualdade racial: articulação entre Estados e Municípios*. São Paulo: Ed. SEPPIR, 2005.

MARCON, Frank & SOGBOSSI, Hippolyte Brice (org). *Estudos Africanos, História e cultura Afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03*. São Cristóvão: UFS, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação Africanidade Brasil*, Brasília: SECAD, 2006.

OLIVEIRA, Vicente de Paula (org). *Construção de Identidade e Inclusão Social do Afrobrasileiro*. Belo Horizonte: Ed. UEMG-PROPEX, 2005.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. *Educação Anti-Racista: caminhos abertos para a Lei Federal nº 10.639/03*: SECAD, 2005.

Tópicos Especiais em Ensino de História e Suas Linguagens – 54h

Ementa: Busca refletir acerca das práticas educativas nas escolas de educação básica; problematiza a disciplina de história nas propostas curriculares e na legislação vigente no que se refere ao ensino de história nas etapas da educação básica; discute a relação entre métodos, metodologias, técnicas e práticas educativas dos professores. Incentiva os alunos a realização de práticas educativas voltadas para a seleção de materiais, conteúdos, organização e construção de instrumentos didáticos a ser usados nas aulas de história. Promove a efetivação de uma prática docente flexível, interdisciplinar, transdisciplinar à luz dos diferentes enfoques do ensino de história e suas implicações no processo da construção do conhecimento histórico. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

ABUD, Kátia Maria. *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. 12ª ed., São Paulo: Contexto, 2012.

KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula*. 6ª ed., 1ª Reimpressão, São Paulo: Contexto, 2010.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2009.

BALDÍSSERA, José Alberto. *O Livro Didático de História: Uma visão crítica*. Porto Alegre: Evangraf, 1994.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. 5ª ed., São Paulo: 2011.

SILVA, Marcos & FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar História no Século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas, SP, Papirus, 2007.

Tópicos Especiais em História Antiga – 54h

Ementa: Apresentar os principais temas e os elementos de análise da História do cristianismo antigo na sua relação com o mundo mediterrâneo. Enfatizando aspectos sociais, políticos e culturais que vão desde ambiente judaico do século I d. C. que deu origem a figura de Jesus até o século IV com a transformação do cristianismo em religião Oficial do Império Romano. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

- BROWN, Peter. *A ascensão do cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Editora Presença, 1999
- HORSLEY, R. A. *Arqueologia, história e sociedade na Galiléia - o contexto social de Jesus e dos rabis*. São Paulo, Paulus, 2000.
- VEYNE, Paul. *Quando o nosso mundo se tornou cristão*. Lisboa: Texto & Grafia, 2007.

Bibliografia complementar:

- BOWMA, Alan K. e WOOLF, Greg (org.). *Cultura Escrita no mundo Antigo*. São Paulo: Ática, 1998.
- CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (org.). *História da leitura no mundo antigo*. São Paulo: Ática, 2002.
- GOODMAN, Martin. Rome e Jerusalem. *The Clash of Ancient Civilizations*. Londres: Pinguin Books Ltd, 2008.
- BROWN, Peter. *Santo Agostinho*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- VEYNE, Paul. *O Império Grego-Romano*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

Tópicos Especiais em História Contemporânea 1 – 54h

Ementa: Análise sobre a violência coletiva contemporânea especificada em um objeto de estudo sobre a formação e perpetuação dos grupos terroristas surgidos a partir do século XX. Ou seja, as sociedades em aparecem, quais os programas ideológicos, a formação dos grupos, as propostas, o contexto político, social e econômico, a visão midiática e as interpretações acadêmicas sobre o fenômeno atual. A disciplina tenderá ampliar a discussão conceitual, priorizando também as interpretações documentais como fontes históricas, enquanto trabalhos possíveis a serem desenvolvidos na disciplina. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAUMAN, Zygmunt. *Europa*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução: José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Bibliografia Complementar:

- DARNTON, Robert e DUHAMEL, Olivier (orgs.). *Democracia*. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: Ascensão do Capitalismo de Desastre*. Tradução Vânia Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Tradução: Elsa T. S. Vieira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Tópicos Especiais em História Contemporânea 2 – 54h

Ementa: Estudo das relações entre o cotidiano e a história do mundo contemporâneo, através de diferentes linguagens e construções imagéticas. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 20ª ed. Petrópolis. Vozes: 2013.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Trad. Marina Appenzeller. 14ª ed. Campinas: Papyrus, 2013.

PERROT, Michelle. *História da Vida Privada* volume 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Trad. Denise Bottmann e Bernardo Joffily. 10ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Bibliografia complementar:

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Nota sobre a fotografia. Trad. Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Franteira, 1984.

CRARY, Jonathan. *Técnicas do observador*. Visão e modernidade no século XIX. Trad. Verray Chamma. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

KOSSOY, Boris e SCHWARZ, Lilia Moritz. *Um olhar sobre o Brasil – a fotografia na construção da imagem da nação (1833-2003)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. Trad. Rubens Figueiredo. 7ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

STRAUMANN, Patrick (org.). *Rio de Janeiro, cidade mestiça*. Nascimento da imagem de uma nação. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Tópicos Especiais em História Contemporânea 3 – 54h

Ementa: A disciplina tem como objetivo o estudo dos elementos que configuram a História das Relações Internacionais no âmbito da História Contemporânea do século XX a partir de 1945. Os marcos que a delimitam são, de um lado, a discussão sobre o pós-guerra e o fenômeno da Guerra Fria e, de outro, o surgimento da terceira geração de intelectuais engajados, que se modela nas agruras dos eventos da Guerra Fria, e começa a desarticular-se em fins dos anos sessenta na esteira das denúncias de Nikita Kruschov, na invasão soviética na Hungria e depois na Tchecoslováquia, da Revolução Cubana, da Guerra do Vietnã, do movimento de 1968, chegando à desestruturação e desarticulação do bloco soviético. Busca-se resgatar a formação da tradição de intervenção política dos intelectuais brasileiros, através da trajetória do Movimento dos Partidários da Paz (1947-) e de como esse movimento internacional atraiu os intelectuais brasileiros no período central da Guerra Fria (1945-1968).

Bibliografia básica:

ARENDDT, Hanna. *Sobre a revolução*. SP: Companhia das Letras, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. SP: Companhia das Letras, 2004. LOWY, Michel. *Revoluções*. SP: Boitempo Editorial, 2009.

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. SP: UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. SP: Cia das Letras, 1996.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. RJ: Nova Fronteira, 2006.

SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra fria da Cultura*. RJ: Record, 2008.

WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2001.

Tópicos Especiais em História Contemporânea 4 – 54h

Ementa: A disciplina tem como objetivo o estudo dos elementos que configuram a História a partir de 1980 no âmbito da História Contemporânea do século XX até os dias atuais. Os marcos que a delimitam são, de um lado, a discussão sobre a crise mundial do capitalismo, o surgimento do neo-liberalismo e da globalização. De outro lado, o surgimento da onda de manifestações desde a Primavera Árabe à Ucrânia de hoje. Busca-se entender, a partir de leitura da imprensa e da historiografia, o Tempo Presente. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio*. São Paulo, Paz e Terra, V. 3, 2001.

REIS FILHO, Daniel e outros. *O Século XX*. Rio de Janeiro, Record, 2002.

TEIXEIRADA SILVA, Francisco Carlos. *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*. Rio de Janeiro, Campus, 2004.

Bibliografia complementar:

COSTA, Darce; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Mundo Latino e Mundialização*. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.

COURMONT, B. e RIBNIKAR, D. *Les Guerres Asymétriques*. Paris, PUF, 2003.

DELL VALLE, Alexandre. *Guerras contra a Europa*. Rio de Janeiro, Bom texto, 2003.

HEISBOURG, François. *Hyperterrorisme: la nouvelle guerre*. Paris, Jacob, 2003. HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

Tópicos Especiais em História Cultural – 54h

Ementa: Problematização das articulações entre História e Cultura como meio de dar visibilidade a métodos e estratégias capazes de possibilitar um fazer historiográfico cujo foco prioritário se concentre em uma História Cultural do Social. Identidades e representações como expressões culturais construídas historicamente, proporcionando jogos simbólicos e códigos sociais como frutos da criação humana em diferentes espaços e tempos. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

SCHWARCZ, Lilia. & GOMES, Nilma. *Antropologia e História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. *A Redescoberta da Cultura*. São Paulo: Edusp, 1997.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Bibliografia Complementar:

GEERTZ, Clifford. *Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MELLO, Luiz Gonzaga. *Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas*. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

ROCHA, Everardo P. G. *O que é etnocentrismo*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Tópicos Especiais em História da África 1 – 54h

Ementa: A proposta da disciplina é analisar as organizações sociais e políticas dos estados africanos antes da chegada dos europeus, e posteriormente no contexto da abertura do mercado Atlântico de escravos. O objetivo principal é caracterizar os africanos como agentes históricos, analisando as organizações de poder e as hierarquias sociais responsáveis pelas alianças e conflitos entre os povos da África Centro Ocidental. Na sequência o debate é dedicado aos desdobramentos das atividades responsáveis pelo fornecimento de escravos e os desdobramentos ocorridos nas organizações políticas e sociais dos povos que habitavam Angola, Congo, Benguela, Cabinda e Cassanje. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica: LOVEJOY, Paul. A escravidão na África: uma história de suas transformações. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Alberto da Costa e. Da manilha ao libambo. A África e a escravidão (1500 a 1700). RJ: Fund. BN, 2014.

THORNTON, John. A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico. RJ: Ed. Campus, 2004

Bibliografia complementar:

BIRMINGHAM, David. Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1750). Luanda, 2004.

FAGE, John. História da África. Lisboa: Ed. 70, 1995.

HEINTZE, Beatrix. Angola nos séculos XVI e XVII. Luanda: Ed. Kilolombe, 2007.

ILLIFFE, John. Os africanos. História dum continente. Lisboa: Ed. Terramar, 1999.

MILLER, Joseph. Poder político e parentesco. Os antigo Estado Mbundu em Angola. Luanda: AHN, 1995

Tópicos Especiais em História da Alagoas 1 – 54h

Ementa: A disciplina tem por intenção aprofundar temáticas específicas sobre a História de Alagoas em diversas temporalidades (Colônia, Império & República). Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1981.

COSTA, Craveiro. *História das Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1983.

LINDOSO, Dirceu. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Cataventos, 2000.

Bibliografia complementar:

CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org). *Alagoas e o Império Colonial Português: Ensaio de Poder e Administração*. Maceió: Cepal, 2010.

BRANDÃO, Otávio. *Canais e Lagoas*. Maceió: Edufal, 2009.

DIEGUES JR., Manuel. *O Banguê nas Alagoas*. Maceió: Edufal, 2006.

MACIEL, Osvaldo (org.). *Pesquisando (n)a Província*. Arapiraca: Uneal, 2011.

LINDOSO, Dirceu. *Utopia Armada*. Maceió: Edufal, 2005.

Tópicos Especiais em História da Alagoas 2 – 54h

Ementa: A disciplina enfatiza alguns aspectos do contexto político alagoano durante o período republicano, em particular, os acontecimentos políticos de 1930 a 1964. Dialoga com os marcos históricos da Proclamação da República, da Revolução de 1930 e o Estado Novo, da redemocratização a partir de 1946, do Regime Militar de 1964 e da transição democrática pós 1985. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Cícero Pérciles de. *Alagoas 1980-1992: a esquerda em crise*. Maceió/AL, Edufal/Lúmen/Engenho, 1993.

SALDANHA, Alberto (org.) *A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió/AL, Edufal, 2011.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A Tragédia do Populismo: o impeachment de Muniz Falcão*. Maceió/AL, Edufal, 1995.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Chronicas alagoanas II: notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. Maceió/AL, Edufal, 2006.

CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. *Planos de desenvolvimento de Alagoas: 1960-2000*. Maceió/AL, Edufal, 2005.

LIRA, Fernando José. *Formação da Riqueza e da Pobreza de Alagoas*. Maceió/AL, Edufal, 2007.

MACIEL, Osvaldo. *Trabalhadores, Identidade de Classe e Socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió/AL, Edufal, 2009.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. *O homo inimicus: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió/AL, Edufal, 2007.

Tópicos Especiais em História do Brasil 1 – 54h

Ementa: A disciplina tem por intenção aprofundar temáticas específicas sobre a história do Brasil Colônia. Sugere-se, ainda a verticalização temática para as áreas política (Escravidão e racismo; Sociedades Indígenas; Estado e Nação; Cidadania e Direitos; Instituições Políticas e Poderes Públicos; História intelectual e Cultura Política; Educação e poder; Imprensa e a prática política; Saber, ciência e o poder); econômica (Economia Colonial; Casa Grande & Senzala: o mundo açucareiro; História agrária: estruturas fundiárias e o uso da terra; História urbana, comércio e indústria; Economia agroexportadora; e cultural (Literatura; Arte; Música; Religiosidade e Inquisição; Folclore; Renascimento, Barroco, Racionalismo e Ilustração; Cultura Erudita e Cultura Popular; História da Leitura; Intelectuais: obra e trajetória; Família, Gênero e

Sexualidade; Manifestações culturais; Identidades étnicas e gêneros; Religiosidade e História das Religiões no Brasil). Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1980.

NOVAIS, Fernando (Dir.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 4 Volumes, 1999.

Bibliografia Complementar:

LINHARES, Maria Yeda (Org.) *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

NEVES, Guilherme Pereira das, SANTOS, Ana Maria, GONÇALVES, Williams da Silva & MACHADO, Humberto Fernandes (Orgs.). *História do Brasil – De Terra Ignota ao Brasil Atual*. Rio de Janeiro: Editora Multimídia, 2002.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria J. C. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Tópicos Especiais em História do Brasil 2 – 54h

Ementa: A disciplina tem por intenção aprofundar temáticas específicas sobre a História do Brasil entre os anos de 1808 e 1889. Neste sentido sugere-se a verticalização temática para as relações sociais existentes na época em seus aspectos políticos, econômicos, religiosos e culturais. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil – 2*. São Paulo: Global, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras – A política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Bibliografia complementar:

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. São Paulo: Global, 2006.

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Dir.) História do Brasil Nação: 1808-2010. CARVALHO, José Murilo. (Org.) *A construção nacional 1830-1889*. Vol. 2. Madri: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

Tópicos Especiais em História do Brasil 3 – 54h

Ementa: O populismo no Brasil - A disciplina desenvolve a análise da trajetória da categoria populismo nas ciências sociais do Brasil. Identifica as origens da força explicativa desta categoria para os acontecimentos políticos de 1930 a 1964. Debate os limites desta construção histórica e sua insuficiência na interpretação da Era Vargas e do projeto nacional-estatista. Dialoga com essa tradição na história do tempo presente. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, Jorge. (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As Esquerdas no Brasil*, vol. 3 - revolução e democracia (1964/...). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

GOMES, Angela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Tópicos Especiais em História do Brasil 4 – 54h

Ementa: O golpe de 64: suas interpretações e análises. Os governos militares e a política militar do Cone Sul, a implementação da economia dependente do imperialismo norte-americano. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

CAVALCANTE, Berenice; STARLING, Heloisa; EISENBERG, José. *Decantando a República: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira & São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (volumes 2, 3 e 4).
REIS, RIDENTI, MOTTA (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. São Paulo: EDUSC, 2004.

Bibliografia Complementar:

LENHARO, A. *Sacralização da política*. Campinas: UNICAMP/ Papyrus, 1989.
REIS, Fábio W. & O'DONNELL, Guillermo (orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo. Vértice, 1988.
SCHWARCZ, Lilia. *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
_____. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo. Vértice / Iuperj, 1988.
MOTTA, Rodrigo P. S. *Introdução à História dos Partidos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Tópicos Especiais em América Latina 1 – 54h

Ementa: A história das sociedades à margem. As tribos indígenas no período colonial e suas localidades geográficas. O fluxo de migração pelo processo de ocidentalização, o enfrentamento indígena ao bandeirante e as formas de mestiçagem das duas culturas. A política getulista e o 'redescobrimto' dos índios. As formas de políticas públicas de proteção às comunidades indígenas. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina – América Latina Colonial*. Vol. 1. São Paulo: EDUSP, 1999.
SCHWARTZ, Stuart B. & LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Bibliografia Complementar:

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. São Paulo: Record, 2003.
GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: a formação da Nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Tópicos Especiais em América Latina 2 – 54h

Ementa: Analisar os conflitos ambientais, dando ênfase nos países da América Latina. Perceber, também, as relações entre o meio ambiente, as políticas públicas de preservação ou não, as formações étnicas, os interesses econômicos e as relações com a ecologia: suas formas de degradação ambiental e o impacto ambiental com o surgimento da economia capitalista. Estudar as lideranças católicas e suas ideologias no impacto dos conflitos ambientais, principalmente nas áreas de preservação e assentamentos indígenas na América Latina. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
BURSZTYN, Marcel. *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DEAN, Warren. *À ferro e fogo: a História e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

Bibliografia Complementar:

BELLOTTO, Manoel Lelo e CORRÊA, Anna Maria Martinez. *Bolívar e a luta pela independência da América: ação e pensamento político*. In: Simón Bolívar. São Paulo: Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 40).

DIVINE, R. A. et al. *América: passado e presente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos*. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Alagoas: Editora UFMG/Humanitas, 2000.

NOIRIEL, Gérard. *Repensar o Estado - nação*. São Paulo: Element. s/d.

SOARES, Gabriela Pellegrino e COLOMBO, Sylvia. *Reforma Liberal e Lutas Camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

Tópicos Especiais em História do Trabalho e dos Trabalhadores – 54h

Ementa: Num primeiro momento, realiza-se a introdução aos fundamentos teórico-metodológicos das categorias “trabalho” e “classe” a partir da leitura de clássicos da filosofia, das ciências sociais e da história. Num segundo momento, objetiva-se discutir o modo como estas categorias apresentam-se na produção historiográfica mais recente. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Cia. das letras, 2008.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento e revisão de Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. *El capital – crítica de La Economía Política*. Tradução de Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRAVERMA, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Tradução de Nathanael Caixeir. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. 2 ed. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran, com revisão técnica de Edgar de Decca e Michael Hall. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. *Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial*. In: Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, (pp. 267/304).

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

Tópicos Especiais em História Indígena 1 – 54h

Ementa: Estudo do transcurso histórico e cultural das sociedades indígenas no atual território brasileiro, desde os primeiros grupos de caçadores-coletores do período Paleoíndio até os tempos atuais, a saber: a) os índios antes do contato com os europeus; b) a conquista ibérica dos índios no Brasil; c) os índios no contexto do Brasil moderno; d) a presença indígena no atual território brasileiro. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

HAUBERT, M. Índios e jesuítas no tempo das Missões. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

LÉVI-STRAUSS, C. Tristes trópicos. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

KERN, A. A. Descoberta e colonização da América: impactos e contatos entre as sociedades indígenas e européias. América 92: 5 séculos de história, 500 anos de luta. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. p. 3-6.

Bibliografia complementar:

BOM MEIHY, J. C. S. Canto de Morte Kaiowá : história oral de vida. São Paulo: Loyola, 1991.

CUNHA, M. C. da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC/Cia das Letras, 1992.

FERNANDES, F. Organização social dos Tupinambás. São Paulo: Difel, 1963.

GOMES, M. P. Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1991.

MONTEIRO, John M. Negros da terra. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

Tópicos Especiais em História Medieval 1 – 54h

Ementa: Estudar as relações política, social, econômica e cultural que durante a idade média foram, a partir de conflitos e adaptações, constituindo a estrutura da Igreja Católica Romana. As temáticas abordadas perpassam a formação da hierarquia eclesiástica na Alta Idade Média; o monasticismo alto medieval; Conflitos entre Igreja Romana e Igreja Ortodoxa bizantina; Relação entre Igreja e Império Carolíngio; Reforma e sacralização da Igreja nos séculos XI e XII; O cristianismo do século XII: as ordens mendicantes e o mundo urbano; relação entre cristãos e muçulmanos; limites e contestação do cristianismo; A relação entre Estado e Igreja no final da Idade Média; a reforma protestante. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (org.). *História da leitura no mundo ocidental*. V.1. São Paulo: Atica, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. São Paulo: Editora Difel, s/d.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985.

Bibliografia complementar:

BROWN, Peter. *Santo Agostinho*. Uma Biografia. Rio de Janeiro: Recorde, 2005.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FRANCO JUNIOR, Hilário. *A Idade Média*. Nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

LE GOFF, Jacques e SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Bauru: EDUSC, 2002.

Tópicos Especiais em História Moderna 1 – 54h

Ementa: Estudos sobre a formação e o desenvolvimento das ideias e mentalidades no mundo moderno, em seus três períodos fundamentais: Renascimento, Barroco e Iluminismo. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982.

VILLARI, Rosario (org.). *O homem Barroco*. Lisboa: Presença, 1995.

VOVELLE, Michel (org.). *O homem do Iluminismo*. Trad. Maria Georgina Segurado. Lisboa: Presença, 1997.

Bibliografia Complementar:

ARIÉS, Philippe e CHARTIER, Roger. *História da Vida Privada* volume 3: Da Renascença ao século das Luzes. 11ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800*. Uma cidade sitiada. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MARAVALL, José Antonio. *A cultura do Barroco*. Análise de uma estrutura histórica. São Paulo: EdUSP, 1997.

Tópicos Especiais em História do Patrimônio Histórico-Cultural – 54h

Ementa: Memória e Patrimônio – a construção dos legados na História. Histórico, conceitos e concepções de patrimônio. Patrimônios e Identidades – formação de sistemas simbólicos e representações. Patrimônio histórico-cultural do Brasil – problemas e perspectivas. Histórico da políticas patrimoniais no Brasil. Patrimônios e representações – experiências dentro e fora das

esferas do Estado. Educação patrimonial – práticas e experiências. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia básica:

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

CASTRIOTA, Leonardo Baci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

LEMONS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. Coleção Primeiros Passos, V. 51. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

Bibliografia complementar:

CASTRO, Sonia Rabelo de. *O estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Renovar, 1991.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CURY, Isabelle. (org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC-IPHAN, 2002.

Tópicos Especiais em Teoria e Metodologia em História – 54h

Ementa: O objetivo da disciplina é apresentar temas diversos relacionados à pesquisa histórica e problematizar os seus processos. Também reforçar a aplicação do método histórico através da leitura de historiografias específicas, análise e crítica de fontes de diferentes tipologias, lugares e temporalidades e oficina de projetos. Esta disciplina tratará da prática pedagógica em sua dinâmica curricular, visando o ensino de história na educação básica.

Bibliografia Básica:

ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios técnicos de editoração*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

MATTAR, João. *Metodologia Científica na Era da Informática*. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

PINSKY, Carla (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

Prática como Componente Curricular 1 – (PCCC 1)

Ementa: A disciplina de Prática 1 se dará no 4º Período do curso e subsidiará os estudantes no campo teórico-prático para o exercício da docência e da pesquisa, levando-os à elaboração de metodologias e procedimentos de trabalho no sentido de viabilizar propostas pedagógicas já criadas e/ou em construção pelos discentes. A disciplina Prática 1 contemplará as disciplinas: História do Brasil 2, História da América 2 e História Indígena. Atividades a serem realizadas: elaboração de projetos, elaboração de planos de aula, elaboração de material didático e jogos educativos, análise de livro didático, visitas/ação educativa à museus e arquivos, entre outras atividades.

Bibliografia Básica:

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2014.

BITTENCOURT, C. F. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 12ª ed., São Paulo, Contexto, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas-SP: Papirus, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Dir.) **História do Brasil Nação: 1808-2010**. CARVALHO, José Murilo. (Org.) *A construção nacional*. Vol. 2. Madri: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Dir.) **História do Brasil Nação: 1808-2010**. SILVA, Alberto da Costa e. (Org.) *Crise Colonial e Independência 1808-1830*. Vol. 1. Madri: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

Bibliografia Complementar:

CABRINI, Conceição (Org.). *Relato de uma experiência do ensino de História na 6ª ano*. In: *Ensino de História. Revisão Urgente*. São Paulo, EDUC, 2000.

CERRI, Luis Fernando. *Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática*. In: *Revista de História Regional*. Paraná, 15(2), inverno de 2010, pp.264-278.

COUTO, Regina Célia; FONSECA, Selva Guimarães. *Educação multicultural no ensino e formação de professores (as) de História: o instante da palavra*. In: http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/437ReginaCelia_SelvaFonseca.pdf. Acesso em 11/03/2014.

KARNAL, Leandro. (Org.). *História na sala de aula*. *Conceitos, práticas e propostas*. 6ª Ed., 1ª Reimpressão, São Paulo, Contexto, 2010.

CABRINI, Conceição (Org.). *O que achamos importante lembrar sobre o ensino da História ou fundamentação teórica da proposta*. In: *O ensino de História. Revisão urgente*. São Paulo, EDUC, 2000.

NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada: Império; a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHWARCZ, Lilia & STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

Prática como Componente Curricular 2 – (PCCC 2)

Ementa: A disciplina de Prática 2 se dará no 5º Período do curso e subsidiará os estudantes no campo teórico-prático para o exercício da docência e da pesquisa, levando-os à elaboração de metodologias e procedimentos de trabalho no sentido de viabilizar propostas pedagógicas já criadas e/ou em construção pelos discentes. A disciplina Prática 2 contemplará as disciplinas: História Contemporânea 1, História do Brasil 3 e Estágio Supervisionado 1.

Bibliografia Básica:

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo e ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de História*. São Paulo, Cengage Learning, 2010.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro. (org.) *História na sala de aula. Conceitos, práticas e propostas*. 6a ed., 1a Reimpressão, São Paulo, Contexto, 2010.

SCHMIDT, M. A. M. S.; GARCIA, T. M. F. B. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. *Cadernos Cedes, Campinas*, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

Bibliografia Complementar:

ABUD, Kátia, *Currículos de história e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária*. BITTENCOURT, C. M. F. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1997. v. 01. 175 p.

BITTENCOURT, C. M. F. *Livros didáticos entre textos e imagens*. BITTENCOURT, C. M. F. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1997. v. 01. 175 p.

FONSECA, Selva Guimarães; RASSI, Marcos Antônio Caixeta. Saberes docentes e práticas de ensino de história na escola fundamental e média. *Revista de História*. João Pessoa, Jul./ dz. 2006.

KNAUSS, P. Sobre a norma e o óbvio: A sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, S. (Org.). *Refletindo o ensino da História*. São Paulo: Corte, 1009. p. 26-46. (Coleção Questões de Nossa Época; v.53).

LITZ, Valesca Giordano. O uso da imagem e o ensino de história. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1402-6.pdf>.

Prática como Componente Curricular 3 – (PCCC 3)

Ementa: A disciplina de Prática 3 se dará no 7º Período do curso e subsidiará os estudantes no campo teórico-prático para o exercício da docência e da pesquisa, levando-os à elaboração de metodologias e procedimentos de trabalho no sentido de viabilizar propostas pedagógicas já criadas e/ou em construção pelos discentes. A disciplina Prática 3 contemplará as disciplinas: Historiografia Geral, História do Brasil 4, Direitos Humanos e Educação, História Antiga, Educação e Estudos Étnico-Raciais, Introdução aos Estudos Históricos e História Medieval.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Maria Elizabeth B. de. Desafios à Educação: o trabalho com projetos. In: *Educação, Projetos, Tecnologias e Conhecimentos*. São Paulo, PROEM, 2001, pp.47-63.

CAINELLI, M. Educação histórica: perspectivas de aprendizagem em História no ensino fundamental. *Educar*. Curitiba. Número especial, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores Pensam e Falam Sobre e Profissão. In: *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Bibliografia Complementar:

COELHO, Thiago da Silva. A imagem como fonte histórica: enigma e abordagens <file:///C:/Users/Welder/Downloads/17243-80990-1-PB.pdf>.

FONSECA, S. G. Longe da escola, na escola: vozes da universidade e da indústria cultural. In: *Caminhos da História ensinada*. 3a Ed., Campinas, SP, Papyrus, 1995.

MONTEIRO, Ana Maria. Professores Pensam e Falam Sobre e Profissão. In: *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

NETO, André de Faria Pereira. O uso do documento escrito no ensino de história. Premissas e bases para uma didática construtivista. *História & Ensino*, Londrina, v.7, 143 – 165, out. 2001.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro. (org.) *História na sala de aula. Conceitos, práticas e propostas*. 6a ed., 1a Reimpressão, São Paulo, Contexto, 2010.

Prática como Componente Curricular 4 – (PCCC 4)

Ementa: A disciplina de Prática 4 se dará no 8º Período do curso e subsidiará os estudantes no campo teórico-prático para o exercício da docência e da pesquisa, levando-os à elaboração de metodologias e procedimentos de trabalho no sentido de viabilizar propostas pedagógicas já criadas e/ou em construção pelos discentes. A disciplina Prática 4 contemplará as disciplinas: Historiografia Brasileira, Meio Ambiente e Educação, História de Alagoas 1, Teoria da História, História do Brasil 1, História da América 1, História Moderna e História da África 1.

Bibliografia Básica:

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. 2ª. Ed., Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2009.

ABUD, Kátia Maria. *Ensino de História*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ANDRÉ, Marli. Pesquisa, formação e prática docente. In: *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. Campinas, SP, Papirus, 2001.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, Circe M. F. História nas atuais propostas curriculares. In: *Ensino de História. Fundamentos e métodos*. 3a ed., São Paulo, Cortez, 2009.

CAINELLI, M. Educação histórica: perspectivas de aprendizagem em História no ensino fundamental. *Educar*. Curitiba. Número especial, 2006.

CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. In: *Revista de História Regional*. Paraná, 15(2), inverno de 2010, pp.264-278.

FERNANDES, J. R. O. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas-SP: Papirus, 2003.

Prática como Componente Curricular 5 – (PCCC 5)

Ementa: A disciplina de Prática 5 se dará no 9º Período do curso e subsidiará os estudantes no campo teórico-prático para o exercício da docência e da pesquisa, levando-os à elaboração de metodologias e procedimentos de trabalho no sentido de viabilizar propostas pedagógicas já criadas e/ou em construção pelos discentes. A disciplina Prática 5 contemplará as disciplinas: História de Alagoas 2, História Contemporânea 2, Metodologia da Pesquisa Histórica, Pesquisa em Ensino de História, História da África 2 e Eletiva.

Bibliografia Básica:

ANDRÉ, Marli. Pesquisa, formação e prática docente. In: *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. Campinas, SP, Papirus, 2001.

BITTENCOURT, Circe M. F. *Procedimentos metodológicos no ensino de História*. In: *Ensino de História. Fundamentos e métodos*. 3a ed., São Paulo, Cortez, 2009.

FERNANDES, J. R. O. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2013.

Bibliografia Complementar:

ABUD, Kátia, *Currículos de história e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária*. BITTENCOURT, C. M. F. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1997. v. 01. 175 p.

BITTENCOURT, C. M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. BITTENCOURT, C. M. F. (Org.). O saber histórico na sala de aula. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1997. v. 01. 175 p.

BITTENCOURT, Circe M. F. História nas atuais propostas curriculares. In: Ensino de História. Fundamentos e métodos. 3a ed., São Paulo, Cortez, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães; RASSI, Marcos Antônio Caixeta. Saberes docentes e práticas de ensino de história na escola fundamental e média. Revista de História. João Pessoa, Jul./ dz. 2006.

KNAUSS, P. Sobre a norma e o óbvio: A sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, S. (Org.). Refletindo o ensino da História. São Paulo: Cortez, 1009. p. 26-46. (Coleção Questões de Nossa Época; v.53).

ACE 1 – Eventos - 72 h/a

Ementa: A ACE 1 se dará no 2º Período e contempla a modalidade Evento. Os discentes terão a possibilidade de participar da organização de eventos que fazem parte do calendário acadêmico do curso de Bacharelado em História. Esta atividade procura desenvolver condições para que os estudantes possam atuar de forma consciente, crítica e criativa no desenvolvimento do meio social como um todo, levando em consideração as dimensões culturais, sociais, ambientais, políticas e econômicas da realidade brasileira, oportunizadas em eventos.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campinas, 2012.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

Disponível em: www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-sistematizacao.pdf; Acesso em 06 nov. 2017.

GUIA PRÁTICO SOBRE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS. Universidade Federal do ABC. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/aci/guia-pratico-para-organizacao-de-eventos.pdf>; Acesso em 10 de julho de 2019.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>; Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

ACE 2 – Projeto 1, parte 1 - 52 h/a

Ementa: A ACE 2 se dará no 6º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 1 – parte 1. A ACE 2 deverá ser pré-requisito para cursar a ACE 3, Projeto 1, parte 2.

Bibliografia Básica:

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia Silveira. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo didática-Nacional-de-Extensão universitária - e-book.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo%20didática-Nacional-de-Extensão%20universitária%20-e-book.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2017.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: [http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais- das-atividades- de-extensao-no-ambito- da-ufal/view](http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view)>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: [https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos- de-la- extension-en-america- latina-y- el-caribe.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

ACE 3 – Projeto 1, parte 2 - 52 h/a

Ementa: A ACE 3 se dará no 7º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 1 – parte 2, que será teórico-prática, resultando na construção de atividades ou materiais didático-pedagógicos e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica:

CHAGAS, Mário. MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 19, n. 19, june 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo didática-Nacional-de-Extensão universitária - e-book.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo%20didática-Nacional-de-Extensão%20universitária%20-e-book.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2017.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: [http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais- das-atividades- de-extensao-no-ambito- da-ufal/view](http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view)>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: [https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos- de-la- extension-en-america- latina-y- el-caribe.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e Memória – trajetórias e perspectivas**. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.

ACE 4 – Projeto 2, parte 1 - 30 h/a

Ementa: A ACE 4 se dará no 8º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 2 – parte 1. A ACE 4 deverá ser pré-requisito para cursar a ACE 5, Projeto 2, parte 2.

Bibliografia Básica:

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2007.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>; Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: [https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo e didática-Nacional-de-Extensão universitária - e-book.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo_e_didatica-Nacional-de-Extensao_universitaria_-_e-book.pdf); Acesso em 06 nov. 2017.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O MUSEU NA SALA DE AULA: propostas para o planejamento de visitas aos museus. **Revista Tempo e Argumento**, PPGH – UFSC, Florianópolis, v. 4, n. 2, pp. 63 – 81, jul./dez. 2012. Link: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304022012063/2157>.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

ACE 5 – Projeto 2, parte 2 - 130 h/a

Ementa: A ACE 5 se dará no 9º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 2 – parte 2, que contemplará atividades teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou materiais didático-pedagógicos e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica:

ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa Histórica: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>; Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: [https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extensão universitária - e-book.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extensao_universitaria_-_e-book.pdf); Acesso em 06 nov. 2017.

LOPEZ, André Porto Ancona. Como Descrever Documentos de Arquivo: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

COSTA, Carina Martins. “A escrita de Clio nos temp(l)os da Mnemósime: olhares sobre materiais pedagógicos produzidos em museus”. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 47, p. 217-240, jun. 2008.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva (orgs.). Formação do pesquisador em educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa. Maceió: EDUFAL, 2007.

3.1.4. Atividades complementares.

O Curso de Licenciatura em História prevê um total de 200 h/aula em atividades complementares, distribuídas entre os 9 semestres letivos. Estas atividades podem ser realizadas em forma de participação em seminários, congressos, encontros e cursos de extensão, palestras, visitas a instituições de pesquisa e arquivos com apresentação de relatórios etc.

Poderão ainda ser consideradas como atividades acadêmicas complementares as aulas práticas realizadas fora do ambiente das salas de aula da Universidade, quer sejam uma complementação dos conteúdos ministrados ou, dependendo da natureza de cada disciplina, um conteúdo totalmente novo, ministrados em um ambiente propício para o aproveitamento pleno de tal evento, como por exemplo, Museus, Arquivos, Bibliotecas, Institutos de Pesquisa, Galerias de Arte etc., desde que exista um plano de trabalho a ser executado pelo professor e que seja exigida a frequência dos alunos em tal evento. As viagens de estudo a municípios ou cidades históricas, alagoanas ou de qualquer outra região do Brasil, também farão parte das Atividades Complementares, desde que comprovada a sua importância para a qualificação ou aperfeiçoamento dos conteúdos ministrados, e que esse trabalho seja coordenado por professores, de forma inter ou multidisciplinar, homologado pelo Colegiado ou pela Coordenação. Ver em anexo as diretrizes do curso com relação as atividades complementares.

4. Atividades de Curricularização da Extensão.

O Curso de História Licenciatura conta com o Programa de extensão **“Entre a Universidade e a Comunidade: democratizando o conhecimento historiográfico”**. Este programa abrange a curricularização da extensão através das disciplinas ACÉs, assim como os projetos e as ações do corpo docente. Estas atividades pretendem atuar no auxílio e na responsabilidade social da

Universidade frente às demandas sociais, nas áreas temáticas de: *Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação*. A contribuição do curso está em promover uma ação especializada, articulada ao ensino de História, nas seguintes áreas prioritárias: ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica; promoção do desenvolvimento cultural em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes; e, ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência.

As ações de extensão do curso de História Bacharelado e de licenciatura, ligadas a este Programa, atendendo ao *Anexo B dos Parâmetros teórico-metodológicos para a curricularização e creditação da extensão da UFAL*, classificam-se nas seguintes linhas: Formação de professores; Metodologias e estratégias de ensino/aprendizado; Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial; Direitos Individuais e Coletivos; e, Grupos sociais vulneráveis.

Além disso, contamos com o apoio extensionista de diversos projetos do curso de História Bacharelado e da Licenciatura, como apresentados em documentação sobressalente. O Programa de Extensão está proposto dentro curso, discriminado neste Projeto Pedagógico, com suas respectivas atividades, público alvo e carga horária, estando de acordo com a Resolução Consuni/Ufal 04/2018.

Conforme a Resolução, destacamos abaixo o artigo 2º, 3º e 4º:

Art. 2º - As ações de extensão passam a ser obrigatórias para o corpo discente dos Cursos de Graduação da UFAL, que deverá creditar o equivalente a 10% (dez por cento) da carga horária total do respectivo curso em Programa(s) de Extensão, através das suas respectivas atividades extensionistas definidas para o cumprimento dessa finalidade.

Art. 3º - Cada curso ofertará, no mínimo, um Programa de Extensão, com ações a ele ligadas e distribuídas ao longo do curso, em consonância com os demais componentes curriculares e com os objetivos da formação, considerando o perfil do egresso e os objetivos sociais da universidade pública.

Art. 4º - Por ATIVIDADE DE EXTENSÃO é entendido o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade.

Parágrafo único - São consideradas atividades de extensão, configuradas como componentes curriculares que podem ser creditadas no histórico do/a discente de graduação, projetos, cursos, eventos e produtos relacionados a Programa de Extensão com ementa e objetivos formativos definidos nos Projetos Pedagógicos de Cursos, denominadas, doravante, Atividades Curriculares de Extensão (ACE).

A extensão curricular está proposta pelos cursos de graduação de História Licenciatura e Bacharelado da Universidade, devendo ser pensada a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão, visando a integração entre Universidade e Sociedade, ressaltando o seu caráter interdisciplinar e

o potencial interprofissional. Logo, as atividades de extensão são todas as ações de contribuição à sociedade, sob uma metodologia contextualizada com o público-alvo e buscando objetivos a curto prazo, condizentes com o sentido de responsabilidade social. Essas atividades propiciam a participação da sociedade extra-campus (em especial a pessoas carentes de acesso a bens científicos). Os Cursos de Graduação em História (Licenciatura ou Bacharelado) da Universidade Federal de Alagoas devem desenvolver ações extensionsistas que estimulem a formação acadêmica em História.

Além destas propostas, existem atividades dos cursos de Licenciatura e de Bacharelado em História diretamente ligadas à sua matriz curricular, através das disciplinas de natureza extensionista, as ACEs. Cada qual terá seu projeto individual de execução definido pelo professor da disciplina, seguindo as ementas de cada uma como consta na Matriz curricular.

Temos realizado nos cursos de graduação e pós-graduação, eventos de extensão, curso de formação continuada, interação com outras universidades e outros cursos, marcando o caráter interdisciplinar do curso, mas sem perder de vista a especificidade do campo científico da História. Sabendo que o Estado de Alagoas ainda possui baixos níveis de escolaridade e sérios problemas no sistema educacional, nossa ênfase tem sido de intensificar o diálogo com a educação básica, tanto com professores da rede pública e particular, quanto com alunos do ensino fundamental e médio.

O público-alvo das atividades de curricularização da extensão são os graduandos, pós-graduandos, egressos, técnicos, professores de História da rede pública e privada e áreas afins e demais interessados da sociedade em geral. Serão 5 ACE's distribuídas ao longo de 5 períodos, com a ACE 1 na modalidade Evento e as demais (ACE 2, 3, 4 e 5) na modalidade Projetos.

Os indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento das ACE's, serão realizados pelo professor, a partir dos objetivos e metodologias definidas em cada ACE. As avaliações serão realizadas a partir do envolvimento dos discentes nas atividades de extensão teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes. As atividades de extensão (projetos, eventos, cursos etc.) serão discutidas e avaliadas entre os professores do curso que estarão envolvidos com as ACE's, semestralmente, em reuniões orientadas pelo NDE e apresentados em relatórios parciais e finais.

Seguem discriminadas abaixo as ações de extensão que vem sendo desenvolvidas nos últimos anos (eventos, cursos e projetos):

4º Fórum do Programa de Pós-Graduação em História da UFAL (março de 2019)

Este evento já é tradição no PPGH/UFAL como um espaço em que os discentes apresentam resultados parciais e finais de suas pesquisas, dando maior visibilidade às suas produções científicas e os impactos socioeconômicos e culturais provocados por seu caráter inovador. Além disso, é também uma forma de recepcionar os discentes ingressantes e apresentá-

los ao PPGH, suas produções, regras de funcionamento e estrutura, por meio de uma reunião com todos os discentes do Programa no início da programação do Fórum.

1968 faz 50 anos: História, Memória e Silêncios (maio de 2018)

Em maio, o Programa de Pós-Graduação em História da UFAL promoveu um ciclo de debates sobre os 50 anos das manifestações estudantis que agitaram o ano de 1968 em várias partes do mundo. Para isso, convidamos o Prof. João Roberto Martins Filho, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisador especialista na temática e autor de livros que se tornaram referência para os estudiosos do período. Além de uma roda de debates com o professor convidado, os professores Michelle Macedo e Anderson Almeida, coordenadora e vice-coordenador do PPGH, realizaram uma entrevista com o convidado, que será posteriormente publicada na Revista Crítica Histórica, periódico acadêmico vinculado ao Programa e ao CPDHis. O professor João Roberto Martins Filho também teve um espaço reservado para o lançamento de seu livro *Segredos de Estado – o governo britânico e a tortura no Brasil*.

I e II Seminário de Ensino de História da UFAL (julho de 2018 e 2019)

O evento de 2018 ocorreu como parte da programação da SBPC Educação, que foi realizada em Maceió, nos espaços da UFAL. Além da intensa participação de alunos do curso de História (PPGH e graduação), tivemos uma grande presença de professores da rede básica de ensino de Alagoas, que se sentiram confortáveis em compartilhar suas experiências em sala de aula, bem como demonstraram interesse em estreitar os laços com as produções científicas da Pós-Graduação em História. Em 2019 tivemos a 2ª edição do evento, que contou com a participação de mais de 130 inscritos, entre alunos de graduação e da pós graduação de História e áreas afins, bem como de professores da rede regular de ensino do Estado de Alagoas.

Encontro Nacional de História da UFAL

O evento já é tradição do curso, e está na sua 11ª edição. Além das conferências e mesas redondas, temos simpósios temáticos, com grande participação de professores da rede básica, minicursos e oficinas, grande parte ministrados por discentes do PPGH/UFAL.

Curso de Formação Continuada e Colaborativa intitulado *O Ensino de História e a formação da consciência histórica de professores e alunos* (dezembro de 2017 a dezembro de 2018 e 2019)

Coordenado pela prof.^a Lídia Baumgarten, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado e com a Associação Nacional de História, seção Alagoas (ANPUH-AL), o curso iniciado em dezembro de 2017 e finalizado em dezembro de 2018 teve resultados bastante positivos ao longo dos encontros mensais que foram marcados pela troca de experiências entre professores da educação superior com professores da rede básica. As oficinas abordaram as seguintes temáticas: Metodologias do Ensino de História; Brasil Republicano; História Antiga e Medieval; História de

Alagoas; História do Brasil Colônia; Arqueologia; História da África; História do Brasil Império; História Indígena; História e Gênero. A edição de 2019 se iniciou em junho e irá até dezembro.

Minicurso de extensão *Entre Revoluções e Reformas: Projetos Políticos no Brasil*

O minicurso foi oferecido para alunos do Ensino Médio da rede pública de Alagoas, participantes do Programa de Apoio aos Estudantes das Escolas Públicas do Estado (PAESPE). Além disso, a aproximação permitiu outras ações em outros momentos, como o aulão preparatório para o ENEM ministrado pela professora Michelle Reis de Macedo.

Diálogo com a Associação Nacional de História, seção Alagoas (ANPUH-AL)

A aproximação do PPGH com a ANPUH-AL em 2018 foi feita especialmente por meio do ingresso das professoras permanentes Raquel Parmegiani e Michelle Reis de Macedo na gestão da associação. A intenção na nova gestão em 2018 foi tentar resgatar as atividades da ANPUH em Alagoas, que há algum tempo não se movimentava no estado. Ações importantes foram realizadas, como participação no Curso de Formação Continuada e Colaborativa citado acima, campanhas de filiação, sobretudo entre professores da rede básica e discentes do PPGH/UFAL. Apesar de não ter conseguido realizar o evento regional por falta de verba, a ANPUH-AL conseguiu promover uma campanha pedagógica de apresentação da associação, bem como a importância de sua existência enquanto representante da categoria de professores e pesquisadores de história.

Atividades culturais

Na programação dos nossos eventos, inserimos atrações culturais que também contribuem para a inserção social do curso. Temos convidado alunos e ex-alunos a se apresentarem nos eventos realizados pelo curso.

Diálogo com a Arquidiocese de Maceió e com o Arquivo Público de Alagoas

Os trabalhos de organização, higienização e catalogação de fontes históricas nestes dois arquivos têm aproximado alunos e professores dessas instituições, proporcionando não apenas pesquisas acadêmicas, mas também eventos importantes para o diálogo entre o PPGH/UFAL e a sociedade civil, como os seguintes exemplos: o I e o II Congresso de História (2015 e 2017), realizados no espaço do Seminário Arquidiocesano Nossa Senhora da Assunção, com grande participação da comunidade acadêmica e de seminaristas; e os encontros do projeto Chá de Memória, no Arquivo Público de Alagoas, reunindo intelectuais e leigos interessados em assuntos debatidos sobre a história de Alagoas.

Seguem abaixo o Programa de Extensão do CPDHis, os projetos e atividades de extensão do curso.

4.1. Programa de Extensão do Curso.

Ementa: Para atender às demandas sociais e educacionais na sua área de atuação, os cursos de História (Bacharelado e Licenciatura) desenvolveram o Programa de extensão "**Entre a Universidade e a Comunidade: democratizando o conhecimento historiográfico**" com o objetivo de promover e apoiar projetos de extensão dos grupos de pesquisa, laboratórios e/ou pesquisadores e professores dos cursos que possibilitem a formação continuada de profissionais da área, estudantes, técnicos, líderes comunitários e agentes sociais. As ações se darão de modo contínuo na preservação e difusão do patrimônio histórico, cultural e imaterial, tendo como fim o seu acesso democrático; produção de materiais didáticos para o ensino de História; oficinas de formação cultural e política; divulgação de conhecimento histórico via exposições, eventos científicos e de popularização. O Programa de Extensão também agrega as Atividades de Curricularização da Extensão – ACE, dos cursos de Licenciatura e Bacharelado de História. Para isso, devem também ser ofertadas em suas ações, entre outras demandas, a apreensão das teorias, métodos e técnicas que envolvam a proteção do patrimônio histórico, cultural e documental de Alagoas.

Justificativa:

A importância de um programa de extensão reside não só na possibilidade de desenvolver projetos e aglutinar especialistas da área em torno de grandes temas e problemáticas historiográficas, mas também em propiciar o repasse da prática de construção do conhecimento histórico, no relacionamento estabelecido entre professores e alunos no cotidiano da pesquisa e das atividades de mediação com a comunidade.

A ordenação e o processamento de documentação histórica voltada para a pesquisa e o ensino, devem vir acompanhados de uma reflexão crítica e historiográfica sobre o processo de construção e uso delas. Ou seja, a preocupação metodológica e epistemológica é fundamental para o sucesso das pesquisas tanto quanto os estudos e debates coletivos são necessários como estratégias de formação dos futuros pesquisadores e professores de História. Entende-se assim, que os diferentes grupos e laboratórios de pesquisa funcionam como formação complementar àquela obtida em sala de aula e no estudo individual. Deste modo, os cursos de História (Bacharelado e Licenciatura) refletem uma articulação especializada entre as metodologias e as teorias em torno das fontes históricas, as diferentes pesquisas desenvolvidas no curso, nas atividades de extensão e na concentração dos resultados destas pesquisas com vistas à sua divulgação.

A apropriação destes conhecimentos pela comunidade torna-se elemento importante para a valorização das memórias e identidades sociais, e para a crítica das relações de poder que perpassam a sociedade. A democratização da documentação e do conhecimento histórico tem um

papel importante nas lutas sociais ligadas às questões de raça, gênero e classe, entre outras demandas pertinentes a realidade brasileira e alagoana.

Fundamentação teórico-metodológica:

Na última década houve um avanço na busca por articulação de agentes em diferentes redes de atuação que englobam o governo federal, instituições privadas e públicas, universidades, arquivos, museus e memoriais, detentores de acervos históricos documentais e artísticos. Entre esses esforços destaca-se, a nível nacional a iniciativa da Rede Memorial, criada em Recife em 2011, durante a CTCM (Conferência sobre Tecnologia, Cultura e Memória: estratégias para a preservação e acesso à informação). No que diz respeito à preservação e ao acesso, diz a Carta de Recife – documento produzido durante conferência – que “no atual contexto de desenvolvimento da sociedade da informação e de expansão da economia da cultura e da cultura digital no Brasil, é imperativo definir uma política pública para a digitalização de acervos memoriais (referentes ao patrimônio cultural, histórico e artístico brasileiro).” Nesse sentido, ainda segundo o documento, “uma tal política, de alcance nacional e que envolva os três níveis da Federação e as instituições privadas comprometidas com a guarda de acervos de valor cultural, será essencial para orientar as iniciativas de patrocinadores, agências financiadoras e fundos que tem oferecido recursos públicos e privados para a reprodução digital dos acervos e a sua publicação na rede mundial de computadores (internet).”

Para fins deste programa, entende-se que as articulações desenvolvidas a nível nacional, exemplificadas acima, encontram eco na atuação do GT Arquivos UFAL, iniciado em março de 2012, através da elaboração do *Protocolo de Intenções* que viabiliza a articulação entre a Universidade Federal de Alagoas e as instituições de guarda documental no Estado. Em sua Primeira Cláusula, afirma o Protocolo que: “Os signatários deste Instrumento se comprometem a envidar esforços objetivando promover a integração institucional na formulação e no desenvolvimento de programas e projetos de cooperação técnica, científica e acadêmica, voltados para o desenvolvimento de ações e políticas públicas de preservação, conservação, pesquisa, difusão e acesso público ao patrimônio histórico e documental público e privado de interesse público de Alagoas”. Na sequência, em sua Segunda Cláusula, tem-se que: “Os objetivos definidos no item anterior serão implementados mediante projetos específicos, cuja execução será levada a efeito nos termos de acordos ou convênios individuados a serem oportunamente pactuados pelas partes signatárias”.

Neste sentido, o programa "**Entre a Universidade e a Comunidade: democratizando o conhecimento historiográfico**" foi elaborado tendo em vista por um lado, a evolução dos debates nacionais a respeito da digitalização e difusão dos acervos culturais históricos, e as necessidades locais já há muito identificadas pelas universidades e instituições de memória de Alagoas, que se

propõe a aplicar na prática as intenções estabelecidas e debatidas nos últimos anos. Salienta-se, por outro lado, que ao trabalhar com os diferentes acervos no estado, ao promover a ampliação da rede de profissionais que atuam neste campo, está-se cumprindo as diretrizes científicas de formação universitária nos três eixos, pesquisa, ensino e extensão.

Partindo destes princípios, o programa tem o intuito de abranger ações que façam parcerias com outros cursos do ICHCA e unidades acadêmicas. As áreas temáticas de Cultura, Direitos Humanos e Justiça e Educação nos possibilitará futuros diálogos com os cursos de: Biblioteconomia (ICHCA); Serviço Social (FSSO); Pedagogia (CEDU); Direito (FDA); Letras (FALE); Ciências Sociais (ICS); Arquitetura (FAU). Destaca-se, a exemplo, da parceria já estabelecida entre os cursos de História e o Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore através de projeto de extensão coordenado pela Profa. Dra. Ana Paula Palamartchuk.

Metodologia:

Cada projeto e ação propostos relacionam-se às diretrizes de extensão do ICHCA e da UFAL, parte indissociável da formação discente, podendo ser desenvolvidos, inclusive, nas ACES – Atividades de Curricularização da Extensão – dos cursos de História Bacharelado e Licenciatura. Para melhor atender à relação *ensino-pesquisa-extensão*, os projetos e ações deverão se enquadrar em uma das linhas e/ou atividades de extensão dos cursos, quais sejam:

- **Formação de professores:** formação e valorização de professores, envolvendo a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico, tendo em vista o aprimoramento profissional, a valorização, a garantia de direitos trabalhistas e a inclusão no mercado de trabalho formal.
- **Metodologias e estratégias de ensino/aprendizado:** Metodologias e estratégias específicas de ensino/aprendizagem, como a educação a distância, o ensino presencial e de pedagogia de formação inicial, educação continuada, educação permanente e formação profissional.
- **Patrimônio Cultural, Histórico, Natural e Imaterial:** Preservação, recuperação, promoção e difusão de patrimônio artístico, cultural e histórico (bens culturais, móveis e imóveis, obras de arte, arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares), natural (natureza, meio ambiente) material e imaterial (culinária, costumes do povo), mediante formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, centros culturais, arquivos e outras organizações culturais, coleções e acervos; restauração de bens móveis e imóveis de reconhecido valor cultural; proteção e promoção do folclore, do artesanato, das tradições culturais e dos movimentos religiosos populares; valorização do patrimônio; memória, produção e difusão cultural e artística.

- **Direitos Individuais e Coletivos:** Apoio à organizações e ações de memória social, defesa, proteção e promoção de direitos humanos; direito agrário e fundiário; assistência jurídica e judiciária; individual e coletiva instituições e organizações; bioética médica e jurídica; ações educativas e preventivas para garantia de direitos humanos.
- **Grupos sociais vulneráveis:** Questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção.
- **Projetos de extensão:** são todos os projetos desenvolvidos pelos professores/pesquisadores do curso de licenciatura e bacharelado e da pós-graduação.
- **Projetos desenvolvidos nas ACE's – Atividades de Curricularização da Extensão:** são todos os projetos e atividades de extensão desenvolvidas nas ACE's dos cursos de História Bacharelado e Licenciatura.

A metodologia utilizada será a dialógica-participativa, aplicando as seguintes diretrizes:

(1) *Plano de trabalho* que preveja atividades teóricas e práticas a respeito da preservação e organização de fontes documentais ou outras atividades pertinentes à extensão, com detalhamento das atividades, equipe e cronograma de execução. No caso de atuação *in loco* nos acervos ou com fundos existentes no CPDHis (Centro de Pesquisa e Documentação Histórica), tais fontes, previamente higienizadas, passarão por uma avaliação de suas condições de conservação e do impacto do processo de digitalização (escâner ou fotografia) em sua estrutura, quando for o caso.

(2) Depois desta etapa, serão listadas de acordo com os protocolos estabelecidos pelo CPDHis utilizados nas disciplinas de Estágio Supervisionado em Arquivos I e II (Bacharelado), através da *Ficha de Levantamento Prévio para Confecção de Guia Geral*, com apoio de bibliografia especializada. Neste estão presentes as informações que auxiliarão na constituição dos metadados utilizados em catálogos, guias e inventários: localização, proveniência, organização, espécie, datas-limite, quantidade, conservação, descrição e observações. Outros elementos poderão ser incluídos após avaliação pelas equipes dos projetos.

(3) Divulgação ampla, democrática e gratuita dos resultados dos projetos via publicação dos catálogos, guias e/ou inventários resultantes em *e-books*, artigos científicos publicados em revistas acadêmicas, repositório da UFAL, páginas e redes sociais do na internet dos arquivos, museus e memórias, publicações impressas, realização de eventos, oficinas etc.³

³ Uma política editorial foi elaborada, em conjunto com a Edufal (Editora da Universidade Federal de Alagoas) para a publicação e divulgação gratuita dos *e-books*.

Objetivos Gerais:

Promover e apoiar as ACE's e os projetos de extensão dos grupos de pesquisa, laboratórios e/ou pesquisadores e professores do curso que possibilitem a formação continuada de professores, estudantes, técnicos, líderes comunitários, agentes sociais e outros envolvidos nas linhas de atuação extensionista dos cursos de História. Contribuir para a salvaguarda, identificação, construção de instrumentos de pesquisa (inventários, catálogos, guias etc), digitalização de fundos e acervos de fontes históricas, com fins ao seu acesso democrático. Para isso, devem também ser ofertadas em suas ações a apreensão das teorias, métodos e técnicas que envolvam a proteção do patrimônio histórico, cultural e documental de Alagoas.

Resultados Esperados:

Na população atendida: Espera-se ampliar sobremaneira o acesso à documentação histórica de Alagoas contida nos diferentes acervos do estado. Os estudantes, professores e demais consulentes e dirigentes dos acervos ganharão na qualidade do acesso, na preservação da documentação e na ampliação dos conhecimentos científicos em história e disciplinas auxiliares.

Na formação discente: Espera-se que os estudantes possam associar os conhecimentos teóricos e práticos durante a execução dos projetos, ao se aplicar as técnicas apreendidas nos projetos e nas ACE's. Desenvolvam pensamento crítico a respeito dos conteúdos trabalhados e vistos na documentação histórica. Também que sejam estimulados ao desenvolvimento de pesquisas e a utilização do método científico aplicado à história e demais disciplinas auxiliares; que se percebam como produtores e gestores de conhecimento a ser transmitido. Por fim, quer-se que a experiência contribua para a formação profissional dos estudantes e o aumento de suas habilidades, para que possam ser também difusores do conhecimento apreendido.

Para a Universidade: Espera-se desenvolver novas técnicas e tecnologias a serem utilizadas pela universidade para o ensino, pesquisa e extensão. A criação produtos (guias, inventários e/ou catálogos) possibilitam o planejamento de novas ações interinstitucionais que são essenciais para a salvaguarda da documentação histórica de Alagoas. O apoio deste programa pela UFAL estabelecerá parâmetros para uma atuação profissional de seus professores e estudantes, tendo em vista a sociedade da informação e as redes de memória que estão sendo criadas no Brasil e em outros países. Esse programa também cobrirá os compromissos assumidos pela Universidade junto aos acervos que se disponibilizaram a assinar o Protocolo de Intenções e os acordos técnico-científicos nos últimos anos.

Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento: A partir desses resultados espera-se alcançar os seguintes indicadores, somando todas as ações de extensão: em média, 100 pessoas por ano incluindo alunos matriculados nas ACEs, professores de História, agentes sociais e público em geral. Os instrumentos de avaliação e acompanhamento serão relatórios parciais e

finais, além dos produtos resultantes como material didático-pedagógico, *e-books*, artigos de divulgação e científicos, exposições, eventos, catálogos etc.

Referências:

- ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2007.
- CHAGAS, Mário. MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 19, n. 19, june 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campinas, 2012.
- CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.
- CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.
- CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.
- DUARTE, Zeny (trad.). **Preservação de Documentos. Métodos e práticas de salvaguarda**. The British Library National Preservation Office. Salvador: Edufba, 2009.
- FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo didática-Nacional-de-Extensão universitária - e-book.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo%20didática-Nacional-de-Extensão%20universitária%20-%20e-book.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2017. GUIA PRÁTICO SOBRE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS. Universidade Federal do ABC. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/aci/guia-pratico-para-organizacao-de-eventos.pdf>: Acesso em 10 de julho de 2019.
- LOPEZ, André Porto Ancona. **Como Descrever Documentos de Arquivo: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. O MUSEU NA SALA DE AULA: propostas para o planejamento de visitas aos museus. **Revista Tempo e Argumento**, PPGH – UFSC, Florianópolis, v. 4, n. 2, pp. 63 – 81, jul./dez. 2012. Link: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304022012063/2157>
- PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.
- PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.
- SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia Silveira. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e Memória – trajetórias e perspectivas**. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.
- LEGISLAÇÃO**

LEI Nº 2.428, de 30 de dezembro de 1961. (Dispõe sobre a criação do Arquivo Público de Alagoas)

LEI Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. (Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências)

LEI Nº 6236, de 6 de junho de 2001. (Institui o sistema de Arquivos do Estado de Alagoas)

Acervos e espaços museológicos em Alagoas

Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió – ACMM

Arquivo Público de Alagoas – APA

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL

Memorial Pontes de Miranda – TRT

Museu de Arte Sacra – Marechal Deodoro

Museu de História Natural – UFAL

Museu Théo Brandão – UFAL

Museu da Imagem e do Som – MISA

4.2. Atividades e Projetos de Extensão do Curso.

ACE – ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO

ACE 1 - Eventos (72 Horas)

Ementa

A ACE 1 se dará no 2º Período e contempla a modalidade Evento. Os discentes terão a possibilidade de participar da organização de eventos que fazem parte do calendário acadêmico do curso de Bacharelado de História. Estas atividades procuram desenvolver condições para que os estudantes possam atuar de forma consciente, crítica e criativa no desenvolvimento do meio social como um todo, levando em consideração as dimensões culturais, sociais, ambientais, políticas e econômicas da realidade brasileira, oportunizadas em eventos.

Distribuição de Carga Horária

Teórica: 30 horas

Prática: 42 horas

Público-Alvo

Graduandos, pós-graduandos, técnicos, professores de História da rede pública e privada e áreas afins e demais interessados da sociedade em geral.

Objetivos

- Incentivar o intercâmbio acadêmico de pesquisadores, professores e alunos de diversas instituições, dentro e fora do estado de Alagoas, por meio da troca de experiências e do diálogo acadêmico em torno dos eixos que são temas dos eventos organizados pelo curso de História/ICHCA;
- Debater e refletir sobre os temas dos eventos, suas implicações, desafios e possibilidades de encaminhamentos;
- Propiciar aos discentes participar da organização dos eventos e, com isso, contribuir para que eles possam atuar de forma consciente, crítica e criativa no desenvolvimento do meio social como um todo;
- Elaborar atividades temáticas ligadas aos eventos do curso de História.

- Corroborar para a formação complementar dos discentes.

Metodologia

Consiste em aulas participativas, voltadas para prática extensionista, com atividades que deem origem a produtos acadêmicos, mais acessíveis e compreensíveis pelo público em geral. Os discentes terão a oportunidade de participar da organização de eventos que fazem parte do calendário acadêmico e científico do curso de História. Dessa forma, os discentes irão participar de todas as atividades de preparação, execução e pós-evento. Além da formação complementar, os discentes também serão motivados a desenvolver trabalho em equipe, reforçando o senso de criticidade, criatividade, responsabilidade social, produção e exposição de resultados de pesquisa, atividades que são inerentes a própria carreira do profissional em História. Atividades a serem desenvolvidas: Organização de Exposições, catálogos, portfólios, materiais didáticos e atividades de monitoria, divulgação e organização de eventos (minicursos, oficinas, intervenções didáticas/artísticas), entre outras.

Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE

Os indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento das ACE's, serão realizados pelo professor, a partir do envolvimento dos discentes nas atividades de extensão teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campinas, 2012.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

Disponível em: www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-sistematizacao.pdf; Acesso em 06 nov. 2017.

GUIA PRÁTICO SOBRE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS. Universidade Federal do ABC. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/images/aci/guia-pratico-para-organizacao-de-eventos.pdf>; Acesso em 10 de julho de 2019.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>; Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa- extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

ACE 2 – Projeto 1, parte 1 (54 Horas)

Ementa

A ACE 2 se dará no 5º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 1 – parte 1. A ACE 2 deverá ser pré-requisito para cursar a ACE 3, Projeto 1, parte 2.

Distribuição de Carga Horária

Teórica: 20 Horas

Prática: 34 Horas

Público-Alvo:

Graduandos, pós-graduandos, técnicos, professores de História da rede pública e privada e áreas afins, técnicos e demais interessados da sociedade em geral.

Objetivos

- Proporcionar aos discentes a elaboração e participação de projetos e atividades extensionistas que reforcem o papel social de cada um na sociedade alagoana e brasileira;
- Introduzir as principais técnicas de conservação e tratamento documental;
- Exercitar a prática de conservação em fundos documentais específicos.
- Exercitar a análise histórica na documentação;
- Atuar junto aos acervos levando o conhecimento histórico ao acervo atendido;
- Promover a atualização e formação continuada de professores da rede regular de ensino e dos graduandos e pós-graduandos em processo de formação;
- Propiciar aos discentes e professores da rede regular de ensino o contato com diferentes metodologias/linguagens e atualização de bibliografia e debates referentes a prática docente.

Metodologia

A ACE 2, com o Projeto 1, parte 1, será desenvolvida no 5º Período e deverá ser pré-requisito para cursar a ACE 3, Projeto 1, parte 2. As atividades da ACE 2, Projeto 1, parte 1, serão teórico-metodológicas e as atividades da ACE 3, Projeto 1, parte 2, serão teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes. As atividades a serem desenvolvidas nesse projeto são: Democratização das Fontes Históricas, Alagoas Histórica Digital, parte 1 e 2. Formação de Professores, Ensino de História e suas Metodologias e Linguagens. Projetos de Extensão que os professores já desenvolvem também serão ofertados aos discentes como atividade extensionista.

Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE

Os indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento das ACE's, serão realizados serão realizados pelo professor, a partir do envolvimento dos discentes nas atividades de extensão teórico-

práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia Silveira. História & documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%B3tica_Nacional_de_Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_e-book.pdf>. Acesso em 06 nov. 2017.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

ACE 3 – Projeto 1, parte 2 (54 Horas)

Ementa

A ACE 3 se dará no 6º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 1 – parte 2, que será teórico-prática, resultando na construção de atividades ou materiais didático-pedagógicos e/ou de pesquisa pelos discentes.

Distribuição de Carga Horária

Teórica: 20 Horas

Prática: 34 Horas

Público-Alvo

Graduandos, pós-graduandos, técnicos, professores de História da rede pública e privada e áreas afins, técnicos e demais interessados da sociedade em geral.

Objetivos

- Proporcionar aos discentes a elaboração e participação de projetos e atividades extensionistas que reforcem o papel social de cada um na sociedade alagoana e brasileira;
- Propiciar aos discentes a construção e elaboração de material de pesquisa e didático-pedagógico, resultantes das atividades desenvolvidas na ACE 2, Projeto 1, parte 1.

Metodologia

A ACE 3, com o Projeto 1, parte 2, será desenvolvida no 6º Período e será teórico-prática, resultando na construção de atividades ou materiais didático-pedagógicos e/ou de pesquisa pelos discentes. As atividades a serem desenvolvidas nesse projeto são: Democratização das Fontes Históricas, Alagoas Histórica Digital, parte 1 e 2. Formação de Professores, Ensino de História e suas Metodologias e Linguagens. Projetos de Extensão que os professores já desenvolvem também serão ofertados aos discentes como atividade extensionista.

Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE

Os indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento das ACE's, serão realizados serão realizados pelo professor, a partir do envolvimento dos discentes nas atividades de extensão teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica:

CHAGAS, Mário. MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 19, n. 19, june 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo didática-Nacional-de-Extensão universitária - e-book.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo%20didática-Nacional-de-Extensão%20universitária%20-%20e-book.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2017.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: [http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais- das-atividades- de-extensao-no-ambito- da-ufal/view](http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view)>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: [https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos- de-la- extension-en-america- latina-y- el-caribe.pdf](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e Memória – trajetórias e perspectivas**. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 1999.

ACE 4 – Projeto 2, parte 1 (64 Horas)

Ementa

A ACE 4 se dará no 7º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 2 – parte 1. A ACE 4 deverá ser pré-requisito para cursar a ACE 5, Projeto 2, parte 2.

Distribuição de Carga Horária

Teórica: 24 Horas

Prática: 40 Horas

Público-Alvo

Graduandos, pós-graduandos, técnicos, professores de História da rede pública e privada e áreas afins, técnicos e demais interessados da sociedade em geral.

Objetivos

- Proporcionar aos discentes a elaboração e participação de projetos e atividades extensionistas que reforcem o papel social de cada um na sociedade alagoana e brasileira;
- Proporcionar aos discentes trabalhar com a memória dos sujeitos que construíram relações sociais e de poder ao longo da História de Alagoas;
- Auxiliar no processo de “dar voz aos (às) silenciados (as)”, sujeitos (as) que ficaram à margem da História de Alagoas por meio da memória;
- Propiciar discussões e debates acerca das questões de Gênero, Raça/Etnicidade e Diversidade, tão necessários nos dias atuais, procurando motivar os discentes ao diálogo e respeito à diversidade em todos os setores da sociedade;
- Colaborar para que o discente entre em contato com diferentes metodologias e linguagens do ensino de História, tais como, História e Cinema, História e Literatura, História e Música.

Metodologia

A ACE 4, com O Projeto 2, parte 1, será desenvolvida no 7º Período e deverá ser pré-requisito para cursar a ACE 5, Projeto 2, parte 2. As atividades da ACE 4, Projeto 2, parte 1, serão teórico-metodológicas e as atividades da ACE 5, Projeto 2, parte 2, serão teórico-práticas, que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes. As atividades a serem desenvolvidas na ACE 4 são: Questões de Gênero, Raça/Etnicidade e Diversidade, Patrimônio Cultural e Memória, História e Cinema, História e Literatura, História e Música. Projetos de Extensão que os professores já desenvolvem também serão ofertados aos discentes como atividade extensionista.

Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE

Os indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento das ACE's, serão realizados serão realizados pelo professor, a partir do envolvimento dos discentes nas atividades de extensão teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica:

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2007.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em:

<http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>; Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo e didática-Nacional-de-Extensão universitária - e-book.pdf>](https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Polo_e_didatica-Nacional-de-Extensao_universitaria_-_e-book.pdf>); Acesso em 06 nov. 2017.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O MUSEU NA SALA DE AULA: propostas para o planejamento de visitas aos museus. **Revista Tempo e Argumento**, PPGH – UFSC, Florianópolis, v. 4, n. 2, pp. 63 – 81, jul./dez. 2012. Link: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304022012063/2157>

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>; Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

ACE 5 – Projeto 2, parte 2 (72 Horas)

Ementa

A ACE 5 se dará no 8º Período e contempla a modalidade Projetos. Nesse componente curricular, os discentes terão a possibilidade de participar de atividades de extensão do Projeto 2 – parte 2, que contemplará atividades teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou materiais didático-pedagógicos e/ou de pesquisa pelos discentes.

Distribuição de Carga Horária

Teórica: 32 Horas

Prática: 40 Horas

Público-Alvo

Graduandos, pós-graduandos, técnicos, professores de História da rede pública e privada e áreas afins, técnicos e demais interessados da sociedade em geral.

Objetivos

- Proporcionar aos discentes a elaboração e participação de projetos e atividades extensionistas que reforcem o papel social de cada um na sociedade alagoana e brasileira;
- Propiciar aos discentes a construção e elaboração de material de pesquisa e didático-pedagógico, resultantes das atividades desenvolvidas na ACE 4, Projeto 2, parte 1.

Metodologia

A ACE 5, com O Projeto 2, parte 2, será desenvolvida no 8º Período e contemplará atividades teórico-práticas, que resultarão na construção de atividades ou materiais didático-pedagógicos e/ou de pesquisa pelos discentes. As atividades a serem desenvolvidas na ACE 5 são: Questões de Gênero, Raça/Etnicidade e Diversidade, Patrimônio Cultural e Memória, História e Cinema, História e Literatura, História e Música. Projetos de Extensão que os professores já desenvolvem também serão ofertados aos discentes como atividade extensionista.

Indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento da ACE

Os indicadores/instrumentos de avaliação e acompanhamento das ACE's, serão realizados serão realizados pelo professor, a partir do envolvimento dos discentes nas atividades de extensão teórico-práticas, e que resultarão na construção de atividades ou material didático-pedagógico e/ou de pesquisa pelos discentes.

Bibliografia Básica:

ARÓSTEGUI, Julio. A Pesquisa Histórica: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>; Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria-e-book.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

LOPEZ, André Porto Ancona. Como Descrever Documentos de Arquivo: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>; Acesso em 06 nov. 2017.

COSTA, Carina Martins. “A escrita de Clio nos temp(l)os da Mnemósime: olhares sobre materiais pedagógicos produzidos em museus”. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 47, p. 217-240, jun. 2008.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva (orgs.). Formação do pesquisador em educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa. Maceió: EDUFAL, 2007.

5. Metodologia do Curso.

A proposta teórico-metodológica do curso de Licenciatura em História na modalidade presencial da UFAL insere-se, primeiramente, na atual tendência historiográfica Inglesa e francesa, identificadas respectivamente como a Escola Social Inglesa e a Escola dos Annales. Ambas oferecerem um conjunto de expectativas conceituais abrangentes e pressupostos metodológicos necessários à investigação documental, além de serem as Escolas preferenciais nos departamentos de História das academias brasileiras. Nossa preocupação está orientada pela necessidade atual em oportunizar o acesso à pesquisa e suas as interpretações, bem como ampliar os objetos de estudos para a historiografia brasileira. Assim, a afirmação mais contundente seria dizer que buscamos criar um curso empenhado em discussões acadêmicas e, oportuno às propostas de elaboração reflexiva e de pesquisa. O que seria o mesmo que afirmarmos nossa oposição ao relativismo conceitual e cultural. A partir disso temos constatado que as expectativas quanto à produção acadêmica devem reiterar também os paradigmas conceituais historiográficos.

A Escola dos Annales, a partir de uma nova proposta metodológica cultural, ampliou as práticas do conhecimento historiográfico e do saber histórico, usufruindo de renovações constantes em seus conceitos e em seus objetos de pesquisa. Uma das maiores revoluções foi sentida pela noção de documento histórico atualmente. A ampliação dos conceitos das fontes documentais e do documento histórico possibilitou uma ampliação nas capacidades intelectuais e investigativas do conhecimento histórico. Com isto, a possibilidade de pesquisa para o historiador ampliou-se e revalorizou-se na academia, contribuindo para o reconhecimento da profissão e do interesse de muitos para a história mundial e de seu próprio país. Disto, a história perdeu seu ensino cansativo de um viés apenas de estudos pautado pela história tradicional política. A revolução documental dos Annales possibilitou novas incursões pela história desconhecida até então, expandindo o interesse por novos documentos históricos. Mas, o importante é sabermos que toda esta mudança nos obriga a responsabilidade com os acervos documentais, bem como as possibilidades de interpretação destas fontes. Fornecer as bases sólidas dos argumentos teóricos e metodológicos é, de fato, algo que orientou toda a estrutura curricular do presente Projeto Pedagógico do curso de história Licenciatura.

A experiência das novas oportunidades para os historiadores, aberta pela revolução documental trouxe, também, o surgimento de algumas linhas específicas de trabalho e pesquisa com novos objetos para a cultura historiográfica. Dentre estes, a memória, o patrimônio cultural e documental tem se revelado como uma linha específica de trabalho historiográfico, assim como a descoberta da história de gênero, revelando as mulheres na sociedade, a necessidade de pesquisa sobre o meio ambiente como espaço de identidade e reciprocidade cultural, as representações e os imaginários como análises macro e estruturais, que compreendem as permanências e as tradições. E, nas incursões das necessidades atuais, também, a noção dos Direitos Humanos, da diversidade cultural e dos diálogos sobre questões étnicorraciais, das incursões sobre a violência

de gênero e de demandas necessárias aos debates atuais inseridos na Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (CNE/CEB 4/2010), que estão contemplados no Projeto Pedagógico do curso de História Licenciatura.

Assim, o presente Projeto Pedagógico do curso de História do Licenciatura da UFAL vem ao encontro de tais necessidades, assumindo seu compromisso com a Educação Superior não apenas com as propostas de mudanças historiográficas, mas de um empenho nacional quanto às demandas das Leis de Diretrizes da Educação Brasileira. Demandas que orientaram a construção das linhas mestras deste projeto, tendo o cuidado em não cair na tentação das oportunidades e expectativas das incoerências dos modismos acadêmicos. Ressaltamos, ainda, que as expectativas de mudança e de renovação do conhecimento historiográfico não devem oportunizar a banalização do conhecimento e, portanto, reivindicar prioridades fúteis. Nossa estrutura curricular, bem como nossa concepção de curso privilegia, desde suas primeiras disciplinas do primeiro período, o envolvimento com os conceitos, a produção historiográfica recente e a prática profissional com leituras documentais. Também, contemplamos ao longo do curso a necessidade do aprendizado e conhecimento da história da África e da História Indígena, e dos debates teórico-metodológicos.

E a nossa autenticidade é o de oferecer à sociedade alagoana uma proposta de Curso de Licenciatura em História arregimentado nas demandas educacionais atuais e na preocupação com a investigação histórica contemporânea, contemplados na matriz curricular.

Neste sentido, nossa opção metodológica, frente às necessidades curriculares, foi de criar os **‘espaços de conhecimento interdisciplinar articulados’ (ECIA)** entre as grandes áreas de conhecimento curricular, propondo atividades interdisciplinares como fóruns, debates, eventos, seminários, projetos de pesquisa em comum, e etc. sugerindo um maior desempenho acadêmico para o curso com ganho tanto para os docentes, quanto para os discentes. As **atividades dos ‘espaços de conhecimento interdisciplinar articulada’** nas grandes áreas de conhecimento da matriz curricular irá possibilitar uma maior dimensão das propostas tanto historiográficas, como das Diretrizes nacionais para que as atividades do curso possam contemplar as expectativas.

Os ECIA's serão coordenados pelos professores das áreas, unindo as expectativas de trabalhos das disciplinas das áreas com outras diferentes áreas de conhecimento, e que também envolvam as atividades do programa de Pós-graduação. A proposta é que as disciplinas sejam contempladas em atividades interdisciplinares nas demandas atuais das Diretrizes Nacionais de Educação e das repercussões historiográficas atuais. Estas atividades podem tomar uma proporção de debates simples variando para grandes seminários que envolvam o curso e o PPGH. Assim, o empenho das atividades ficará com a orientação dos coordenadores de área para a articulação de temas, dias e atividades das áreas. Entretanto, a ideia é que as áreas ECIA articulem mesas

redondas, fóruns e discussões interdisciplinares, bem como projetos articulados de pesquisa e extensão dentro do Curso de Licenciatura em História.

<u>Espaços articulados:</u>	<u>Atividades interdisciplinares articuladas:</u>
- ECIA 1: área de Pesquisa, Teoria e Método:	Seminários, pesquisas, projetos, eventos, etc.
- ECIA2: área de Antiga e Medieval:	“
- ECIA 3: área de História contemporânea:	“
- ECIA 4: área de História do Brasil e História Regional:	“
- ECIA 5: área de América Latina:	“
- ECIA 6: área de África e Indígena:	Seminários, pesquisas, projetos e eventos.
- ECIA 7: área de ensino:	Seminários, pesquisas, projetos e eventos.

Nesta perspectiva, as disciplinas foram cuidadosamente articuladas ao sucesso e desempenho do aluno no conhecimento histórico e nas necessidades que ele terá no seu percurso acadêmico, incluindo a pós-graduação. Também, algumas outras necessidades foram colocadas. Aquelas que dizem respeito à própria estrutura interpretativa da historiografia contemporânea e, claro, também a historiografia brasileira que, sentimos a urgência em capacitar os profissionais às mudanças teórico-metodológicas atuais. Neste sentido, o nosso compromisso com a estrutura teórica do curso de Licenciatura em História tem por preocupação a formação não apenas de profissionais considerados qualificados para sua área específica de Licenciatura, mas que serão orientados às atividades técnicas de pesquisa e de cuidado com o acervo documental, cujas oportunidades serão captadas e orientadas para os Estágios Supervisionados e os Grupos e Pesquisa com o intuito de desenvolver as suas habilidades na formação do historiador.

Abrimos as oportunidades para a competência profissional dos graduandos, inserindo-os nas atividades de monografia, contemplada pelas normas de orientações do TCC e do seminário de Pesquisa, na metodologia de pesquisa, com vistas a introduzir o discente nas demandas da pós-graduação *'stricto sensu'* e das atividades do bacharel em História. As capacidades para as habilidades e competências serão desenvolvidas ao longo do curso inseridas nas atividades dos Grupos de Pesquisa e das disciplinas de Estágios do curso de História, oportunizando aos alunos o espaço de interação social acadêmica, e de identidade profissional de que necessitam os graduandos. Neste sentido, o graduando será formado no conhecimento historiográfico e das linhas mestras que orientam o perfil do curso. Pois,

toda a pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhe serão propostas se organizam. (DE CERTEAU, 2002, p. 67)

Concluimos, pois, que as mudanças na interpretação da história da cultura e da sociedade, bem como as formas de se construir o conhecimento histórico, estão consoantes ao presente Projeto Pedagógico do curso de História do Licenciatura.

Na recusa, ainda, de um enfoque mais tradicional, ampliou-se as possibilidades de outras categorias de análises surgirem no escopo das estruturas curriculares como disciplinas e ou ofertas de optativas e, até mesmo, ampliando os objetos de pesquisa para o historiador. É o caso das categorias de etnias, gênero, política da negociação, história ambiental, e outros que fazem referência necessária ao contexto atual da cultura política. Numa dimensão afirmativa, tendemos a ver que a defender a necessidade de tais mudanças e, principalmente, que estas análises historiográficas não ‘coisifiquem’ o potencial do historiador. A nova dimensão deverá ser tratada como proposta teórica, e como tal deverá ser entendida como novo parâmetro conceitual de análise para a história política no Brasil. Assim, o conceito de culturas políticas permite explicações, variações de objetos e interpretações sobre

o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades. Ou seja, realizando o exercício historiográfico que implica se deslocar no tempo e no espaço, compreendendo as orientações dos atores, segundo seus códigos culturais. (...) O conceito de política foi, portanto, ampliado, constituindo-se em instância autônoma e estratégica para a compreensão da realidade social, até porque a ideia é a de que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais. (GOMES, 2005, p. 30-31)

A reflexão historiográfica exige, assim, empenho das disciplinas conceituais e de outras, necessitando da dinâmica interdisciplinar, definindo a abordagem das propostas atuais presente neste currículo. O nosso empenho é uma tentativa original para um Projeto Pedagógico em História Licenciatura que se empenha nas proporções de discussões atuais tanto historiográficas, quanto das Diretrizes Nacional de Educação Brasileira para o estado de Alagoas.

Nesse sentido, a instituição assume assim seu papel de mediadora e busca articular tais trocas, pois reconhece o educando como o agente principal de sua própria aprendizagem, sendo capaz de construir satisfatoriamente seu conhecimento quando participa ativamente do processo. Sendo assim são empregadas nas práticas em sala de aula as seguintes metodologias:

- Seminários: metodologia utilizada como uma forma de avaliação, preparando o aluno para a prática expositiva, contribuindo para o processo de sistematização de ideias, clareza ao discorrer sobre os assuntos em pauta, auxiliando na comunicação e expressão da oralidade.
- Palestras: metodologia utilizada após o professor aprofundar determinado assunto, tendo o palestrante a finalidade de contribuir para a integração dos aspectos teóricos com o mundo do trabalho.

5.1. Das atividades.

- Ciclo de Palestras: metodologia utilizada na busca de integração de turmas e avanço do conhecimento, trazendo assuntos novos e enriquecedores, além de proporcionar aos alunos a prática cerimonial e organização de eventos, já que a proposta desses ciclos inclui a efetiva participação dos alunos sob a supervisão do professor da disciplina competente.
- Dinâmicas de Grupo: metodologia que visa o preparo dos alunos para a vivência profissional, com a estimulação do desenvolvimento da contextualização crítica, tomada de decisões e liderança. Tem como proposta estimular a criatividade, iniciativas, trabalho em equipe.
- Práticas em Laboratórios: o curso utilizará laboratórios aplicados ao desenvolvimento das competências e habilidades práticas de suas disciplinas. Esses laboratórios possibilitam metodologias diferenciadas de pesquisa, proporcionando ao aluno um contato com equipamentos utilizados em sua área de trabalho. No caso o curso conta com um laboratório de documentação e um laboratório de ensino. Dessa forma o aluno ao se formar poderá aplicar em sua vida profissional conhecimentos úteis adquiridos na vivência em aulas nos laboratórios.
- Visitas Técnicas: realização de vistas a instituições de salvaguarda, preservação, restauração e divulgação de diferentes acervos documentais. Prática que visa integrar teoria e prática, além de contribuir para o estreitamento das relações entre instituições de pesquisa e acervo.
- Estudos de casos: atividades de aplicação de conteúdos teóricos a partir de situações práticas, visando o desenvolvimento de habilidades técnicas, utilização de quadros teóricos e conceituais adequados, além da possibilidade de promover uma avaliação sobre os resultados obtidos.
- Projetos Culturais: projetos desenvolvidos pelos alunos, em prol da sociedade regional, a serem desenvolvidos durante o curso. Atividade que tem como proposta reunir dados e conclusões obtidas em pesquisas contribuindo dessa forma para a construção e reforço de identidades, memórias e conhecimento e difusão da História.
- Aulas expositivas: método tradicional de exposição de conteúdos, porém com a utilização de recursos tecnológicos que sejam úteis nos processos de ensino e aprendizagem, tais como data-show, vídeos e internet.

As metodologias descritas possibilitam os estudantes articularem sua formação com o exercício do ofício do bacharel em História, observando e conhecendo diferentes possibilidades de pesquisa, transpondo barreiras da universidade, produzindo conhecimento de forma autônoma e crítica, construindo novos saberes e reinterpretando espaços a partir do conhecimento construído.

5.2. Núcleo Docente Estruturante – NDE

Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010, a UFAL instituiu, através da Resolução 52/2012, no âmbito de seus cursos de graduação, os Núcleos Docentes Estruturantes – NDE, em conformidade com as especificações legais. Neste sentido, os NDE são compostos pelo mínimo de cinco membros, todos docentes com titulação de pós-graduação *stricto sensu* e formação na área do curso. Considera-se, igualmente, a afinidade da produção científica com o eixo do curso e sua dedicação ao mesmo. Os membros de NDE possuem mandatos de dois anos, assim como das coordenações de curso de graduação, com uma tarefa acadêmica de acompanhamento, consolidação e atualização permanente do Projeto Político Pedagógico do Curso - PPC.

O Núcleo Docente Estruturante - NDE do curso de Licenciatura em História se reúne ordinariamente nas quartas feiras de cada mês, no horário das 14:00 às 16:00, e extraordinariamente, sempre que for necessário. A concepção e elaboração deste PPC, é de responsabilidade do referido núcleo em conjunto com a coordenação do curso, que o acompanhará até a implantação do mesmo pelo Colegiado do curso.

Compete ao Núcleo Docente Estruturante as seguintes atribuições:

- I- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Curso de Graduação;
- V- Elaborar e/ou reformular o Projeto Pedagógico do Curso assim como acompanhar e avaliar a implantação e implementação do referido documento, propondo as alterações necessárias a sua melhor consecução;

- VI- Apreciar e encaminhar para homologação do Colegiado e das instâncias deliberativas superiores, projetos de Pesquisa, de Cursos de Pós-Graduação *Latu e Strictu Sensu* e de cursos e/ou atividade de extensão, com o objetivo de tornar efetiva a aplicação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- VII- Participar da elaboração do Plano de Trabalho das Coordenações de Curso, que será apreciado pelo Colegiado e aprovado pelos Órgãos competentes da UFAL, bem como acompanhar sua execução;
- VIII- Recomendar as diretrizes dos programas das disciplinas do curso de Graduação e suas respectivas ementas, encaminhando à Coordenação, modificações dos programas para fins de compatibilização;
- IX- Coordenar a elaboração e recomendar a aquisição de lista de títulos bibliográficos e outros insumos necessários ao curso.

6. Avaliação e auto avaliação.

O sistema de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História será realizado em três dimensões: (a) avaliação do corpo discente; (b) do corpo docente e (c) do próprio Projeto Pedagógico do Curso. Assim dispomos os seguintes critérios:

- a) O sistema de avaliação do corpo discente observará o disposto na Resolução nº 25/2005 CEPE, de 26 de outubro de 2005, Arts 11 a 18. Haja vista que, os requisitos atuais para as avaliações diferenciadas aos alunos especiais, como alunos autistas, são normas de orientação tanto para os professores quanto para os alunos do curso, segundo a regulamentação de 12.764 de dezembro de 2012. Assim, contamos com o apoio técnico da UFAL para a realização das tarefas de avaliação diferenciadas no curso, bem como orientação para os professores e alunos em questão.
- b) O sistema de avaliação do corpo docente, sendo disposto na Lei 9.394 de 1996 que dispõe sobre a titulação do corpo docente do curso. Ainda, contamos com a auto avaliação do curso onde todos os docentes, coordenação e corpo técnico são avaliados.
- c) O sistema de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso contextualizado no espírito da instituída “Década da Educação” (LDBEN, Título IX, Art. 87) e “em sintonia com a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos” (§ 1º), institucionalmente, e uma vez que, de modo geral, a “duração exigida como completa, jamais situa a conclusão da maioria dos cursos de graduação de ensino superior abaixo de 3 anos e o número de 4 anos tem sido uma constante para a delimitação dos cursos de graduação no Brasil” (Parecer nº 28/2001 CNE/CP), deverá acontecer em um prazo cronológico frequente de 3 ou 4 anos,

ênfatizando, entre outras coisas, a organização didático-pedagógica (administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação), o corpo docente (formação profissional, condições de trabalho, atuação e desempenho acadêmico e profissional) e infraestrutura (instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos), sem esquecer que, nesta nova concepção de Universidade e de Unidade Acadêmica onde o Curso de Licenciatura em História acontece, “*O nico juiz legítimo desta consecuaço é a gente do povo, não os estudantes nem os professores, mas a própria população cujas necessidades e carências se procura suprir*” (RIBEIRO, 1991, p. 268). Cabe ao Colegiado do Curso a sistematização deste processo de avaliação, e ao Coordenador de Curso, ou a Grupo de Trabalho nomeado pelo Colegiado para este fim, sua execução.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições do curso também servirá de instrumento para a auto avaliação do curso, sendo o mesmo constituído pelos seguintes tópicos:

1. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas;
2. Corpo docente: formação profissional, condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional;
3. infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

Dentro desta proposta, a experiência de auto avaliação do curso proporcionou atualização do referido PPC de Licenciatura como parâmetro de análises afirmativas para melhorias do ambiente acadêmico.

7. Apoio aos discentes: Acessibilidade e Inclusão.

6.1. ACESSIBILIDADE

A UFAL atualmente possui um núcleo de estudos voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado as pessoas com necessidades especiais, em atenção  Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e  legislação pertinente. O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: a autodeclaração. Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades. Ao esforço para o atendimento universal  acessibilidade arquitetnica, se junta, agora, o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela

Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação. A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 9394/96, que afirma: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. Neste sentido, a Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013, orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os “PPCs contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido”. Para tal atendimento, a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos com deficiência auditiva, visual, visual e auditiva e cognitiva, sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico, de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso. Neste sentido, o Núcleo de Atendimento Educacional – NAE – oferece o necessário apoio pedagógico de forma a atender ao corpo social da UFAL em suas demandas específicas, de forma a promover a integração de todos ao ambiente acadêmico. Desde sua criação e implementação, o Curso de Licenciatura em História da UFAL, quando possui alunos com algum tipo de deficiência física, possibilita a facilidade em atendê-los. O espaço físico do curso possui rampas de acesso para as salas de aula e coordenações, além de piso tátil em alguns casos para facilitar o acesso aos alunos. Ao ter essa demanda, a coordenação do curso buscará ações junto ao Núcleo de Acessibilidade, da UFAL, para atendimento legal aos discentes.

4.5- NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE – NAC

O Núcleo atua de forma a oferecer Atendimento Educacional Especializado – AEE - aos estudantes que fazem parte do público-alvo, tais como, pessoas com deficiência, pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento e pessoas com Altas Habilidades. Esse atendimento tanto pode ser feito através de acompanhamento nas salas de aulas que os alunos frequentam, quanto em atividades na sala do NAC em horário oposto ao das aulas, para assessorar na confecção de trabalhos acadêmicos. Podemos fazer adaptação de materiais didáticos, além de capacitar para o uso de tecnologias assistivas, como por exemplo, recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas. O NAC também promove cursos sobre recursos didáticos e assistência educacional à pessoas com deficiência, além de eventos sobre Educação Inclusiva abertos à toda a comunidade acadêmica. Em parceria com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP, promove cursos para corpo técnico e docentes da universidade. Atua em parceria com o Grupo de Estudo e Extensão em Atividade Motora Adaptada – GEEAMA e o Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade – EEDI. O Atendimento Educacional Especializado – AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras

para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Atendendo, prioritariamente, os estudantes de graduação, podendo ser atendidos estudantes da pós-graduação. De maneira geral, a comunidade acadêmica no sentido de trabalhar a compreensão de como devemos contribuir para a inclusão destes no universo acadêmico, o que envolve não só os professores, mas também o corpo técnico e os demais estudantes. No Curso de Licenciatura em História as adequações das tecnologias assistivas serão feitas mediante as devidas necessidades, onde professores e técnicos serão capacitados para que a execução das atividades ensino, pesquisa e extensão aconteçam em sua plenitude, de acordo com o art. 59 da Lei 9394/96.

6.2. INCLUSÃO

Desde 1999 a UFAL preocupa-se com a questão da inclusão, tendo aprovado em 2003 a Resolução 33 – CONSUNI, posteriormente modificada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012 que dispõe sobre a política de ingresso nas IFES. Ainda, a Resolução 54/2012 – CONSUNI institucionaliza a reserva de vagas/cotas no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL. Neste entendimento, em 2015, foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimo (um salário-mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salários mínimo (um salário-mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgulas vinte e dois por cento). A meta da UFAL é destinar até o ano de 2016 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas das redes públicas. Seguindo o Compromisso Social da Universidade Federal de Alagoas, o Curso de Licenciatura em História recebe a cada nova turma oriunda do ENEM, alunos cotistas advindos de toda parte de Alagoas e de outros Estados brasileiros.

8. Estágio Supervisionado.

O Estágio, exigido na Prática de Ensino de História, divididos nos 4 últimos semestres do curso, atende as Normas Acadêmicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei do Estágio, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”.

Na UFAL os estágios curriculares supervisionados são regulamentados a partir da Lei do Estágio em conjunto com a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, ficando definido como componente curricular, presente nos cursos de graduação, sendo dividido em estágios curriculares supervisionados, obrigatório e não obrigatório.

A duração do Estágio Supervisionado obedece a legislação do Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, tornando obrigatória uma carga horária de não menos que 400 horas (quatrocentas horas) em curso de graduação de licenciatura plena. A Resolução CNE/CP Nº 2/2015, define as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada” (RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015).

O Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais de História, resolve que “as atividades de prática de ensino deverão ser desenvolvidas no interior dos cursos de História, e sob sua responsabilidade, tendo em vista a necessidade de associar prática pedagógica e conteúdo de forma sistemática e permanente”.

A prática pedagógica como componente curricular (PPC) se configura no interior de cada disciplina da matriz curricular do curso de História desta universidade, mas, também, tem lugar assegurado nas disciplinas específicas de Prática de Ensino de História e Estágio Supervisionado I, II, III e IV, sendo cada uma dessas disciplinas compostas por carga horária específica de 100 horas ofertadas a partir do quinto período do curso.

Notadamente, a Prática de Ensino de História e Estágio Supervisionado como componente curricular é uma disciplina inerente ao ensino na educação básica e/ou superior, integrando, decerto, o processo formativo que envolve aprendizagens significativas, desenvolvimento de habilidades e aprimoramento de competências no que tange ser professor e o fazer-se professor na prática. Nesse aspecto, possibilita-se aos graduandos a oportunidade de experienciar no transcorrer de sua formação superior, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao saber e fazer docente, possibilitando-lhes, ainda, situações didáticas que os direcionem a reflexão- ação-reflexão.

Assim, a prática pedagógica se configura em um componente curricular obrigatório com duração necessária para a integralização das atividades acadêmicas próprias da formação em Licenciatura Plena em História e consiste, também, no momento em que se busca constatar e

produzir na prática o que a teoria procurou conceituar, significar e com isso administrar o campo e o sentido do fazer pedagógico na prática cotidiana no ambiente escolar.

A prática pedagógica como componente curricular por sua vez, assegura ao acadêmico a oportunidade de vivenciar situações concretas do fazer docente na sala de aula da educação básica viabilizando os conhecimentos teóricos e práticos por meio de processos próprios de ação e intervenção.

O Parecer 009/2001 CNE/CP é claro em suas proposições quanto ao conhecimento oriundo da experiência do sujeito em formação, ou seja, aquele que foi formado “na” e “pela” experiência escolar. Não se pode comparar o aprendizado fruto de uma atuação prática, dentro do meio profissional, percebendo e vivendo suas realidades, com aquele aprendizado advindo do ouvir, saber “sobre” tal ou qual prática. No entanto, faz-se necessária a atuação paralela do âmbito teórico como forma de enriquecer o resultado da atividade prática-experiencial, pois com uma reflexão embasada do que está sendo feito, será possível observar e registrar acerca da experiência, destacar suas nuances, interpretá-la e/ou compreendê-la.

Com base na Resolução 13/2002 CNE/CES, o estágio supervisionado, em sua configuração, é fruto de ação conjunta entre a Universidade Federal de Alagoas – UFAL e as escolas do sistema de educação básica, com o escopo de propiciar aos estudantes do Curso de História o contato com o contexto de sua futura profissão, com o acompanhamento do professor mediador da disciplina da escola de formação, bem como com o apoio da escola/campo de estágio que está frequentando.

Conforme o Parágrafo 2º do Regimento do Estágio Supervisionado, que estabelece os pré-requisitos, “os discentes somente poderão se matricular nas disciplinas de Estágio Supervisionado a partir do 5º período do curso e, este, deverá ser realizado na sequência crescente: I, II, III e IV, considerando que existe uma sequência lógica de desenvolvimento das atividades previstas para os Estágios de formação docente”.

O regimento aprovado em maio de 2018 no Colegiado do Curso de História - Licenciatura, estabelece que o estágio supervisionado será gerido pelo/a Coordenador/a de Estágio e pelo colegiado do Curso e será realizado em escolas conveniadas das redes públicas municipais, estaduais, federais e privadas credenciadas, considerando que tais convênios e ações promovem integração com a rede pública de ensino e permitem o desenvolvimento, a execução e a avaliação de estratégias didático-pedagógicas, inclusive com o uso de tecnologias educacionais, sendo as experiências documentadas, abrangentes e consolidadas, com resultados relevantes para os/as discentes e para as escolas de educação básica, a partir de ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

São atribuições do/a Coordenador/a de Estágio:

- Coordenar todas as atividades que se referem ao Estágio Supervisionado no âmbito do curso de Licenciatura em História;
- Fazer o levantamento das escolas e horários referentes às aulas de História existentes nas instituições de ensino selecionadas/conveniadas para encaminhamento dos/as estagiários/as;
- Encaminhar, auxiliado pelo/a Professor/a Orientador/a do Estágio, os/as estagiários/as, através de documentação padrão elaborada pela Coordenação de Estágio;

Quanto a documentação referente ao encaminhamento de estagiários/as, esta é composta pelo formulário de solicitação e autorização de Estágio, e este deverá ser entregue pelo/a Professor/a Orientador/a e pelo/a Coordenador/a de Estágio aos/as estagiários, e depois de cumpridos os procedimentos legais, os/as estagiários/as os devolverão para o/a Coordenador/a de Estágio. Esta documentação, será repassada pelo Professor Orientador para que os alunos os imprimam em 2 vias, que depois de assinadas pelos sujeitos competentes, serão destinadas da seguinte forma: 1 (uma) via para a Escola/Assemelhado, e 1 (uma) via para a Coordenação do Curso de Graduação.

Para atender o que determina a legislação, Lei Nº 11.788 de 25/09/2008, será de responsabilidade do/a Professor/a Orientador/a do Estágio, o encaminhamento e acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pelos/as estagiários/as, para tanto, as instituições de ensino para as quais estes/estar serão conduzidos/as deverão, prioritariamente, estar localizadas no município de Maceió e em bairros próximos ao Campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas, possibilitando, desse modo, o acompanhamento efetivo dos/as estagiários/as pelo/a Professor/a Orientador/a, uma vez que compete a este/a último/a, acompanhar as atividades desenvolvidas pelos/as estagiários/as através:

- De visitas periódicas às escolas;
- Do recebimento das fichas de frequência, preenchidas pelo/a Professor/a Supervisor/a e assinadas por esse/essa e pela Direção da instituição de ensino ou Coordenadores de Área, a serem entregues, pelo/a estagiário/a ao/a Professor/a Orientador/a, ao final de cada etapa do estágio;
- Do recebimento dos Planos de aula ou Relatos de vivência a serem entregues durante ou ao final de cada período, conforme previamente definido pelo/a Professor/a Orientador/a;
- Dos Relatórios de Conclusão de estágio I, II, III e IV, a serem entregues pelos/as estagiário/as ao/a Professor/a Orientador/a ao final do semestre, como parte da avaliação das atividades dos/as estagiários/as.

A avaliação dos estagiários será feita, em parceria, pelo/a Professor/a Orientador/a da instituição de ensino e pelo/a Professor/a Supervisor/a da parte concedente, através:

- De visitas periódicas as escolas, devendo o/a Professor/a Supervisor/a dos Estágios, acompanhar as atividades realizadas pelos/as estagiários/as, relatando a eles, em encontros posteriores, os pontos positivos e os que necessitam melhorar devendo também subsidiá-los na busca de soluções para eventuais dificuldades quanto a realização de tais atividades;
- Das fichas de avaliação a serem preenchidas pelo/a Professor/a Orientador/a da instituição de ensino em parceria com o/a Supervisor/a da parte concedente;
- Dos Relatórios de Finais de Estágio (Relatórios de Atividades), que deverão ser entregues no final de cada etapa do Estágio Supervisionado, como condição para aprovação, em data de entrega estipulada pelo/a Professor/a Orientador/a e após o processo de correção e avaliação dos mesmos, ficarão arquivados no Laboratório de Ensino;
- O Relatório de Estágio é um documento individual, que registra todas as atividades desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado por parte dos/as estudantes.

O Estágio Supervisionado terá como objetivo maior, propiciar aos/as estudantes a vivência próxima do ambiente escolar, mediante a participação efetiva destes nas atividades escolares por meio da prática, associadas aos saberes relacionados ao Ensino de História na Educação Básica. Também será permitido que as atividades relacionadas ao Estágio, aconteçam em espaços não escolares, desde que não ultrapasse o limite máximo de 1/4 da carga horária total dos Estágios.

Ainda em conformidade com a Lei Federal 11.788 de 25 de setembro de 2008, com a Resolução 71/2006-CONSUNI e com as Normas do Estágio Curricular do Curso de Licenciatura em História, os estágios curriculares serão de duas naturezas:

- a) OBRIGATÓRIOS, denominados de estágio supervisionado, com no mínimo 400h distribuídas entre o 5º, 6º, 7º e 8º semestres;
- b) NÃO OBRIGATÓRIOS, isto é, outras oportunidades de estágios obtidas pelos discentes.

Quanto à carga horária do Estágio Supervisionado, com fulcro na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; na Resolução 2/2002 CNE/CP em seu Art. 1º, Inciso II e Parágrafo Único, e na Resolução Nº 71/2006 que regulamenta o Estágio Supervisionado da UFAL.

- a) contará com 400 (quatrocentas) horas a partir do início da segunda metade do curso;
- b) permitirá aos alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica a redução de carga horária desse estágio supervisionado, até o máximo de 200 (duzentas) horas;

c) observando a carga horária exigida, bem como a distribuição desse estágio durante os semestres do curso, terá início no 5o (quinto) semestre, estendendo-se pelos seguintes;

d) considerando a carga horária de 100 horas para cada Estágio (I a IV), 72 horas ficarão distribuídas na supervisão das 4 horas semanais (período noturno) e 1 hora semanal para elaboração/planejamento das atividades didático-pedagógicas e do relatório de atividades semanais e relatório final, que ficará destinado para o horário das 18:00 às 19:00 horas, não sendo obrigatório a presença do aluno em sala de aula.

A carga horária mínima será a que fica efetivada para integralização do currículo, mesmo que o/a estudante tenha realizado mais horas. Podendo o/a estudante requerer a utilização do que ultrapassar desse valor (400 h) para efeitos de atividade complementar. Os estágios não obrigatórios terão supervisão indireta dos docentes, e para consignação como carga horária complementar, deverão ser analisados pelo Colegiado de Curso no que diz respeito à pertinência na formação profissional do/a estudante, mediante comprovação adequada. Em caso de haver o Programa de Residência Pedagógica, do qual a Ufal está submetendo projeto institucional, o aluno estagiário poderá utilizá-lo como carga horária do Estágio Supervisionado obrigatório.

Para a execução da Disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, deve-se considerar o seguinte processo:

a) na disciplina de Ensino de História e Estágio Supervisionado I, os estudantes terão a oportunidade de compreender o espaço escolar a partir de referenciais teóricos que estudam o ambiente escolar e seus conflitos e refletir sobre a trajetória do Ensino de História na educação básica (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos – EJA, Escolas Quilombolas e Educação do Campo). Paralelamente, os estudantes farão quarenta horas de observação *in loco* nas escolas e trarão os resultados para sala de aula na universidade para posterior análise, debate e reflexão;

b) Na disciplina de Ensino de História e Estágio Supervisionado II, os estudantes farão parte do estágio supervisionado na sala de aula na universidade e na escola, tendo acesso a uma bibliografia especializada acerca de procedimentos metodológicos para uma bem sucedida aula de história. Nesses encontros aprenderão qual tratamento dar as múltiplas linguagens que norteiam o ensino de história na educação básica; que recursos materiais e didáticos serão necessários para implementar uma proposta de trabalho exequível na sala de aula das escolas de educação básica. Nessa fase o estágio servirá como laboratório de ensino: alunos irão elaborar materiais didático-pedagógicos e estratégias de ensino para serem aplicadas junto a alunos e professores do ensino fundamental. As atividades serão de cunho pedagógico: escolha de temas, adequação séries/idades das crianças, jovens e adultos; escolha das linguagens a serem utilizadas, construção de materiais didáticos para usar nas aulas, definição de cronogramas para implementar

os projetos nas escolas dentro da proposta de curso dos professores regentes; (elaboração do projeto-aula e do projeto/atividade lugares de memória)

c) Na disciplina de Ensino de História e Estágio Supervisionado III, os estudantes farão parte do estágio supervisionado na sala de aula na universidade e parte nas escolas, no que tange ao ambiente universitário o estudante terá acesso a uma bibliografia sobre a importância do ensino de História à sociedade; a força política que perpassa o caráter dessa disciplina no currículo escolar e, por fim, acesso a referências bibliográficas que revelam a importância de trabalhar com projetos envolvendo temas de história no Ensino Fundamental e Médio, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, nas Escolas Quilombolas e na Educação do Campo. Nesse mesmo percurso, os estudantes terão a oportunidade de desenvolverem os projetos que foram elaborados no Estágio II nas escolas e partilharem as suas experiências. Nesse processo, portanto, a orientação não sai apenas do professor mediador da disciplina na universidade, mas também do professor regente na escola;

d) Por fim, na disciplina de Ensino de História e Estágio Supervisionado IV, os estudantes farão parte do estágio supervisionado na sala de aula na universidade e parte nas escolas. Dessa forma, procedimentos de ensino e aprendizagem deverão ser mobilizados no sentido de viabilizar práticas de atividades nos momentos de estágio nas unidades escolares e em outros lugares de aprendizagens não formais (lugares de memória- projeto/atividade elaborada no estágio II): Museus, Centros de Documentação e Memória, Arquivos Públicos e Particulares, Acervos de Bibliotecas Públicas e Logradouros. Na universidade apresentarão e debaterão os resultados da proposta de trabalho desenvolvida na escola de forma coletiva. E como trabalho final das disciplinas de Estágio, farão um memorial descritivo e analítico acerca de sua trajetória no curso de história e sua perspectiva de inserção na sala de aula da educação básica na condição de professor-pesquisador.

9. Referências Bibliográficas.

9.1. Fontes Primárias:

Carga horária mínima, em horas – para Licenciaturas e Licenciaturas Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Licenciatura, Presencial).

Tempo de integralização: Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Licenciatura, Presencial).

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, na Lei N° 13.146/2015, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

Disciplina de Libras (Dec. N° 5.626/2005).

Políticas de educação ambiental (Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002).

A Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei do Estágio.

Resolução n° 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006.

Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

Resolução CNE/CP N° 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior.

Resolução 04/2018 – CONSUNI-UFAL, 19 de fevereiro de 2018.

Resolução 06/2018 – CONSUNI-UFAL, de 19 de fevereiro de 2018.

O Parecer CNE/CES n° 492, de 03 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais de História,

9.2. Bibliografia:

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo e ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de História*. São Paulo, Cengage Learning, 2010.

ALMEIDA, Maria Elizabeth B. de. Desafios à Educação: o trabalho com projetos. In: *Educação, Projetos, Tecnologias e Conhecimentos*. São Paulo, PROEM, 2001, pp.47-63.

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. 2ª. Ed., Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2009.

_____ & GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura Política e leitura do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

ANTUNES, Celso. *Professores e Professauros: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas*. 6ª. Ed., Petrópolis, RJ, vozes, 2012.

BITTENCOURT, C. F. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 12ª ed., São Paulo, Contexto, 2012.

- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou O Ofício do historiador*. São Paulo: Zahar, 2001.
- CAINELLI, M. Educação histórica: perspectivas de aprendizagem em História no ensino fundamental. *Educar*. Curitiba. Número especial, 2006.
- CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. In: *Revista de História Regional*. Paraná, 15(2), inverno de 2010, pp.264-278.
- CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: UNESP, 2001.
- COLLINGWOOD, R.G. *Idea de la Historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: EdUNICAMP, 1994.
- DUBY, Georges. *A História continua*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas-SP: Papirus, 2003.
- FONSECA, S. G. Longe da escola, na escola: vozes da universidade e da indústria cultural. In: *Caminhos da História ensinada*. 3a Ed., Campinas, SP, Papirus, 1995.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. Trad. Federico Carotti. 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PEREYRA, Carlos. “Historia, ¿para qué?”. In: BONFIL BATALLA, Guillermo, et alli. *Historia, ¿para qué?*. México: Siglo XXI, 1982.
- PIMENTA, Selma Garrido & LIMA, Maria do Socorro L. *Estágio e Docência*. 7ª Ed., São Paulo, Cortez, 2012.
- RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RIBEIRO, Renato Janine. *Humanidades: um novo curso na USP*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento, 2008.
- SCHMIDT, M. A. A formação do professor de História e o cotidiano em sala de aula. In: BITTENCOURT, C. O saber histórico na sala de aula. 12a ed., São Paulo, Contexto, 2012.

SCHMIDT, M. A. M. S.; GARCIA, T. M. F. B. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. Cadernos Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

SCHMIDT, M. A. & CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo, Scipione, 2009.

VEIGA, I.P.A. “Projeto Político-Pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar?”. In: CASTANHO, S, e CASTANHO, M.E.L.M. (Org.). *O que há de novo na Educação Superior: do projeto pedagógico à prática transformadora*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. Lisboa: Gradiva, 1989.

Anexos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
Centro de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
Licenciatura e Bacharelado em História

Resolução para Trabalho de Conclusão de Curso

REGULAMENTA NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DO TCC (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFAL.

O COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA da Universidade Federal de Alagoas – no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo ESTATUTO e REGIMENTO GERAL da UFAL de acordo com a deliberação tomada, por ampla maioria, na sessão ocorrida em 05 DE NOVEMBRO

CONSIDERANDO que o *Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)* é um requisito indispensável para a colação de grau do Curso de História e obtenção do diploma de Licenciado e/ou Bacharel na UFAL, tendo como finalidade aproximar o aluno da pesquisa, suas concepções e condições de produção, além de permitir o conhecimento e a reflexão sobre o processo de produção na historiografia;

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar as normas para a elaboração e produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas, conforme esteja definido nesta Resolução.

Art. 2º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá adquirir ao longo do curso o formato de Projeto de Pesquisa que deverá obedecer às regras de produção do trabalho científico e ser apresentado à Coordenação de TCC do Curso de História em forma de monografia, ou artigo para publicação, durante o último ano do curso, correspondente aos sétimos e oitavos períodos letivos, conforme as normas aprovadas pelo Colegiado do respectivo Curso de Graduação.

§ 1º - Caberão aos TCCs as seguintes regras BÁSICAS de elaboração:

- **O Trabalho deverá estar inserido nas normas da ABNT atualizadas;**
- **O Trabalho constará em sua estrutura metodológica início, desenvolvimento e conclusão das ideias, fazendo referência às hipóteses ou ao problema a ser discutido pela monografia;**
- **O Trabalho deverá conter suas Referências Bibliográficas, com indicação de Fontes Primárias e Secundárias, se assim houver;**
- **O Trabalho deverá realizar a discussão do problema apresentado;**
- **A Ata de Defesa deverá estar agregada à monografia, constando entre as primeiras páginas.**

Art. 3º - A elaboração do trabalho deverá ser feita individualmente.

Art. 4º - O tema da pesquisa será definido pelo orientando, preferencialmente, em conformidade com as linhas de pesquisa do orientador e do Curso de História.

Art. 5º - Não mais serão aceitos como TCC as revisões da historiografia sem uma referência analítica e crítica das produções atuais, e/ou relatos de caso sem fundamentação documental, porque estas formas de trabalho são compreendidas como modelos que antecedem ao desenvolvimento de pesquisa, elaborada de acordo com o método científico e com o Projeto Político-Pedagógico do Curso.

Art. 6º - O orientador deverá fazer parte obrigatoriamente do quadro de docentes do Curso de História ou de outros Cursos da UFAL, se o colegiado ou o coordenador do curso permitir.

§ 1º - Caso não haja possibilidade de orientação por docente do curso, o aluno deverá procurar a Coordenação do TCC, que indicará possíveis orientadores entre os docentes do quadro do ICHCA, sendo exigida a titulação de Mestre ou Doutor para exercer o papel de orientador.

§ 2º - Caso o docente não seja Mestre ou Doutor só poderá ser co-orientador.

§ 3º - Docente de outra instituição poderá ser co-orientador de Trabalho de Conclusão de Curso de aluno da UFAL, sendo necessário enviar o seu currículo à Coordenação do TCC, que o avaliará e autorizará (ou não) o pleiteante a ser co-orientador e, neste caso, o projeto de pesquisa deverá ser apresentado junto ao currículo.

Art. 7º - A Coordenação do TCC, eleita pelo Colegiado do Curso a cada 12 meses, acompanhará os trabalhos, organizando seminários de apoio, com a presença do orientador e mais docentes, em datas previamente definidas.

§ 1º - Caberá ao coordenador do TCC somente a obrigatoriedade de auxiliar e observar os trabalhos de monografia, promover o bom andamento do TCC quer seja por parte do orientando, quer seja por parte do orientador. Também caberá a este coordenador informar e deixar disponíveis aos alunos as normas da ABNT, as regras de produção monográficas do Curso, o modelo de Ata, as datas anuais para a produção do TCC e um **cronograma de atividades** (seminários, palestras, etc.) para auxiliar as necessidades do bom desempenho das monografias.

Art. 8º - Ao discente que não for aprovado, no prazo determinado, não será permitida a colação de grau na data prevista pelo Departamento de Registro e Cadastro Acadêmico (DRCA) e Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

Parágrafo Único - A colação de grau somente será permitida, em data posterior, após a apresentação final do TCC.

Art. 9º - Cada docente poderá orientar, **no máximo**, 8 (oito) trabalhos.

Art. 10 - Serão aceitos como TCC projetos de pesquisa de iniciação científica, vinculados às agências de fomento tais como CNPQ e FAPESP, concluídos em outras etapas do curso, desde que encaminhados para publicação ou publicados durante o sétimo ou oitavo período.

§ 1º - No caso de projetos de pesquisa não vinculados às agências de fomento, somente serão aceitos se encaminhados para publicação ou publicados durante o último período do curso.

§ 2º - A comprovação da publicação individual, ou o seu aceite em revista indexada – na área de História ou afins -, garantirá a nota máxima (dez), sendo o aluno dispensado da avaliação por banca examinadora do TCC. Nos casos em que a Revista estiver classificada como “Multidisciplinar”, mesmo que indexada, a publicação deverá ser avaliada por dois leitores críticos indicados pelo orientador/estudante;

§ 3º - A publicação em revista não indexada garantirá a aprovação somente após avaliação do artigo por uma banca examinadora.

§ 4º - Serão aceitos como TCCs capítulos de livros publicados de forma individual, desde que seja resultado de pesquisa original e inédita, com ISBN. Nesse caso, não será necessário compor Banca avaliadora.

§ 5º - Também serão considerados como TCCs os Relatórios de Estágio Docente apresentados em formato de Artigo Científico. Os orientadores deverão, obrigatoriamente, compor banca examinadora para avaliar a apresentação oral dos resultados.

§ 6º - Não serão aceitos como TCCs textos publicados em Anais de Congressos e trabalhos publicados de forma coletiva.

Art. 11 – Em caso de Banca Examinadora, esta será constituída pelo orientador e 02 (dois) docentes indicados pelo orientador, os quais serão informados à Coordenação do TCC.

§ 1º - Caberá ao orientador optar pela apresentação dos TCCs de seus orientandos.

§ 2º - Excluindo-se a possibilidade da Apresentação de Banca do TCC, os trabalhos serão avaliados por uma comissão formada como determina o *caput* deste artigo, cabendo a nota ser divulgada em prazo estabelecido pelo Colegiado.

§ 3º - Os trabalhos reprovados serão novamente enviados para a correção de suas indicativas sugeridas pela Banca, tendo o aluno tempo hábil para sua devida correção e indicado novamente a um professor para sua segunda avaliação.

Art. 12 - O Discente será considerado aprovado (ou não), conforme nota conferida pela banca examinadora, sendo atribuída nota de valor quantitativo, variando de 0 (zero) a 10 (dez), por cada examinador, onde a nota final resultará da média aritmética das 03 (três) notas atribuídas.

§ 1º - Considera-se aprovado o TCC que obtiver nota maior ou igual a 7 (sete), conforme dispõe o Regimento Geral da UFAL.

§ 2º - Discentes cujos TCCs não forem aprovados somente poderão colar o grau e obter o diploma de licenciado ou Bacharel após reapresentarem a monografia

ou artigo e este ser aprovado, observando-se as disposições legais em vigor.

§ 3º - Casos de plágios serão motivos para reprovação, cabendo ao aluno refazer seu TCC, se isto for acordado pela banca examinadora, e esta estipulará prazos para nova apresentação.

Art. 13 - A apresentação final deverá corresponder à forma de artigo científico, conforme as normas da revista a ser escolhida para publicação pelo orientador.

Art. 14– No início de cada semestre letivo o Coordenador de TCC deverá elaborar um Calendário no qual deverão constar: entrega dos Termos de Orientação dos estudantes do 7º período; período de entrega dos Trabalhos na Secretaria do Curso e marcação das bancas com a devida assinatura do Orientador. Também deverá constar no Calendário as datas para as realizações das defesas.

Art. 15– A elaboração formal do TCC deverá seguir as normas do Padrão UFAL de Normatização, disponível em: <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/iqb/pt-br/pos-graduacao/renorbio/normas-1/padrao-ufal-de-normalizacao-de-trabalhos-academicos/view>

Art. 16 – A Coordenação de TCC apresentará, ao Colegiado de Curso, o Trabalho de Conclusão que tirou nota máxima e recebeu, por parte da banca avaliadora, indicação para publicação no edital para publicação de TCCs, elaborado pela Pró-Reitoria Estudantil.

Art. 17 - Deverão ser entregues à Coordenação do TCC 02 (duas) cópias impressas do trabalho, para envio à Biblioteca Central, e 01 (uma) cópia digitalizada em CD.

Art. 18 - Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas todas as disposições em contrário.

Universidade Federal de Alagoas
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
Licenciatura & Licenciatura em História

REGULAMENTA NORMAS
PARA AS ATIVIDADES DE
MONITORIA DO CURSO DE
HISTÓRIA DA UFAL

Os Colegiados dos cursos de História da Universidade Federal de Alagoas – no uso de suas atribuições legais que são conferidas pelo ESTATUTO e REGIMENTO GERAL de acordo com a deliberação tomada, por ampla maioria, na sessão ocorrida em 23 de maio de 2011.

Considerando o programa de MONITORIA com parte integrante da formação discente para aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

RESOLVE:

I – Da Natureza do Programa

Art. 1º. O programa de monitoria desta I.E.S., conforme Resolução nº 55/2008-CONSUNI/UFAL, de 10 de novembro de 2008, tem por objetivo:

§1º – Contribuir para a qualidade de formação dos estudantes através da mediação dos monitores nos processos pedagógicos, criando condições para o aprofundamento teórico e para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à atividade docente.

§2º – Criar condições de aprofundamento de conteúdos teóricos e para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à atividade docente.

§3º – Contribuir para a melhoria do ensino de graduação, participando da implementação de novas práticas e experiências pedagógicas.

Art. 2º. O programa de monitoria é efetivado sob duas modalidades: com bolsa e sem bolsa.

II – Das Funções do Monitor

Art. 3º. Cabe ao monitor:

§1º – o auxílio em atividades como preparação de aulas e trabalhos teóricos ou práticos, bem como o acompanhamento de pequenos grupos de trabalho;

§2º – a facilitação do relacionamento professor-aluno, acompanhando o desenvolvimento de atividades, elucidando dúvidas dos alunos;

§3º – auxiliar o(s) professor(es) em tarefas didáticas, inclusive na preparação de materiais de aulas e trabalhos;

§4º – conhecer a Resolução nº 55/2008- CONSUNI/UFAL, de 10 de novembro de 2008;

§5º – apresentar relatórios (parcial e final) das atividades de monitoria.

III – Das Funções do Professor-Orientador

Art. 4º. Cabe ao Professor-Orientador:

§1º – participar da elaboração do plano de monitoria do curso (definição das atividades, cronograma e carga horária);

§2º – participar do processo de seleção dos monitores;

§3º – elaborar um roteiro de atividades;

§4º – orientar e assistir o monitor em suas atividades específicas, fornecendo-lhe subsídios ao desenvolvimento das mesmas acompanhando o cumprimento dos seus deveres de acordo com sua formação;

§5º – organizar, com o monitor, horário de trabalho que favoreça a prática da monitoria, sem prejuízo da sua presença na sala de aula das disciplinas em que estiver matriculado no semestre e em outras atividades necessárias à sua formação acadêmica;

§6º – controlar a frequência do monitor nas atividades;

§7º – a estes objetivos somam-se os previstos na Resolução nº 55/2008-CONSUNI/UFAL, de 10 de novembro de 2008;

§8º – se responsabilizar em disponibilizar ao monitor uma cópia da Resolução supracitada.

IV- Da Coordenação de Monitoria

Art. 5º. O Coordenador de Monitoria será escolhido pelos colegiados do curso no início de cada ano letivo, podendo se reconduzido na função por tempo indeterminado.

Art. 6º. Cabe ao coordenador de Monitoria:

§1º – Realizar a seleção dos professores candidatos a bolsa de monitoria.

§2º – Elaborar o edital de monitoria para discentes, afixando-os publicamente na unidade acadêmica.

§3º – Montar, acompanhar e divulgar os resultados do processo de seleção de monitoria para os discentes;

§4º – Disponibilizar informações sobre as atividades das monitorias quando for solicitado pela coordenação, pela coordenação de monitoria da unidade acadêmica e pela PROGAD.

§5º – Realizar o acompanhamento e avaliação da atividade de monitoria, reunindo os relatórios de atividades e encaminhando ao setor responsável.

§6º – Cumprir os itens exigidos por esta resolução.

V – Das Áreas Temáticas

Art. 7º. O programa de monitoria do curso terá como base a divisão equitativa das bolsas por áreas de concentração, respeitando a seguinte divisão:

- Setor I – Teorias, Métodos e Técnicas da História;
- Setor II – História do Brasil, História da América e História da África;
- Setor III – História Geral (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea);
- Setor IV – História e Pesquisa Regional;

Art. 8º. As bolsas encaminhadas pela PROGAD serão divididas entre os setores temáticos, respeitando um rodízio entre os cursos de história Licenciatura e licenciatura.

Art. 9º. O coordenador de monitoria do ano letivo será contemplado com uma bolsa, excluindo o setor temático no qual o mesmo está incluído nos critérios de escolha dos professores para aquele ano.

VI – Do Processo Seletivo Docente nas Áreas Temáticas

Art. 10º. Caberá a(o) coordenador(a) de monitoria realizar a seleção dos docentes no início de cada ano letivo dentro das áreas temáticas, aqueles que serão contemplados com as bolsas ofertadas para o curso.

Art. 11º. O processo seletivo respeitará os prazos estabelecidos pela PROGAD no envio de informações;

Art. 12º. Estão aptos a concorrer à bolsa de monitoria os docentes que:

§1º – possuírem carga horária de ensino acima de 8 horas semanais;

§2º – terem entregado no semestre letivo de vigência da monitoria o Plano de Atividades Acadêmicas;

§3º – terem cumprido os prazos de relatórios de monitoria nos anos anteriores.

Art. 13º. O processo seletivo se dará através de apresentação de propostas do docente, contendo: a) formulário específico de monitoria oferecido pela Unidade Acadêmica; b) Plano de Atividades Acadêmicas do ano anterior;

Art. 14º. No início do ano letivo, o(a) coordenador(a) de monitoria abrirá edital para os docentes encaminharem propostas conforme o calendário institucional;

Art. 15º. De posse das propostas, a coordenação de monitoria obedecendo à rotatividade das áreas temáticas do curso concederá, em comum acordo com os colegiados do curso de história, os professores contemplados com as bolsas de monitoria para aquele ano.

Art. 16º. Os itens 10º ao 15º não estão incluídos as propostas de monitoria SEM BOLSA, que serão apenas avaliadas pelo coordenador e aprovadas em reunião de colegiado a sua efetivação.

Art. 17º. Após 24h (vinte e quatro horas) da divulgação do resultado final, o docente poderá recorrer da decisão através de encaminhamento de ofício a(a) coordenador(a) de monitoria;

Art. 18º. Os presentes critérios serão reformulados e ajustados a cada 2 (dois) anos;

Art. 19º. Revogam-se as disposições em contrário.

Aprovado em 23 de maio de 2011
Colegiado do Curso de História (Licenciatura & Licenciatura)

ANEXO - DIVISÃO DOS PROFESSORES POR ÁREA

1 – Teoria, métodos e técnicas da História

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida
Profa. Dra. Arrisete Cleide Lemos Costa
Profa. Dra. Irinéia Maria Franco dos Santos
Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel
Prof. Dr. Elias Ferreira Veras

2 – História do Brasil, da América e da África

Prof. Dr. Alberto Vivar Flores
Profa. Dra. Flávia Maria de Carvalho
Prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano
Prof. Dr. José Alberto Saldanha de Oliveira
Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva

3 – História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea

Profa. Dra. Ana Claudia Aymoré Martins
Profa. Dra. Célia Nonata da Silva
Prof. José Roberto Gomes da Silva
Profa. Dra. Raquel de Fátima Parmegiani
Profa. Dra. Ana Paula Palamartchuk

4 – História e pesquisa regional

Profa. Ms. Clara Suassuna Fernandes
Prof. Esp. José Roberto Santos Lima
Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel

5 – Ensino de História e Estágio Supervisionado

Prof. Dr. Antonio Alves Bezerra
Profa. Dra. Lídia Baumgarten

1. RESOLUÇÃO Nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006.

Disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da Ufal.

CONSIDERANDO a análise e discussão promovidas pelo Fórum dos Colegiados da Graduação, sob a Coordenação da PROGRAD/UFAL, fundamentada na Lei Federal nº 6.494, de 07/12/1977 e regulamentada pelos Decretos nºs. 87.497, de 18/08/1982 e 89.467, de 21/03/1984;

CONSIDERANDO a apreciação e aprovação da Câmara Acadêmica do CONSUNI, ocorrida na sessão do dia 15/12/2006, bem como o resultado das discussões ocorridas no pleno do Conselho Universitário sobre o tema;

R E S O L V E:

Art. 1º Disciplinar, na forma desta Resolução, o funcionamento dos Estágios Curriculares dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

I - Da Natureza e Objetivo do Estágio

Art. 2º O estágio curricular de caráter formativo, que pode ser obrigatório ou não obrigatório, constitui parte dos processos de aprendizagem teórico-prática que integram os Projetos Pedagógicos dos Cursos, sendo inerente à formação acadêmico-profissional.

§ 1º O estágio curricular é obrigatório quando exigido em decorrência das diretrizes curriculares dos cursos e/ou previsto nos respectivos projetos pedagógicos, como disciplina que integraliza a estrutura curricular.

§ 2º O estágio curricular é não obrigatório quando previsto nos projetos pedagógico dos cursos como atividade opcional à formação profissional, e/ou como parte integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares.

§ 3º O estágio curricular pressupõe planejamento, acompanhamento, avaliação e validação pela Instituição de Ensino, em comum acordo com a instituição concedente.

Art. 3º O estágio curricular tem como objetivo o desenvolvimento de competências – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional, sob a responsabilidade da Universidade e da Instituição Concedente.

Parágrafo Único. Cada Colegiado de Curso escolherá, preferencialmente dentre os professores que o compõem, um Coordenador de Estágio, a quem caberá o acompanhamento das atividades de estágio no âmbito do Curso.

II - Das Instituições Concedentes de Estágio

Art. 4º Podem ser Instituições Concedentes de estágio curricular pessoas jurídicas de direito público ou privado que tenham condições de proporcionar ao aluno experiência prática na sua área de formação acadêmico-profissional.

Art. 5º O estágio curricular poderá se desenvolver nas dependências da Universidade ou nas da Instituição Concedente de estágio.

§ 1º Quando o estágio curricular ocorrer nas dependências da Universidade, será celebrado Termo de Responsabilidade entre os órgãos envolvidos.

§ 2º Quando o estágio curricular ocorrer nas dependências da Instituição Concedente, será firmado convênio onde serão especificadas as condições do estágio e as obrigações e direitos das partes.

§ 3º Os convênios referidos no § 2º serão periodicamente avaliados, ficando sua renovação condicionada ao atendimento dos objetivos didático-pedagógicos do estágio curricular.

§ 4º As áreas de estágio a serem disponibilizadas pelas Instituições Concedentes deverão ser por elas previamente cadastradas no Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE* do Sistema Acadêmico, sendo aprovadas ou não pelos Coordenadores de Estágio dos Cursos de Graduação envolvidos.

§ 5º No cadastro da área de estágio, a Instituição Concedente deverá fornecer as seguintes informações, entre outras:

- I - indicação do supervisor do seu quadro de pessoal, com formação e experiência profissional na área de concessão do estágio, para acompanhar os alunos;
- II - descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário na instituição;
- II - carga horária semanal;
- III - remuneração, quando for o caso;
- IV - cursos para os quais serão oferecidas vagas de estágio na área.

III - Da Documentação do Estágio

Art. 6º - Para a validade do estágio faz-se necessário, além do convênio firmado entre a Universidade e a Instituição Concedente, a existência de:

I - plano de estágio elaborado pelo estagiário sob orientação dos supervisores da UFAL e da Instituição Concedente, no caso de estágio obrigatório;

II - plano de atividades definido pela área de estágio cadastrada pela Instituição Concedente, previamente aprovada pelo Coordenador de Estágio do Curso de Graduação envolvido, no caso de estágio não obrigatório;

III - documento de encaminhamento do estagiário à Instituição Concedente, feito pela Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação - *CEC/PROGRAD*, no caso de estágio não obrigatório, e pelo Coordenador de Estágio do Curso, no caso do estágio obrigatório;

IV - termo de compromisso assinado pelo estagiário, pelo representante da Instituição Concedente e da UFAL, em conformidade com o convênio firmado;

V - relatório de acompanhamento, avaliação e validação do estágio elaborado pela UFAL conjuntamente com a Instituição Concedente;

VI - relatório de atividades, elaborado pelo estagiário, apresentado periodicamente à UFAL e à Instituição Concedente de acordo com o definido no Projeto Pedagógico de Curso;

VII - relatório de atividades, elaborado pelo estagiário, apresentado em período não superior a 06 (seis) meses, à UFAL e à Instituição Concedente.

§ 1º Os relatórios a que se referem os incisos VI e VII deverão ficar à disposição da fiscalização pelo período de 02 (dois) anos, contados a partir da data em que forem apresentados.

§ 2º O Termo de Compromisso conterá os seguintes dados:

I - identificação do estagiário, número de matrícula e indicação do curso;

II - valor da bolsa mensal, quando for o caso;

III - jornada semanal a ser cumprida e período do estágio;

IV - número da apólice do seguro de acidentes pessoais e nome da companhia seguradora.

V - menção de que o estágio não acarretará vínculo empregatício, podendo ser remunerado ou não, e nem acumulará com outras bolsas da UFAL;

VI - identificação do professor supervisor de estágio e do supervisor de estágio na Instituição Concedente, que deverá ser um profissional com formação e experiência na área de concessão do estágio.

§ 3º Quando tratar-se de estágio obrigatório, o plano de estágio curricular conterá os objetivos, a descrição das atividades, o período (início e término do estágio), o local e caracterização da Instituição Concedente que receberá o estagiário, o horário do estágio, o nome e a formação do supervisor de estágio, e tudo o mais que for definido pela Coordenação de Estágio do Curso de Graduação.

§ 4º Quando tratar-se de estágio não obrigatório, será anexado ao termo de compromisso o plano de atividades cadastrado no Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE* no Sistema Acadêmico.

§ 5º A Instituição Concedente, quando do desligamento do estagiário, deverá entregar o termo de realização de estágio com a indicação resumida das atividades desenvolvidas, do período de permanência e da avaliação de desempenho.

IV - Do Seguro de Acidentes

Art. 7º O seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário é obrigatório.

§ 1º No caso de estágio curricular obrigatório, o pagamento do seguro será providenciado pela UFAL ou pela Instituição Concedente;

§ 2º No caso de estágio curricular não obrigatório, o pagamento do seguro será providenciado pela Instituição Concedente;

§ 3º No caso de estágio curricular administrado por Agente de Integração, a responsabilidade pelo pagamento do seguro será deste.

V - Da Carga Horária e Período de Estágio

Art. 8º A carga horária máxima para as atividades de estágio curricular não obrigatório será definida pelo Conselho da Unidade Acadêmica à qual o curso estiver vinculado, não podendo ultrapassar 30 (trinta) horas semanais, devendo compatibilizar-se com as atividades acadêmicas e com o horário das disciplinas curriculares do curso em que o estagiário estiver matriculado.

Art. 9º A carga horária semanal para as atividades do estágio curricular obrigatório será definida no Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 10. O período mínimo de estágio curricular não obrigatório será de 01 (um) semestre, podendo ser prorrogado, a critério da Coordenação de Estágio do Curso, por, no máximo, 03 (três) semestres.

Parágrafo único. O estágio curricular não obrigatório não poderá exceder a 04 (quatro) semestres consecutivos, na mesma Instituição.

VI - Do Agente de Integração

Art. 11. A UFAL poderá utilizar, mediante convênio, os serviços de Agentes de Integração com a finalidade de proporcionar novas oportunidades de estágio.

§ 1º A UFAL somente firmará convênios com os Agentes de Integração que se comprometerem a providenciar a assinatura dos termos de compromisso pela Instituição Concedente, pela UFAL, pelo aluno e pelo Agente de Integração, após parecer favorável do Colegiado de Curso de origem do estagiário encaminhado pela Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação - *CEC/PROGRAD*.

§ 2º Cabe ainda aos Agentes de Integração:

I - identificar oportunidades de estágio;

II - cadastrar as áreas de estágio e as ofertas de vagas oferecidas pelas Instituições Concedentes;

III - imprimir e providenciar a assinatura dos termos de compromisso pela Instituição Concedente, pela UFAL, pelo aluno e pelo Agente de Integração;

IV - providenciar o pagamento da bolsa, na hipótese de estágio remunerado;

V - contratar seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário.

VII - Da Organização do Estágio

Art. 12. Os alunos dos cursos de graduação da UFAL, desde que regularmente matriculados em disciplinas e com frequência efetiva no Curso ao qual estejam vinculados, deverão realizar o estágio curricular obrigatório, podendo, ainda, realizar estágios curriculares não obrigatórios no caso dessas atividades serem previstas no projeto pedagógico de seu curso.

§ 1º Durante o estágio curricular não obrigatório o aluno deverá obter aprovação em disciplinas que perfazam, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total das disciplinas nas quais esteja matriculado, sob pena de, não o fazendo, ser desligado do Programa de Estágio durante 01 (um) período letivo.

§ 2º Havendo recuperação do rendimento escolar com aprovação em disciplinas que compreendam 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da carga horária total das disciplinas em que esteja matriculado durante o período letivo subsequente ao desligamento, o aluno poderá retornar ao Programa de Estágio.

§ 3º A Coordenação de Estágio do curso acompanhará o desempenho acadêmico do estagiário.

Art. 13. A Universidade disponibilizará em seu portal eletrônico, através do sítio do Sistema Acadêmico, um Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE*, visando acompanhar e registrar as atividades acadêmico-administrativas dos estágios curriculares obrigatórios ou não obrigatórios, cujo gerenciamento será da responsabilidade da Coordenadoria de Estágios Curriculares da Pró-Reitoria de Graduação - *CEC/PROGRAD*.

Art. 14. A orientação, a supervisão e a avaliação acadêmica do estágio curricular, em qualquer de suas modalidades, são atividades obrigatórias de responsabilidade do curso de procedência do aluno, levadas a efeito do modo compartilhado com os supervisores vinculados às Instituições Concedentes de estágio.

Art. 15. As atividades do estagiário somente poderão ter início após a assinatura do Termo de Compromisso pelas partes envolvidas, cabendo ao Coordenador de Estágio do Curso registrar a data correspondente no Módulo de Gerenciamento de Estágio – *MGE*.

Art. 16. Junto à Pró-Reitoria de Graduação – *PROGRAD/UFAL* funcionará a COMISSÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR, órgão colegiado encarregado de, dentre outras atribuições, promover a discussão em torno dos estágios na Universidade, estabelecer as normas gerais para a formação de uma Política de Estágio Curricular na UFAL, bem como promover a elaboração de um Manual de Orientação de Estágio.

§ 1º Comporão a Comissão de Estágio Curricular:

- I - 01 (um) representante e 01 (um) suplente de Coordenadores de Curso de Graduação, por área do conhecimento (saúde, exatas, humanas, tecnológicas e sociais) e modalidades (Licenciatura e licenciatura), indicados pelo Fórum dos Colegiados;
- II - 01 (um) representante e 01 (um) suplente de discentes indicado pelo Diretório Central dos Estudantes - *DCE/UFAL*;
- III - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Gestão Institucional – *PROGINST/UFAL*;
- IV - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Extensão - *PROEX/UFAL*;
- V - 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Graduação - *PROGRAD/UFAL*;
- VI - 01 (um) representante da Pró-Reitoria Estudantil - *PROEST/UFAL*.

§ 2º A Pró-Reitoria de Graduação – *PROGRAD/UFAL* designará o Coordenador da Comissão de Estágio Curricular.

Art. 17. Cada Curso de Graduação regulamentará seu próprio estágio curricular mediante resolução elaborada e aprovada pelo Colegiado de Curso observados os ditames da legislação específica e desta Resolução, e homologada pelo Conselho da respectiva Unidade Acadêmica.

VIII – Das Disposições Finais

Art. 18. A UFAL, os estudantes, as Instituições Concedentes e os Agentes Integradores terão prazo de 06 (seis) meses, a partir da data de aprovação desta Resolução, para a ela se adequarem.

Art. 19. Compete ao titular da PROGRAD/UFAL aprovar os termos de convênio para oferta de estágios curriculares, depois de apreciados pela Comissão de Estágio Curricular de que trata o Art. 15 desta Resolução.

Art. 20. Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Alagoas, em 18 de dezembro de 2006.

Prof^a. Ana Dayse Rezende Dorea

Presidenta do CONSUNI/UFAL

PORTARIA DE REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UFAL

Capítulo I

Definição

O Estágio exigido na Prática de Ensino de História, divididos nos 4 últimos semestres do curso, atende as Normas Acadêmicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

Artigo 1 - O Estágio supervisionado como componente curricular obrigatório no Curso de Licenciatura em História está fundamentado na Lei Federal nº 6.494, de 07/12/1977 e regulamentada pelos Decretos nºs. 87.497, de 18/08/1982 e 89.467, de 21/03/1984. O Art. 3º da Resolução nº 71 de 2006, da UFAL, estabelece que “o estágio curricular tem como objetivo o desenvolvimento de competências – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional, sob a responsabilidade da Universidade e da Instituição Concedente”. (Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006).

A Resolução CNE/CP Nº 2/2015, define as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada” (RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015).

O Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais de História, resolve que “as atividades de prática de ensino deverão ser desenvolvidas no interior dos cursos de História, e sob sua responsabilidade, tendo em vista a necessidade de associar prática pedagógica e conteúdo de forma sistemática e permanente”.

As atividades de Prática de Ensino de História e Estágio Supervisionado totalizando 400 horas específicas, conforme exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Orientações Curriculares para a formação de professores para a educação básica, em seu Artigo Primeiro, entende que:

O Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, Lei nº 11.788/2008).

Capítulo II

Objetivos

Artigo 2 - O Estágio Supervisionado como componente curricular do Curso de Graduação de Licenciatura em História visa:

I- Possibilitar aos estudantes a consolidação de conhecimentos apreendidos/construídos no decorrer da integralização do curso, experienciando-os através da participação em escolas e/ou outras entidades, instituições regulares de ensino, movimentos e organizações sociais.

II – Propiciar aos estudantes um contato com ambientes de trabalho do profissional da educação, habilitando-os como professores/pesquisadores de História.

III - Possibilitar aos estudantes diferentes situações de aprendizagem inerente a formação de professores oportunizando um primeiro contato com as práticas docente;

IV – Viabilizar aos estudantes a aplicação adequada dos conhecimentos apreendidos/construídos, às atividades propostas para o estágio supervisionado.

V – Despertar nos estudantes a percepção/entendimento dos contextos inerentes a sala de aula como espaço educativo em que o ensino e a pesquisa não ocorram de maneira dissociada.

Capítulo III

Artigo 3 - Da duração do estágio supervisionado obrigatório e dos pré-requisitos

Parágrafo 1º - Da duração do Estágio supervisionado obrigatório

A duração do Estágio Supervisionado obedece a legislação do Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, tornando obrigatória uma carga horária de não menos que 400 horas (quatrocentas horas) em curso de graduação de licenciatura plena.

Parágrafo 2º - Dos pré-requisitos

Os discentes somente poderão se matricular nas disciplinas de Estágio Supervisionado a partir do 5º período do curso e, este, deverá ser realizado na sequência crescente: I, II, III e IV, considerando que existe uma sequência lógica de desenvolvimento das atividades previstas para os Estágios de formação docente.

Capítulo IV

Da composição das turmas

Artigo 4 - As turmas de estágio serão compostas por estudantes matriculados regularmente nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II, III e IV.

Capítulo V

Da tipologia do Estágio Supervisionado

Artigo 5 - O Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Graduação em História poderá ser realizado em escolas da rede oficial de ensino de Alagoas e escolas privadas credenciadas e/ou em parceria com outras instituições, entidades, movimentos e organizações sociais de caráter educativo.

Parágrafo 1º – Constituem-se como tipos de Estágio Supervisionado Obrigatório:

- Estágio Supervisionado de Observação Participante;
- Pesquisa Institucional em Ensino de História e/ou Educação;
- Estágio Supervisionado de Regência;

– Programa de Extensão Institucionalizado;

Parágrafo 2º – A(s) modalidade(s) de estágio a ser(em) desenvolvida(as) será(ão) estabelecida(s) em Plano de Ensino em cada semestre letivo apresentado pelos docentes responsáveis pelos estágios.

Parágrafo 3º - As tipologias de estágio não são excludentes entre si, face às múltiplas necessidades de diálogo:

Capítulo VI

Da Coordenação de Estágio

Artigo 6 - O Colegiado do curso de Licenciatura em História da UFAL manterá uma Coordenação de Estágio por dois anos, podendo, ao término de cada mandato acontecer uma nova avaliação e recondução do mesmo a função.

Parágrafo 1º - A função de Coordenador de Estágio obrigatório da Licenciatura em História da UFAL será ocupada por um docente do seu quadro efetivo vinculado a orientação de Estágio Supervisionado.

Parágrafo 2º - A cada dois anos haverá avaliação do coordenador de Estágio pelo Colegiado do curso para eleger um novo coordenador de Estágio ou fazer a recondução do mesmo docente ao posto indicado.

Parágrafo 3º - O Coordenador de Estágio Supervisionado obrigatório e não obrigatório, será membro do Colegiado do Curso de Licenciatura em História e também do NDE.

Parágrafo 5º - O docente Coordenador de Estágio Supervisionado também deverá atuar como docente Supervisor de Estágio.

Capítulo VII

Dos Estudantes Estagiários

Artigo 7 - A vida acadêmica dos estudantes estagiários no tocante aos seus direitos e aos seus deveres, reger-se-á pela Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006.

Parágrafo 1º - O estudante que já está em sala de aula, atuando comprovadamente como professor de história na rede oficial de ensino, poderá desenvolver um projeto especial orientado pelo docente supervisor de estágio, norteado pelos diferentes níveis de estágio supervisionado (I, II, III e IV).

Parágrafo 2º - o estudante deverá fazer semestralmente, independente da sua condição funcional como professor de história ainda não graduado, a sua matrícula nas disciplinas de Estágio Supervisionado, de acordo com a matriz curricular do Curso de Licenciatura em História da UFAL.

Parágrafo 3º - O estudante estagiário terá as seguintes obrigações no transcorrer do desenvolvimento do Estágio Supervisionado:

- fazer parte do projeto institucional de estágio supervisionado estabelecido por meio da Coordenação de Estágio e seus parceiros;
- orientar-se nas atividades de estágio pelas normas internas da escola, devendo conhecer seu projeto político-pedagógico, e/ou orientar-se pelas diretrizes dos projetos de pesquisa e extensão a serem desenvolvidos;
- respeitar os horários de aula definidos pelo professor-supervisor do estágio;
- elaborar seu plano de atividades de estágio conforme orientado;
- implementar o plano de atividades sob a orientação e acompanhamento do professor-supervisor;
- seguir as orientações do professor-supervisor de estágio;
- participar ativamente das atividades pedagógicas e culturais desenvolvidas no âmbito da escola durante o período de estágio.

Capítulo VIII

Dos professores supervisores

Artigo 8 - As disciplinas de Estágio Supervisionado serão atribuídas aos professores supervisores durante a organização didático-pedagógica feita pela Coordenação do Curso junto ao Colegiado do curso de Licenciatura em História.

Artigo 9 - O estágio curricular obrigatório do curso de Licenciatura em História deverá ser supervisionado prioritariamente por docentes lotados no curso de Licenciatura em História, com atribuição de orientar estágio docência.

Artigo 10 - O professor supervisor de estágio, conforme o projeto de estágio desenvolvido, poderá ter auxílio de outros docentes, monitores, bolsistas de Iniciação Científica e contar com a participação de docentes de outras áreas de História.

Parágrafo 1º - O Plano de Ensino de Estágio Supervisionado deve ser coerente com as diretrizes de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em História, com este Regimento e com as resoluções pertinentes ao projeto institucional da UFAL.

Parágrafo 2º - Cabe ao docente supervisor encaminhar e acompanhar o estudante estagiário às escolas e/ou outras entidades, instituições, movimentos e organizações sociais em que fará o estágio, conforme cronograma estabelecido e disponibilidade pelo professor supervisor, que deverá ser realizado em período não coincidente com os horários de aula das demais disciplinas.

Parágrafo 3º - Cabe aos estudantes estagiários a apresentação, discussão e deliberação sobre o plano de estágio à instituição, entidade, movimento ou organização social que acolher o estágio. Cabe ao docente supervisor de estágio o encaminhamento aos estudantes estagiários da avaliação dos trabalhos realizados.

Parágrafo 4º - Atendendo os princípios regimentais do Estágio Supervisionado na formação de professores, cabe aos docentes supervisores de estágio, junto com a Coordenação de Estágio e Colegiado do Curso de Licenciatura em História, a decisão sobre definição, alteração da tipologia, do local e horário de realização do estágio supervisionado I, II, III e IV.

Parágrafo 5º - Cabe ao professor supervisor de estágios, garantir o cumprimento da carga horária do estágio, bem como a liberdade de estendê-la de acordo com as necessidades que se apresentarem no seu transcorrer.

Capítulo IX

Da Avaliação

Artigo 12 - A avaliação dos estudantes em disciplinas de Estágio Supervisionado se fundamentará em:

- I - Participação nas aulas;
- II - Elaboração dos projetos e de plano de aulas, e de todas as atividades de estágio;
- III - Domínio de conteúdo;
- IV - Comunicação oral e escrita, adequadas ao exercício docente;
- V - Capacidade de usar e articular conhecimentos;
- VI - Capacidade de produzir novos conhecimentos;
- VII - Adequação de metodologias e linguagens de ensino ao conteúdo programático que irá desenvolver, às turmas e/ou grupos junto aos quais realizará o estágio;
- VIII - Assiduidade, pontualidade e responsabilidade;
- IX - Preparação e uso de recursos didático-pedagógicos;
- X - Criatividade;
- XI - Autonomia;
- XII - Organização;
- XIII - Reflexão Crítica;
- XIV - Desempenho em micro-aulas;
- XV - Elaboração e apresentação de relatórios;
- XVI - Reflexão produzida sobre as experiências vividas durante o estágio que articule essa experiência a toda a sua formação no Curso;

XVII - Organização de Memorial contendo toda documentação relativa aos estágios (textos/ projetos-aulas/cronogramas/planos de atividades, planos de aula/relatórios, etc.), com reflexões e análises sobre todos os períodos dos estágios).

Parágrafo 1º - O professor supervisor de estágio, discutirá com os estudantes estagiários, deixando estabelecido no seu plano de ensino, conteúdos, metodologias/linguagens e recursos didático-pedagógicos, bibliografia básica, maneiras, valores e/ou conceitos correspondentes, utilizados no processo avaliativo, etc.

Parágrafo 2º - Não haverá, para o estudante de disciplinas de Estágio Supervisionado, exame final e de segunda época nos moldes tradicionais, devendo ser preparado um plano especial de trabalho para o estudante, pelo docente supervisor, que o avaliará em momentos de equivalência ao exame final e/ou de segunda época, aprovando-o ou não. Portanto, os estudantes poderão ser reprovados nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV, caso não alcancem a média necessária estabelecida em legislação pertinente, assim como poderão ser reprovados se não alcançarem o percentual de frequência necessário.

Disposições gerais

Artigo 13 - Qualquer recurso impetrado por estudante de disciplinas do Núcleo de Estágio Supervisionado deverá ser encaminhado de maneira devida, cumprindo normas institucionais, inicialmente ao docente supervisor; caso não seja resolvido pelo docente supervisor, e cumprindo normas institucionais, o recurso deverá ser encaminhado à Coordenação de Estágio Supervisionado.

Artigo 14 - Os casos que não forem resolvidos pelos professores supervisores de estágios, nem pela Coordenação de Estágio obrigatório e não obrigatório, serão encaminhados ao Colegiado do Curso de Licenciatura em História para outras providências.

Artigo 15 – Os casos omissos deste regulamento, a Coordenação de Estágio Supervisionado e o Colegiado de Curso de Licenciatura em História desta universidade pautar-se-ão em resoluções pertinentes, da Universidade Federal de Alagoas.

Artigo 16 - Em caso de haver o Programa de Residência Pedagógica, do qual a Ufal está submetendo projeto institucional, o aluno estagiário poderá utilizá-lo como carga horária do Estágio Supervisionado obrigatório.

Aprovado em 02 de maio de 2018.

ANEXO – PARECER SOBRE O PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EMITIDO PELA PROEX

PARECER Nº 0006/2019.

SOLICITANTE: PROGRAD

ASSUNTO: PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC).

DO CURSO DE HISTÓRIA, LICENCIATURA DO CAMPUS: A. C. SIMÕES.

NOTA EXPLICATIVA

As orientações no presente PARECER são referendadas e extraídas de um Texto explicativo e didático elaborado pela Equipe Técnica da PROEX e aprovado em Reunião Ordinária do Comitê Assessor de Extensão da UFAL, bem como de uma reflexão após leitura do PPC em epígrafe encaminhado pela PROGRAD para apreciação desta Pró-Reitoria. São orientações que tem o objetivo de dar um melhor norteamento sobre os procedimentos, os elementos e os segmentos textuais que devem conter no *corpus* textual de cada PPC dos cursos que apresentarão suas propostas de Extensão Curricularizada, a partir da inclusão das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) nos currículos de seus cursos.

APRESENTAÇÃO INTRODUTÓRIA

Considerações acerca da extensão universitária devem constar no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC), seja ela licenciatura ou bacharelado. A partir da ideia que a avaliação acerca deste processo de implantação na UFAL deve ser permanente, observou-se a necessidade de elaborar um texto com maior detalhamento afim de que seja possível ir ajustando as propostas a Resolução CONSUNI/UFAL nº04/2018. A seguir, são apresentados elementos fundamentais a serem necessariamente incluídos e tratados ao longo do documento do PPC, assim como, que se faça constar, **ESPECIFICAMENTE**, um tópico intitulado “Da Extensão Universitária”.

Neste sentido, este PARECER tem dois grandes objetivos:

- indicar quais *os elementos norteadores das práticas de extensão devem ser desenvolvidos*, estruturados, e organizados na práxis pedagógica dos cursos de graduação, de forma que sejam textualmente postos nos PPC; e
- *dar visibilidade ao programa de extensão do curso existente ou a ser definido dentro do Projeto Pedagógico de cada curso*, com suas respectivas justificativas, estando de acordo as Resoluções 65/2014 e 04/2018 – CONSUNI/UFAL..

Todavia, este documento não se propõe a impor um formato rígido, mas ser uma referência que possibilite uma organização básica comum na estrutura dos PPC da UFAL, de forma a fazer conter, na estrutura de cada PPC, elementos teóricos, práticos e metodológicos de Extensão Universitária, elos de Práticas de Extensão Curricularizada e Não Curricularizada com as concepções, proposições de ações e especificidades das áreas do Conhecimento Científico de cada curso acadêmico.

Desta forma cada curso adequará o formato proposto à sua realidade e suas características, na organização do formato textual, buscando, sobretudo, garantir a presença dos elementos postos a seguir.

ELEMENTOS NECESSÁRIOS A CONSTAREM NO PPC DE CADA CURSO

TEXTO 01: Da Extensão Universitária No Projeto Pedagógico Do Curso: Apontamentos Gerais.

Neste item, é explicitado quais elementos devem ser percorridos no PPC, especificamente no item intitulado “Da Extensão Universitária: Apontamentos Gerais”. É necessário haver os seguintes elementos:

- A. **Introdução geral** sobre a extensão universitária e a responsabilidade social da universidade, considerando o Plano Nacional de Educação (PNE), o PPI da universidade, a Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), a Resolução 65/2014 do Consuni/Ufal, além da Extensão Na Extensão Universitária de caráter avulso como atividades flexíveis/Complementares/Acadêmico-científico-culturais para a formação estudantil, esta tem como fundamento legal na universidade a Resolução 113/95 CEPE/UFAL.
- B. Abordar **as demandas sociais** encontradas em relação ao curso no Estado de Alagoas, na cidade, ou região onde o Campus da UFAL está situado, justificando a importância social da extensão universitária neste contexto;
- C. Dissertar de forma sintética acerca das **características do curso**, considerando os objetivos do curso e o perfil do egresso, **destacando as grandes áreas que o curso desenvolve, grupos disciplinares que se relacionam, temáticas abordadas, concepções fundamentais etc., de forma a apontar para uma articulação entre os conhecimentos e as ações de extensão** que o curso vem desenvolvendo sistematicamente nos últimos anos, descrevendo as “áreas temáticas” e “linhas de Extensão” (ver documentos do FORPROEX) nas quais o curso desenvolverá as atividades de Extensão no currículo obrigatório;
- D. Listar as **ações extensionistas do Curso desenvolvidas nos últimos anos**, descrevendo-as com clareza, formando um quadro. Considerar para estas ações as várias modalidades, como cursos, eventos, projetos e programas de extensão, ou seja, aquelas desenvolvidas na forma não curricularizada da extensão (como por exemplo, as de fluxo contínuo ou dos Editais da PROEX), indicando as possibilidades formativas que estas vêm proporcionando, e como se relacionam com as demandas sociais apontadas;
- E. Apresentar uma **proposta de um programa de extensão que considere o disposto na resolução Consuni/Ufal nº 04/2018**. É importante ressaltar que um programa é um conjunto de ações de extensão, articuladas entre si, com um objetivo comum, e de longa duração, e que no texto do PPC, deve estar textualmente posto, explicado, justificado, apresentando uma ementa geral que direcionará toda e qualquer ação de extensão proposta como ACE (Atividade Curricular de Extensão) para o curso.
- F. O(s) programa(s) de Extensão devem observar, nas ações de extensão, **atividades extensionistas** que garantam:

a *materialização de interdisciplinaridade* (mais de uma a áreas do conhecimento envolvida);

a *interprofissionalidade* (participação de profissionais de áreas diversas que são vinculados pela necessidade de diálogo entre áreas distintas, mas cuja inter-relação surge pela finalidade de solucionar problemas que demandam conhecimentos científicos diferentes).

- G. Descrever, de forma geral, o **público alvo** onde se pretende desenvolver as ações de extensão, atentando-se ao que orientam os documentos legais da extensão;
- H. Explicitar sobre a **organização didático-pedagógica do programa de extensão no curso**, ou seja, sua dinâmica curricular, a saber: como se dará a distribuição das ações ao longo do curso (nos semestres, se é livre, ou se estará atrelado a algum semestre em específico) com suas respectivas justificativas, além das dinâmicas específicas (metodologias) que cada curso adotará para a organização das ações no currículo, por exemplo, se optou por um determinado evento, o porque da escolha desse evento, em qual semestre será ofertado; ou se serão dois projetos, ou três projetos, como estes se relacionam com o programa e com o curso, com as demandas sociais, ou com a formação em nível superior e seus diversos aspectos. O curso já apresentou uma boa parte desses aspectos.
- I. Apresentar a **quantidade de programas de extensão, bem como o quantitativo de atividades extensionistas (ACEs)** a serem ofertadas no processo de creditação da extensão. Observar que o conteúdo das ACE é algo mais geral cuja a oferta pode ser mudada, porém sua direção é dada pelo(s) programa(s), podendo ser apresentada uma lista de possibilidades de ACEs com base nas ações que o curso já ofertou, dentre as quais foram identificadas as que dialogam com o disposto nas resoluções Consuni/Ufal 65/2014 e 04/2018. O curso aponta, mas não apresenta o conteúdo de maneira orgânica.
- J. Citar a **carga horária total da extensão universitária obrigatória** a ser creditada no currículo dos estudantes, e a carga horária por ACE, seguindo o padrão das cargas horárias dos demais componentes curriculares (Exemplo: será ofertado um projeto de 54 horas a cada semestre, durante quatro semestres; um evento de 36 horas; um curso de extensão de 72 horas, etc.).
- K. Apresentar **formas de acompanhamento e avaliação das atividades de extensão** a serem desenvolvidas no Curso, considerando indicadores nacionais de Extensão, que devem contemplar atividades de formação para professores e estudantes da educação básica, articular linhas e áreas temáticas, pontuar os impactos que a formação irá provocar na comunidade em que a atividade irá ocorrer, entre outros;

OBS 01 : Os itens acima são conteúdos que devem ser mencionados, de alguma forma, no texto do item “extensão universitária no projeto pedagógico do curso...”, a partir do texto introdutório dito acima”.

OBS 02: O texto deste item pode ser iniciado da seguinte forma (SUGESTÃO):

O Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2011) aprovado pela Lei 10.172 de 09 de Janeiro de 2001, no capítulo que trata da Educação superior na Meta 23, aponta o dever de Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as instituições federais de ensino superior no quadriênio de 2001-2004 e assegura

que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no país será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. Nessa perspectiva a UFAL em seu PDI (2013-2017), aponta que: “[...] as ações de extensão devem ser parte integrante dos currículos dos cursos de graduação, assegurando, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos na forma de programas e projetos de extensão universitária como preconiza a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011 a 2020.” Porém, o novo PNE só entrou em vigor em 2014 e está em vigor até o ano de 2024, reafirmando os princípios básicos da extensão em sua Meta 12.7, a qual traz a seguinte estratégia para subsidiar a extensão, “[...] assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social; [...].”

Conforme os documentos apontados acima e de acordo com a resolução nº 04 de 2018 aprovada pelo Conselho da Universidade Federal de Alagoas as práticas extensionistas do Curso de ..., continuarão acontecendo conforme as demandas que ... ao longo do curso. No entanto, as ações poderão ser materializadas por intermédio de programas, projetos, eventos, cursos, prestação de serviços e/ou produtos, os quais deverão estar cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA da pró-reitoria de Extensão - PROEX.”

(...)

TEXTO 02: Sobre O/S Programa/S De Extensão Do Curso

Neste item, deve ser apresentado o/s programa/s de Extensão desenvolvido/s no Curso de graduação. A seguir, é exposta uma sugestão de modelo de descrição do Programa de Extensão constituído para o processo de creditação da Extensão, a partir da constituição das ACE's, de acordo com o disposto na resolução CONSUNI/UFAL nº04/2018. Isto é, o que conter de informações sobre o programa de Extensão proposto no PPC do curso.

2.1. Título do Programa;

2.2. Unidades Acadêmicas Envolvidas. (Verificar a possibilidade do envolvimento de Unidades Acadêmicas diversas no desenvolvimento das atividades de Extensão. É um princípio basilar da Política Nacional de Extensão).

2.3. Justificativa Fundamentada (Diagnóstico das demandas sociais, contexto econômico e sócio-histórico encontrado, apresentando a problemática social dos sujeitos público alvo onde se pretende desenvolver as ações de Extensão. Fundamentação de caráter geral, apenas. Se escolas, que sejam naquelas situadas em área de vulnerabilidade, por exemplo; se em órgãos públicos, que não escolas, que sejam naqueles onde possuem políticas de gestão fragilizadas; se em bairros, que sejam aqueles em área de carência e que demandam problemas mais graves; se em ONGS, que sejam naquelas que desenvolvam atividades vinculadas a alguma Área Temática de Extensão, etc).

2.4. Abrangências do Programa de Extensão (Minimamente, apresentar DOIS DOS QUATRO elementos)

2.4.1 Interdisciplinaridades (envolvimento de docentes ou pesquisadores de áreas distintas no desenvolvimento da atividade de extensão).

2.4.2 Intersetorial (envolvimento de setores distintos no desenvolvimento das ações de Extensão ou profissionais de setores/departamentos diversos).

2.4.3 Interinstitucional (envolvimento de organizações institucionais distintas no desenvolvimento das ações de Extensão seja na forma de coparticipação nas ações de extensionistas ou envolvimento direto de profissionais destes órgãos).

2.4.4 Interprofissional (envolvimento apenas de profissionais de setores distintos, de maneira individual, no desenvolvimento das ações de Extensão).

2.5. Áreas Temáticas⁴ do Programa: (Área temática principal e Área temática secundária se houver outras). Justificar a relação entre as áreas selecionadas e assim explicar o porquê de tê-las escolhido.

2.6. Linhas de Extensão⁵ do Programa: (Aproximar as linhas das temáticas abordadas no programa de extensão destacando as forma de operacionalização mais frequentes).

2.7. Objetivo do Programa: explicitar a contribuição formativa, social, cultural, política, e ou profissional que o conjunto de ações proporcionam quando desenvolvidas a longo prazo de maneira articulada.

2.7.1. Objetivo Geral: traçar objetivo alinhando o Programa à(s) área(s) temáticas definidas previamente no item “extensão universitária no projeto pedagógico do curso...”.

2.7.2. Objetivos Específicos: traçar objetivos alinhando as atividades de extensão a serem desenvolvidas no Programa às linhas de Extensão selecionadas previamente, tratadas no tópico “Extensão universitária no projeto pedagógico do curso...”.

OBS: Note-se, aqui, que, mesmo que no PPC seja necessário vincular os objetivos do/s programas de extensão a uma da área temática e linhas de extensão, não é obrigatório que cite o título das ACEs. O título do projeto, do curso, ou do seminário, por exemplo, será definido durante a oferta semestral, a ser divulgada no portal do curso ou da unidade acadêmica, no período da matrícula dos estudantes. Os objetivos supra podem, apenas, tratar de afirmar que serão desenvolvidas atividades de Extensão (projetos, cursos, evento, etc.), cuja execução estará vinculada ao desenvolvimento de ações com temáticas voltadas à área temática “X” e linhas de extensão “Y”, dentre aquelas definidas, previamente no PPC. O intuito é não “engessar” o PPC, porém, manter um alinhamento entre a compreensão acerca da extensão universitária posta no item um do presente texto, aos demais elementos do processo de creditação da extensão no curso.

⁴ Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho.

⁵ (Alfabetização, leitura e escrita; 2) Artes cênicas; 3) Artes integradas; 4) Artes Plásticas; 5) Artes visuais; 6) Comunicação estratégica; 7) Desenvolvimento de produtos; 8) Desenvolvimento regional; 9) Desenvolvimento rural e questões agrárias; 10) Desenvolvimento tecnológico; 11) Desenvolvimento urbano; 12) Direitos individuais e coletivos; 13 Educação profissional; 14) Empreendedorismo; 15) Emprego e renda; 16) Endemias e epidemias; 16) Divulgação científica e tecnológica; 17) Esporte e Lazer; 18) Estilismo; 19) Fármacos e medicamentos; 20) Formação de professores; 21) Gestão do trabalho urbano e rural; 22) Gestão informacional; 23) Gestão institucional; 24) Gestão informacional; 25) Gestão pública; 26) Grupos sociais vulneráveis; 27) Infância e adolescência; 28) Inovação tecnológica; 29) Jornalismo; 30) Jovens e adultos; 31) Línguas estrangeiras; 32) Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem; 33) Mídia-arte; 34) Mídias; 35) Música; 36) Organização da sociedade e movimentos sociais; 37) Patrimônio cultural, histórico e natural; 38) Pessoas com deficiências, incapacidades e necessidades especiais; 39) Propriedade intelectual e patentes; 40) Questões ambientais; 41) Recursos hídricos; 42) Recursos sólidos; 43) Saúde animal; 44) Saúde da família; 45) Saúde e proteção no trabalho; 46) Saúde humana; 47) Segurança alimentar e nutrição; 48) Segurança pública e defesa social; 49) Tecnologia da informação; 50) Terceira idade; 51) Turismo; 52) Uso de drogas e dependência química; e 53) Desenvolvimento humano.

2.8. Ementa do Programa. Síntese descritiva do que o programa se propõe. A ementa do Programa pode ser similar à descrição das áreas temáticas de Extensão, constantes nos anexos da Política Nacional da Extensão Universitária.

2.9. Metodologia: dinâmica curricular geral do Programa proposto, incluindo:

2.9.1. Público-alvo e local de atuação: informações gerais acerca dos locais e público junto aos quais o curso poderá desenvolver as atividades.

2.9.2. Unidades envolvidas: este item deve constar se houver a participação de mais de uma Unidade Acadêmica. Demonstrar de que maneira cada graduação participa do programa (Exemplo: se desenvolvendo atividades juntos, se através da seleção de estudantes de seus cursos, se com professores, proferindo palestras, oficinas, mini cursos etc.).

2.9.3. Período de Realização: indicar a duração do programa. Como sugestão que seja a duração de um ciclo do curso, como exemplo, um curso com quatro (04) anos de duração, quando poderá se dar a revisão do PPC.

2.9.4. Tipos de ACEs associadas: são as ações de extensão associadas ao programa. Informar que tipos de ACEs serão desenvolvidas a partir do Programa, informando a carga horária de cada umas delas. Atentar-se que elas deverão, também, estar inseridas no item da “matriz curricular”, conforme a distribuição que o curso planejou ao longo dos períodos letivos (ou de forma livre para qualquer semestre), Constar na Matriz Curricular. Não há obrigatoriedade de informar o título das atividades de extensão propostas. Apenas, o tipo da ACE, a saber:

a) Projetos: pode-se incluir o tema geral;

b) Cursos: pode-se incluir a explicitação de como o curso estará integrado ao Programa;

c) Eventos⁶. Pode-se indicar que eventos o curso vem desenvolvendo regularmente indicando-se que poderão ser realizados ao longo do curso; Buscar sempre que possível utilizar a classificação posta no sistema (nota de rodapé n. 3), o que facilita o a avaliação e planejamento das ações.

d) Produto Acadêmico⁷. Pode-se indicar as possibilidades de elaboração a partir de outras ACEs já realizadas. Verificar a lista cadastrada no sistema. (Nota de rodapé n.4).

⁶ **a. Congresso:** Evento de grandes proporções, de âmbito nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla. Abrange um conjunto de atividades como: mesa-redonda, palestras, conferências, cursos, oficinas (ou workshop ou laboratório, com duração de até oito horas – se igual ou superior a oito horas, deve ser classificado como curso). Inclui-se nesta classificação a conferência enquanto evento. **b. Seminário:** Eventos científicos de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (de algumas horas a 1 ou 2 dias), quanto ao número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação: encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião. **c. Ciclo de Debates:** Encontros sequenciais que visam à discussão de um tema específico. Inclui: Ciclo, Circuito, Semana. **d. Exposição:** Exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Inclui: feira, salão, mostra, lançamento. **e. Espetáculo:** Demonstração pública de eventos cênicos musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical. **f. Evento Esportivo:** Inclui campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva. **g. Festival:** Série de ações/eventos culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em período determinado de tempo, geralmente com edições periódicas. **h. Outros:** Outros eventos não classificados nos itens anteriores

⁷ Cartilha; manual; livro; anais; capítulo de livro; artigo; comunicação; manual; Jornal; revista; relatório técnico; produto audiovisual – dvd; produto audiovisual – cd; Produto audiovisual – vídeo; produto audiovisual – filme; produto audiovisual – outros; Programa de rádio; programa de tv; aplicativo para computador; jogo educativo; Produto artístico; fascículo; outros.

2.09.5. Parcerias: se houver indicar qual parceria e como se dá, as contrapartidas de ambas as partes.

2.10. Acompanhamento e Avaliação: É indispensável definir os indicadores através dos quais os Cursos possam acompanhar, de forma quantitativa e qualitativa, o êxito das ações de extensão realizadas, principalmente nas comunidades. Para tanto, devem ser elaborados instrumentos embasados em indicadores de avaliação, alinhados aos Indicadores gerais de Extensão, conforme a Política Nacional de Extensão⁸.

2.11. Referências: aquelas utilizadas para o Programa. Sugere-se incluir as resoluções acerca da extensão na UFAL; a Política Nacional de Extensão; e outros textos sobre extensão disponíveis.

2.12.1. Básicas;

2.12.2. Complementares.

Seguem algumas indicações: ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; SILVA, Edson Pereira. A Universidade e sua relação com o outro: um conceito para extensão universitária. Educação Brasileira, v. 23, n. 47, p. 65-79, 2001. __ FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p. __ PIERSON, Alice Helena Campos; CORTEGOSO, Ana Lucia; ARAÚJO FILHO, Targino de. Flexibilização curricular: experiências e perspectivas. In: THIOLLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003. __ REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>> Acesso em: 15 dez. 2004. __ GURGEL, R. M. Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, 1986. __ BUFFA, E.; CANALES, P. R. Extensão: meio de comunicação entre universidade e comunidade. EccoS Revista Científica, São Paulo, v. 9, n.1, p. 157-169, jan./jun. 2007. __ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012. __ PERES, C. M.; ANDRADE, A. S.; GARCIA, S. B. Atividades extracurriculares: multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. Rev. Bras. Ed. Med. v.3, n.3, p. 203- 11. __ GURGEL, R. M. (1986) Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação? São Paulo: Cortez Autores Associados. Universidade Federal do Ceará. __ HARVEY, D. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, Loyola, 1993.

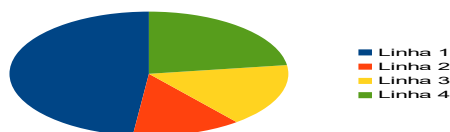
TEXTO 03: A Extensão Na Matriz Curricular Do Curso: (NÃO, NECESSARIAMENTE DEVA CONTER UM TEXTO E SIM FAZER CONSTAR NA MATRIZ CURRICULAR, AS ACE DO CURSO, DISTRIBUÍDAS COM CARGA HORÁRIA E POR SEMESTRE)

Para a organização dos elementos dispostos no item 1 deste texto, sugere-se incluir demonstrações por meio de tabelas, gráficos, quadros, percentuais, esquemas, objetivando ilustrar e ampliar a visualização da proposta pela comunidade acadêmica. A seguir são dados exemplos de formas demonstrativas sugeridas. Alerta-se que não é necessário que os PPCs tenham todas elas, porém é importante que os cursos optem por alguma das formas, utilizando-as de forma oportuna ao longo do PPC nos itens da extensão universitária, síntese da matriz curricular etc., para possibilitar uma exposição mais clara da proposta.

⁸ Ver no site:

https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relat%C3%B3rio_de_Pesquisa_Forproex_EBOO_K.pdf sobre Estudos acerca do tema “Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)”.

Exemplo 1: Apresentação das linhas de Extensão



Exemplo 2: Apresentação das áreas temáticas desenvolvidas

Ações de extensão do curso de Pedagogia podem ser **organizadas** em dois grandes programas:

Programas de Extensão		
Programa	Áreas Envolvidas	
	Área Temática Principal	Área Temática Secundária
Programa de Formação Continuada de Educação em Saúde.	Educação	Saúde
Programa de Formação Continuada dos Professores Indígenas.	Educação	Cultura

Exemplo 3: Lista de componentes curriculares – as ACEs

Atividades Curriculares de Extensão – ACE	Qtde de ACE	Período letivo
Programa de Extensão: NOME DO PROGRAMA		
ACE 01: Projetos de Extensão*	2	1º e 2º
ACE 02: Projetos de Extensão*	2	3º e 4º
ACE 03: Curso*	3	2º e 3º
ACE 04: Produtos*	1	3º
ACE 05: Evento*	1	4º

*É possível não citar nome/título das ACEs. Apenas mencionar o/s tipo de modalidade/s a ser/rem ofertada/s.

Exemplo 4 : Disposição das ACES na Matriz Curricular, com distribuição de Carga Horária.

Esse quadro é ilustrativo para que se demonstre a localização das ACE nos períodos letivos. Porém, cada curso organizará sua matriz conforme sua realidade. Sugere-se que a extensão perpassse toda a formação acadêmica dos estudantes.

Períodos	Disciplinas	Carga horária teórica	Carga horária prática	Carga horária total
1	Língua Inglesa 1	44	10	54
	Interpretação e produção	62	10	72
	Habilidades Integradas	12	60	72
	ACE 1 (PROJEXC* I/PEXC**I)	20	52	72
2	Língua inglesa 2	44	10	54
	Linguística Aplicada	40	14	54
	ACE 2 (CEXC***/PEXCI)	12	42	54
8	Língua inglesa 5	44	10	54
	Estudos do discurso 2	60	12	72
	Habilidades Integradas	12	60	72
	ACE 3 (EVEXC****/PEXC II)	16	20	36

- *PROJEXC – Projeto de Extensão Curricularizada
- **PEXC – Programa de Extensão Curricularizada
- ***CEXC - Curso de Extensão Curricularizada
- ****EVEXC – Evento de Extensão Curricularizada

OBS: Os cursos podem propor a alocação das ACEs em períodos letivos de acordo com as especificidades do curso, ou poderá deixar livre, sem atrelar a um período específico.

Quadro das Cargas Horárias – Hora Relógio

Períodos Letivos	Disciplinas Núcleo 1 e Núcleo 2	Atividades Curriculares Extensão - ACE	Prática Pedagógica	Estágio Superv.	TCC	Atividades Complementares
1	270		100			200h (ao longo da formação)
2	360					
3	288		100			
4	288	60				
5	270	60				
6	216	60		80		
7	144	60	100	80		
8	216	60		120		
9	72	60	100	120		
Total	2124	360	400	400	80	

** Aqui há mais que 10% do total creditado.

CONSIDERAÇÕES DO/A PARECERISTA:

No PPC apresentam elementos que precisam ser melhorados. A PROEX se coloca à disposição para auxiliar neste processo. É necessário que a comunidade acadêmica compreenda que este processo trata-se de uma mudança paradigmática na cultura acadêmica, portanto, requer um esforço coletivo para que esta mudança se efetive.

Depois de observado o que foi/ram verificado/s a presença dos textos seguintes no *corpus* do PPC,

ELEMENTOS TEXTUAIS ESSENCIAIS, CONFORME ORIENTAÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO, A PARTIR DAS ACE.	ELEMENTOS TEXTUAIS CORRELATOS PRESENTES NO PPC ANALISADO	PRESENÇA DO TEXTO NO CORPUS DO PPC		
		SIM, A CONTEÚTO	SIM, MAS NÃO DE FORMA CLARA.	NÃO
Da Extensão Universitária no Projeto Pedagógico Do Curso: Apontamentos Gerais	Extensão (página 91)		x	
Sobre O/S Programa/S De Extensão Do Curso .				X
A Extensão Na Matriz Curricular Do Curso			x	

Expõe-se que:

Este é o 3º parecer emitido acerca desse PPC. As notificações constadas nos dois pareceres anteriores (cf email enviados: <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=wm#search/jean.santos%40prograd.ufal.br/KtbxLvHcLRHFRKfNZzTbqgfhfmbFBNBxvq>) não foram atendidas, de forma a fazerem as retificações necessárias.

Os dois últimos pareceres, além de apontar as razões da necessidade de retificações no quesito Curricularização da Extensão, trazem orientações teóricas metodológicas e ontológicas com o fito de haver compreensão sobre o assunto em comento.

De sobremaneira que:

1. **O PPC não apresenta na sua construção textual como se darão as atividades curriculares de Extensão/ACE de forma que se vislumbrem elementos principiológicos de Extensão do tipo: *interdisciplinaridade, interprofissionalidade e a dialogia de troca de saberes entre comunidade e a academia;***
2. **São reservados, apenas, espaço na matriz curricular do curso para a oferta das ACEs. A ACE 04 não consta distribuída na matriz curricular do curso, apenas no quadro sintético sem descrever que semestre será ofertada:**

Tabela nº 03: ACEs do curso de História, Licenciatura.

ACE/SEMESTRE	MODALIDADE DE ACE*	CARGA HORÁRIA TOTAL.
ACE 1 PARTE01/ 2º SEM.		72h
ACE 1 PARTE 2 /3º SEM.		36h
ACE 2 PARTE01/ 7º SEM.		54h
ACE 2 parte 2/ 8º SEM.		54h
ACE 3/9º SEM		54h
ACE 4		66H

*Informar qual modalidade da ACE.

Fonte: PPC do Curso de História. 2019.

3. **É preciso determinar que tipo de atividade de extensão será desenvolvida em cada ACE no PPC. Não precisa dizer qual ação de extensão. Porém, a atividade a ser ofertada, sim. E assim, caracterizar a modalidade de ACE em projeto, curso ou evento.**
4. **As ementas das ACE têm, de forma peculiar, estrutura mais robusta de apresentação. Necessário informar:**
Ementa; b Distribuição de Carga Horária: Teórico (sala de aula e horas de Prática); c)Público- alvo; d)Objetivos; e) Metodologia; f)Bibliografia Básica; g)Bibliografia Complementar:

Com base nas orientações gerais sobre a constituição do processo de Curricularização da Extensão em comento e após a leitura feita sobre esse tópico no PPC em apreço, emite-se o seguinte parecer.

É O PARECER:

Essa Pró-reitoria de Extensão manifesta-se:

() **pela APROVAÇÃO da proposta, a considerar que no referido** projeto pedagógico, estão constantes TODOS os elementos essenciais que garantam o processo não somente de inclusão das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no PPC em epígrafe como vislumbra, de forma potencial, o desenvolvimento da práticas de Ações de Extensão que coadunam com os princípios da Política Nacional de Extensão e, portanto, também da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

() **pela APROVAÇÃO da proposta, COM RESSALVAS, a considerar que no referido** projeto pedagógico, estão constantes A MAIORIA dos elementos essenciais que garantam o processo não somente de inclusão das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no PPC em epígrafe como vislumbra, de forma potencial, o desenvolvimento da práticas de Ações de Extensão que coadunam com os princípios da Política Nacional de Extensão e, portanto, também da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **NESTE CASO, UMA VEZ FEITAS AS REFORMULAÇÕES, SEGUINDO ORIENTAÇÕES DE ESTE PARECER, REENVIAR O REFERIDO PPC CORRIGIDO, APENAS PARA A PROGRAD, NÃO NECESSITANDO DE NOVO PARECER DESTA PRÓ - REITORIA.**

(x) **pela REFORMULAÇÃO da proposta, sob pena de manifestação DESFAVORÁVEL à aprovação** do referido projeto pedagógico, vez que foram **constatados**, APENAS A MINORIA DOS elementos essenciais que pudessem garantir o processo de inclusão das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no PPC em epígrafe e, por pressuposto, o desenvolvimento da práticas de Ações de Extensão que coadunassem com os princípios da Política Nacional de Extensão e, portanto, também da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **NESTE CASO, DEVERÃO SER FEITAS AS REFORMULAÇÕES, SEGUINDO ORIENTAÇÕES DE ESTE PARECER E REENVIAR O REFERIDO PPC PARA EMISSÃO DE NOVO PARECER DESTA PRÓ – REITORIA. É A CONDIÇÃO PARA A SUA APROVAÇÃO.**

() **pela REFORMULAÇÃO da proposta, sob pena de manifestação DESFAVORÁVEL à aprovação** do referido projeto pedagógico, vez **QUE NÃO FORAM CONSTATADOS ELEMENTOS ESSENCIAIS E PROCEDIMENTAIS** que possam garantir o processo de inclusão das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no PPC em epígrafe e, por pressuposto, o desenvolvimento da práticas de Ações de Extensão que coadunassem com os princípios da Política Nacional de Extensão e, portanto, também da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **NESTE CASO, DEVERÃO SER FEITAS AS REFORMULAÇÕES, SEGUINDO ORIENTAÇÕES DE ESTE PARECER E REENVIAR O REFERIDO PPC PARA EMISSÃO DE NOVO PARECER DESSA PRÓ – REITORIA. É A CONDIÇÃO PARA A SUA APROVAÇÃO.**

Maceió (AL), 20 de fevereiro de 2019.

Dra. Joelma de Oliveira Albuquerque – Pró-Reitora de Extensão.
Dra. Maria Betânia Gomes da Silva Brito– Coordenadora de Programas e Projetos de
Extensão.
Ma. Sandra Santana Xavier de Sousa– Pedagoga.
Dr. Alex Sousa de Oliveira – Técnico em Assuntos Educacionais.